



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI
FACULDADE DE EDUCAÇÃO VALE DO PAJEÚ
(FEVP)

BEZERROS - PE

2020-2024



MANTENEDORA

Situada à Rua Café Filho, nº 7, Planalto, São José do Egito - PE. FACULDADE VALE DO PAJEÚ LTDA - EPP -

CNPJ: 26.817.470/0001-36 Situada à Rua Aroeira, S/N, Jardim Boa Vista, São José do Egito - PE. CEP: 56.700-000

MANTIDA:

FACULDADE DE EDUCAÇÃO VALE DO PAJEÚ

Diretor Geral

Professor Cleonildo Lopes da Silva

ENDEREÇO E DADOS DA MANTIDA

Loteamento Riacho Verdejante, Rua Projetada, nº: 04,

Quadra 01 - Santo Amaro, Bezerros - PE, CEP: 55660-000

Sumário

1. PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1. Histórico institucional.....	7
1.2. Inserção Regional.....	8
1.3. Contextos Socioeconômico e Educacional:	11
1.4. Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação da FEVP	14
2. EIXO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	18
2.1. Avaliação Institucional.....	19
2.1.1. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	21
2.2. Instrumentos utilizados na Autoavaliação institucional.....	21
2.3. Análise e Divulgação dos resultados.....	23
3. eixo: desenvolvimento institucional	25
3.1. Missão Institucional	25
3.1.1. Visão.....	25
3.1.2. Valores Institucionais	25
3.1.3. Objetivos Institucionais	26
3.1.4. Metas Gerais da Instituição	27
3.1.5. Metas Específicas da Instituição.....	29
3.1.6. Cronograma de Implantação dos Cursos.....	31
3.4. Projeto Político Institucional da FEVP	32
3.4.1. Concepção e Perfil da FEVP.....	33
3.4.2. Plano Didático-Acadêmico da FEVP	35
3.4.3. Planejamento Didático Pedagógico da FEVP: Os Projetos Pedagógicos ...	36
3.4.4. Parâmetros para Seleção de Conteúdos, Elaboração e Atualização de Currículos.....	39
3.4.5. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	42
3.4.6 Metodologias e Práticas Inovadoras	43
3.4.2. FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas	48
3.4.3. Flexibilidade dos Componentes Curriculares.....	51
3.4.3.1. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular	53

3.5.	Perfil do Egresso	54
3.6.	Atividades Práticas de Estágio	55
3.7.	Práticas Interdisciplinares– PI	57
3.8.	Atividades Complementares (Atividades de Complementação Profissional) 58	
3.9.	TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.....	61
3.10.	Recursos e Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional	62
3.11.	Sistema de Avaliação do Ensino-Aprendizagem.....	63
3.11.1.	Aproveitamento de Estudos e de Competências Desenvolvidas no Trabalho.....	65
3.12.	Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	68
3.12.1.	Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica	70
3.12.2.	Divulgação dos Trabalhos Acadêmicos e de Iniciação Científica à Comunidade	72
3.13.	Políticas Institucionais voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial	72
3.13.1.	Políticas voltadas à Diversidade	73
3.13.2.	Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade	76
3.14.	Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial	77
3.15.	Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural	79
3.15.1.	Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.....	82
3.16.	Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à responsabilidade social	82
4.	EIXO: POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	83
4.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	83
4.2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO/APRENDIZAGEM:	87
4.2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO.....	87
	<i>Fomento e Bolsas De Extensão.....</i>	90
	<i>Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.....</i>	91
	<i>indissociabilidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....</i>	93

4.4 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM MEIO AMBIENTE	94
4.5 POLÍTICA DE MEMÓRIA CULTURAL	95
4.6 POLÍTICA DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	95
4.6 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	97
4.7 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	97
4.8 POLÍTICAS QUE DETERMINAM O CONTEÚDO REFERENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	99
4.9 POLÍTICAS QUE DETERMINAM O CONTEÚDO REFERENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO	100
4.11 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	101
4.12 AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL	102
4.13 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PERMANENTE	103
4.15 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	104
<i>Bolsas de Iniciação Científica.....</i>	108
4.16 POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO	109
4.17 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	111
<i>Comunicação da IES com a Comunidade Externa.....</i>	112
<i>Comunicação da IES com a Comunidade Interna</i>	114
4.18 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	116
4.19 POLÍTICAS DE GÊNEROS	120
4.20 POLÍTICAS DE RETENÇÃO E REVERSÃO	121
4.21 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	126
4.22 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE	128
4.23 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS ...	129
4.24 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	131
4.24.1 Centro de Apoio ao Estudante – CAE.....	132
4.24.2 Ouvidoria	133
4.24.3. Apoio Psicopedagógico.....	134
4.24.4. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento	137

4.24.5. Programa de Nivelamento	138
4.24.6. Núcleo de Estágio e Carreira	141
4.24.7. Núcleo de Retenção	142
4.24.8 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.....	143
4.24.9 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.....	145
5. POLÍTICAS DE GESTÃO.....	146
5.1. Política de capacitação docente e formação continuada.....	146
5.2.1. Composição do Corpo Docente	147
5.2.2. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente	148
5.2.3. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional	149
5.2.4. Procedimentos para a Substituição dos Professores	149
5.2.5. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente	150
5.2.6. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Plano de Expansão do Corpo Docente.....	151
5.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	152
5.4.1. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Colaboradores	154
5.4.2. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Critérios de Seleção e Contratação	155
5.4.3. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Cronograma de Expansão.....	157
5.4.4. organograma da ies	159
5.5. Processo de Gestão Institucional	162
5.6. Sustentabilidade Financeira: Relação com o Desenvolvimento Institucional	163
5.7. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna.....	164
5.8. Plano de Investimentos	165
5.9. Previsão Orçamentária	166
6. infraestrutura	167
6.1. Instalações Administrativas	167
6,2. Salas de Aula	168
6.3. Auditório	169
6.4. Sala de Professores	169



6.5. Espaços para Atendimento aos Discentes	169
6.6. Espaços de Convivência e Alimentação	170
6.7. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	171
6.8. Biblioteca: Infraestrutura	171
6.9. Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo	173
6.10. Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente	173
6.11. Instalações Sanitárias	174
6.12. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos	174
6.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	175
7. TÓPICOS ADICIONAIS DO PDI	177
7.1. Formas de Acesso, Matrícula e Transferência	178
7.2. Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais	179



1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A história da Faculdade de Educação Vale do Pajeú - FEVP está intimamente ligada à própria história de seus idealizadores, em especial a trajetória de Cleonildo Lopes da Silva, natural do interior do Pernambuco, mais precisamente do município de São José do Egito, localizada no Vale do Pajeú, onde é carinhosamente conhecido pela alcunha de Painha, em São José do Egito está localizada a Faculdade Vale do Pajeú, com 5 cursos autorizados e em pleno funcionamento.

Painha faz parte do escritório de advocacia Lopes & Silva Advogados Associados, sediada na capital e atuante em todo o território de Pernambuco, possuindo, assim, grande experiência na área jurídica, o que faz com que a IES esteja muito bem fundamentada legalmente, fato este que se mostra oportuno, mais especialmente para um dos cursos ofertados, a saber, Direito, o qual formará profissionais que, sem dúvida alguma, atuarão na área de inserção da IES, o que será estratégico para manutenção dos direitos do povo bezerrense.

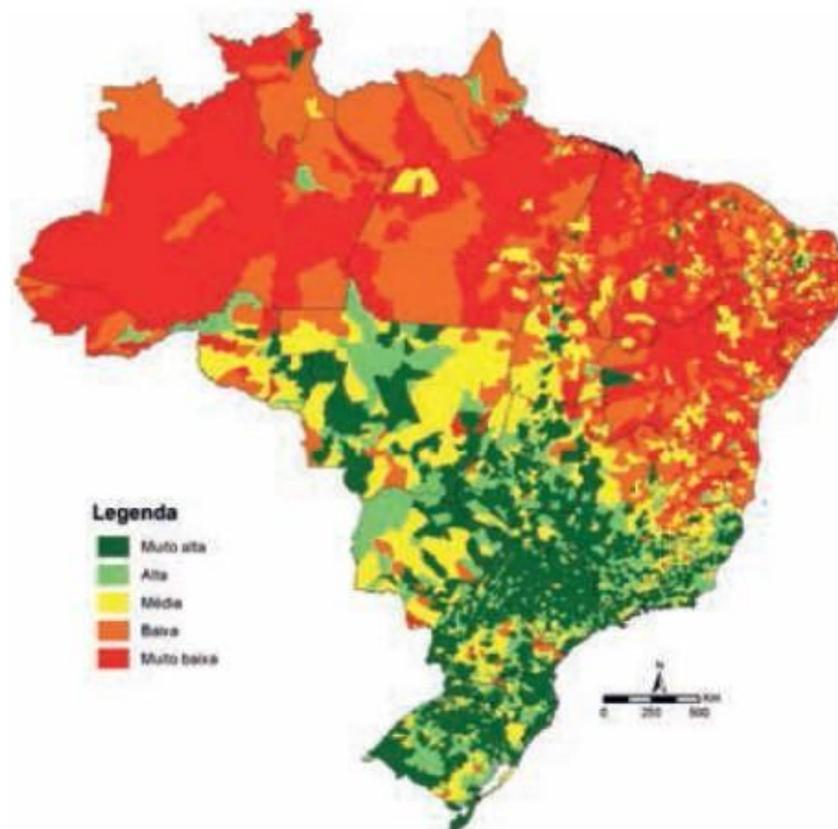
Além disso, esse ilustre cidadão de São José do Egito tem uma longa trajetória de engajamento social e político no que concerne às mazelas de seus conterrâneos, o que está intimamente ligado ao desejo apaixonado de construção de uma IES de excelência, a qual se torne um instrumento fomentador de cidadania para sua cidade natal e para a região do Vale do Ipojuca, onde está a sede da Faculdade de Educação Vale do Pajeú - FEVP.

Desse modo, a partir de reuniões com educadores, consultores, empresários e políticos, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP – Conselho Superior que passo a passo delineou o projeto de constituição da FEVP até

eclodir neste documento que agora é finalizado e disponibilizado não apenas ao Ministério da Educação – MEC, mas a comunidade de Bezerros e do Vale do Ipojuca que direta ou indiretamente contribui permanentemente para a realização do sonho dos mantenedores da própria sociedade em que a FEVP se insere e que lhe tem como razão da sua própria existência.

1.2. Inserção Regional

O elevado nível de vulnerabilidade social da região Nordeste, quando comparado com outras regiões do País, é outro dado relevante que pode ser aferido a partir da leitura do mapa da desigualdade social produzido pela SUDENE/IBGE





A educação, sem dúvida, é um fator relevante, pelo seu papel de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, posto que visa o pleno crescimento da pessoa, enquanto ser social, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste cenário em particular, apesar do avanço da última década, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 2018, há quase um milhão de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos no Estado de Pernambuco, dado relevante e preocupante.

O Plano Nacional de Educação - PNE, dentre as suas metas, estipulou erradicar o analfabetismo absoluto até o ano de 2020 na população jovem e adulta; objetivo que está longe de ser alcançado e que se torna ainda mais desafiador quando se leva em consideração o analfabetismo funcional das pessoas com mais de 15 (quinze) anos de idade e menos de 04 (quatro) anos de estudo.

A melhora no desempenho da educação em Pernambuco é registrada entre os alunos do ensino médio, o que extrai do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico - IDEB do ano de 2018¹, que cresceu de 4,0 (2015) para 4,4 pontos (2018).

Há espaço para o crescimento da educação superior no estado de Pernambuco, isto porque, com a desaceleração abrupta do desenvolvimento econômico a partir da crise que instalou no país a partir do ano de 2014, aqueles jovens que não ingressaram no ensino superior precisam evoluir na educação para ampliar as suas possibilidades de conquistar um posto de trabalho, ante as dificuldades inerentes a esse cenário econômico.

Para um determinado País ou região, o desaquecimento econômico é fato indesejado; no mesmo sentido, o desenvolvimento descompassado com a qualificação da mão de obra também não é positivo, porque os postos de trabalho abertos pelo aquecimento da economia serão ocupados por

profissionais desconhecedores do processo que executam, ou seja, não conscientes de papel transformador naquele contexto inserido.

Oportuno, entende-se que num eventual e não esperado momento de desaquecimento econômico constitui uma oportunidade para qualificar a mão de obra de um País ou região, a fim de se preparar para ocupar os postos de trabalho quando da chegada da bonança, nesse caso, o retorno do aquecimento econômico.

Por outro lado, seja qual for o movimento do desenvolvimento, o incontável avanço tecnológico impõe a sofisticação da permanente qualificação dos profissionais de todas as ciências, com o objetivo de que se coloquem, com velocidade, no limite do correspondente conhecimento e, ainda, de que a sua empregabilidade seja potencializada e que se preservem os postos de trabalho conquistados.

Nesse contexto da educação, o papel do ensino superior é preponderante. No que tange os números da oferta de vagas no ensino superior no Brasil, nesse construto que se vem declarando, destaca-se que a região Nordeste ocupa o segundo lugar no ranking nacional do número de vagas no ensino superior, das 10.793.897 de vagas no ensino superior, 2.113.446 estão no Nordeste e deste total 345.751 vagas de ensino superior estão no estado de Pernambuco, ocupando a 3ª colocação na região, segundo dados do INEP².(CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR/ INEP)

A compreensão da inserção da região no cenário nacional para a redução das desigualdades regionais pelo critério da educação, um dos principais indutores de desenvolvimento, senão o principal, pressupõe, dentre outras informações, o cruzamento do número de vagas mencionado com o número de pessoas, com o perfil correspondente, a ingressarem no ensino superior.

² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>.

Dentro deste contexto, o Brasil tem 17,69 milhões de pessoas com mais de 15 (quinze) anos de educação formal, o que, teoricamente, representa o universo de pessoas aptas a ingressarem no ensino superior, o que representa uma proporção de aproximadamente 1,63 pessoas para cada vaga ofertada. Regionalmente, a proporção mencionada cai para 1,4 pessoas para cada vaga ofertada, isto porque há 2,97 milhões de pessoas com mais de 15 anos de educação formal; no estado de Pernambuco, a proporção sobe, ultrapassando a média nacional mencionada, com 1,75 pessoas, na medida em que há 606 mil pessoas com mais de 15 anos de ensino formal. (CENSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR/ INPEP)³

Conclui-se, assim, que, do ponto de vista quantitativo, as vagas do ensino superior, incluindo instituições públicas e privadas, com base no estudo em referência, ainda não é suficiente para albergar todos aqueles que neste momento estão aptos a ingressarem no ensino superior e, portanto, a inserção regional, e especialmente do estado de Pernambuco, passa pela ampliação do número de tal oferta.

1.3. Contextos Socioeconômico e Educacional:

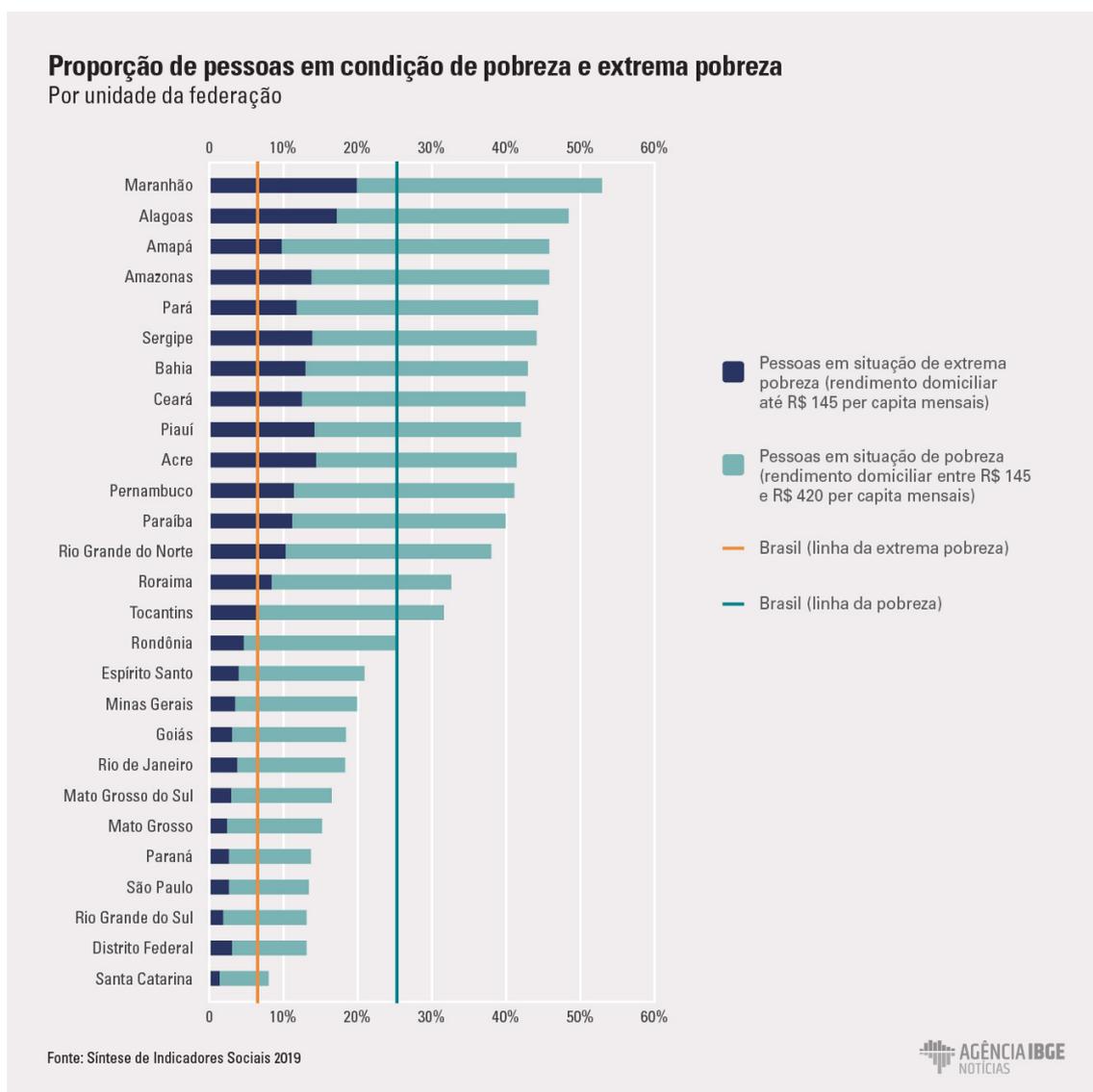
A educação, como dito, é fator fundamental de desenvolvimento sustentável e instrumento de redução de desigualdades, sendo uma das principais fontes de combate à pobreza.

Nesta perspectiva, segundo os dados do IBGE, o número de pessoas em situação de extrema pobreza e situação de pobreza, ou seja, renda *per capita*, respectivamente de até R\$ 145 (cento e quarenta e cinco reais) e entre R\$ 145 (cento e quarenta e cinco reais) e R\$ 420 (quatrocentos e vinte reais), subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5% em 2018, sendo um recorde nos últimos 7 anos, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo IBGE.⁴

³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>

⁴<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>

A mesma fonte revela que, regionalmente, o indicador é ainda mais enternecedor, uma vez que 47% (quarenta e sete por cento) da população brasileira que vive abaixo da linha de pobreza, em 2018, estava na região Nordeste, e Pernambuco, dos 27 (vinte e sete) estados da federação, ocupa a 11ª posição pelo critério mencionado.



Do ponto de vista educacional, Censo da Educação Superior de 2018 registrou a existência, no Brasil, de 2.416 Instituições de Ensino Superior - IES. Desse conjunto, 84,7% são faculdades, 5,6% são centros universitários, 8,0% são



universidades, e 1,7% representam a soma de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) e de centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Em termos de distribuição por região geográfica, praticamente metade das IES (48,9%) está localizada na região Sudeste. A outra metade apresenta a seguinte distribuição: 18,3% no Nordeste, 16,5% no Sul, 9,9% no Centro-Oeste e 6,4% no Norte. (MEC/INEP).

No que diz respeito mais especificamente à economia regional, até o ano de 2013 o Estado do Pernambuco apresentou um crescimento maior que o nacional, sendo um dos estados do nordeste que mais se desenvolveu economicamente entre os anos de 2003-2013.

No entanto, a atual crise econômica impetrou ao estado algumas singularidades em relação ao desempenho nacional. Segundo institutos econômicos, o estado mergulhou mais profundamente na recessão do que o Nordeste e o Brasil. O desempenho mais negativo foi desencadeado pela exposição à crise nacional, pela desmobilização em ⁵Suape e pelas ações de combate à corrupção.

No entanto, segundo os mesmos indicadores econômicos, apesar do cenário adverso - com indicadores negativos de PIB, empregos, inflação e massa salarial -, o Estado tem condição de sair mais rapidamente da crise. Isso porque tem uma situação fiscal mais equilibrada e porque entre 2005 e 2015 foi criada uma nova estrutura industrial, baseada em investimentos estruturadores, o que irá se configurar a partir do crescimento nacional, um desempenho maior do estado.

A desmobilização de Suape aconteceu entre 2014 e 2015, em pleno agravamento da crise econômica e sem deixar possibilidades para que as pessoas conseguissem se recolocar. Além disso, enfrentou as consequências das ações de combate à corrupção, que atingiram a Petrobras e

⁵ Porto de **Suape**. O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, mais conhecido como Porto de **Suape**, é um porto brasileiro localizado no estado de Pernambuco, entre os municípios do Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. Trata-se de um grande elemento da economia do Estado de Pernambuco.



empreendimentos ligados a ela no Estado, como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul.

Apesar destes dados, no ano de 2018 o Brasil cresceu 1,8% do PIB em comparação ao ano anterior e Pernambuco cresceu 1,9%.

No entanto, por mais positivos que sejam os próximos cenários, Pernambuco continuará em destaque no que concerne a desigualdades sociais entre os estados do nordeste. O que com isso desperta e motiva a necessidade de ampliação da oferta da educação superior na região, tão logo aferido panorama contextual visto anteriormente.

1.4. Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação da FEVP

Na configuração do seu plano de implantação, os idealizadores e envolvidos na constituição da FEVP, consideraram todos os dados e conhecimentos acerca da realidade regional e brasileira.

Nesse sentido, a IES se inseriu na região de Bezerros, estado do Pernambuco sob uma perspectiva que tem como foco três conceitos básicos:

- ⇒ A FEVP como meio de capacitação técnica e treinamento de profissionais para instituições, empresas e órgãos;
- ⇒ A FEVP como patrimônio público na medida em que desempenhará funções de caráter político e ético na formação de cidadãos;
- ⇒ A FEVP como meio para o desenvolvimento econômico, cultural e socioambiental.

No que diz respeito ao primeiro conceito há que se considerar que o desenvolvimento econômico está atrelado diretamente à oferta de Educação e, em detrimento, da formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico e dos serviços básicos à população: saúde, educação, justiça etc.



Os dados socioeconômicos da região de inserção da FEVP demonstram que, mesmo com o grande número de Instituições de Ensino Superior criadas na última década, o problema da qualificação para o mercado de trabalho e a regulação da justiça social persistem.

Dessa forma, a FEVP teve em sua gênese o caráter de não se constituir apenas como mais uma IES implantada no Nordeste brasileiro, mas como uma Faculdade que tem consciência plena de que seu papel como instituição de ensino superior converge para sua própria consciência de que é preciso melhorar o cenário regional em termos profissionais e sociais para que todos os setores da sociedade e da economia tenham também o desenvolvimento adequado, afinal tudo passa direta ou indiretamente pela Educação.

No que se trata dos futuros cursos planejados para a IES, de diversas áreas do conhecimento, há que sempre se formar profissionais com competências e habilidades necessárias e eficazes para o mercado de trabalho. Nesse viés, além de considerar os dados estatísticos da demanda da região por determinados profissionais, a continuidade do trabalho de expansão da IES dar-se-á a partir da junção dos atores acadêmicos e os agentes dos órgãos, instituições e empresas, públicas e privadas, implantadas no nordeste do Brasil, numa concepção de agenda que realmente seja voltada ao atendimento das suas demandas por mão de obra qualificada e não apenas “formada”.

No que diz respeito ao segundo conceito norteador, há que se considerar que os dados sócio-estatísticos que foram apontados neste capítulo demonstram que há a necessidade de estabelecimento de novas IES com perspectivas acerca de uma formação ético-política que constitua cidadãos conscientes de seu real papel frente aos anseios sociais. Afinal, só dessa maneira, como já apontamos no capítulo anterior, será possível inserir socialmente aqueles que vivem a margem da sociedade. Ou seja, trata-se de uma singularidade da IES a expectativa de que tais problemas não pertencem e não terão solução única e exclusiva na vontade e nos anseios das instâncias públicas, mas no movimento de uma nova sociedade frente aos problemas da vida moderna que gerou uma



gama de contextos de desigualdade social. Aliás, diga-se de passagem, o Estado do Pernambuco é um dos contextos que mais necessitam de tais perspectivas, pois é um cenário que só é passível de mudança a partir da educação. Da mesma forma, há que se convir a necessária preservação da cultura e do patrimônio ambiental, riquezas que só se preservam mediante a valorização destas em todos os níveis educacionais e a FEVP tem plena consciência de seu papel no que diz respeito a formar indivíduos capazes de intervir positivamente na preservação da sua própria cultura e patrimônio ambiental.

Nesse mesmo viés social, há que se considerar que a FEVP está sediada no Nordeste do Brasil e tem como campo prático para as ações extensionistas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ambiental as movimentações culturais e patrimônio sócio-histórico do Estado do Pernambuco, bem como a expectativa de continuar o seu trabalho de maneira a regular e valorizar o meio ambiente, considerando o homem como parte dele. Afinal, a IES está inserida em uma região de grandes riquezas naturais e tem como um de seus focos a sustentabilidade inserida em seus objetivos institucionais.

No que tange ao terceiro conceito norteador da FEVP, destaque-se que a IES tem um papel preponderante no desenvolvimento socioeconômico regional na medida em que tem conhecimento acerca da totalidade das suas demandas e necessidades da sua região de inserção. Ou seja, trata-se da relevância do conhecimento da FEVP acerca da sua própria realidade de inserção e das perspectivas socioeconômicas regionais, o que faz com que a IES tenha como norte uma formação integral do indivíduo, capacitando-o a realizar as funções determinadas ao desenvolvimento regional, sob o âmbito de formar o homem como um ser social e histórico-social; social no sentido de que o sujeito tem a consciência de sua relação com o outro e de sua responsabilidade sobre a construção da sociedade em que se insere, histórico no sentido de ser um indivíduo consciente de seu papel na transformação da sua região, da sua história e de *outrem*.



Assim, a FEVP tem plena consciência de que é necessária em sua região, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão no sentido estrito e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, o que requer constituir uma identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade. Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a IES, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, procura estabelecer práticas de ⁶construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades, e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

⁶ Falamos em "construção", pois temos como norte a ideia de que o conhecimento não é apreendido ou aprendido, mas social e historicamente construído.

2. EIXO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Constituída como a principal ferramenta para o planejamento e a gestão da IES, a avaliação institucional é estabelecida neste projeto como o âmago de todas as ações sistemáticas e pontuais da FEVP.

Apesar de serem variadas e múltiplas as concepções e interpretações sobre o fenômeno avaliativo, na IES tem-se a perspectiva que a avaliação institucional consiste na obtenção de informações válidas, precisas e fidedignas sobre a realidade ou a atividade institucional na oferta de Ensino Superior, permitindo assim sua valoração e posterior tomada de decisão. Ela comporta, portanto, três grandes momentos: o primeiro momento de pesquisa que busca informações de qualidade necessárias e aquelas que atualmente fazem parte da realidade institucional, o segundo momento de julgamento que leva a uma tomada de decisão sobre a ação ou sobre o planejamento da IES e o terceiro momento que se refere ao uso dessa decisão no sentido de melhoria do processo avaliado e que caracteriza o aspecto social da avaliação.



Assim, por se tratar de um projeto de “vir a ser”, mas enraizado em outras ações já estabelecidas em momentos de existência paralela, afinal se trata de uma IES em credenciamento, mas em que seus atores já possuem um histórico de experiências avaliativas em outras IES, as próximas seções determinarão o ideal avaliativo e planejamento para os próximos 5 anos da FEVP.

2.1. Avaliação Institucional

A FEVP tem plena consciência de que o planejamento e a avaliação institucional são ferramentas essenciais para a gestão da IES. Desse modo, fazem-se ações e atividades diversas visando constituir uma expectativa em 360º do modo de funcionamento “real” para se mensurar a perspectiva “ideal” objetivada pela IES. Nesse modo, se constituem como instrumentos os seguintes aspectos e ferramentas na IES:

a) Relatórios de avaliação Externa do INEP

PROCEDIMENTOS

I – Ainda antes das atividades pós-credenciamento da IES, o Conselho Superior se reunirá e, a partir das fragilidades apontadas nos relatórios de avaliação externa (institucional e de curso), serão traçadas metas de modo a suplanta-las e melhorar as condições de oferta da IES.

II – Os coordenadores dos cursos utilizarão o relatório de avaliação do INEP como ferramenta de gestão do seu curso, visando melhorar a qualidade do mesmo a partir dos apontamentos no relatório.

b) Planejamento Institucional

I – Mesmo de posse deste PDI, após o início das atividades pós-credenciamento, será constituído novo planejamento de institucional visando supplantar



fragilidades e manutenção das potencialidades inferidas tanto em avaliações externas, quanto internas.

II – O Consup e demais órgãos colegiados da IES se reunirão sistematicamente visando emanar dados que sirvam para o planejamento anual da IES.

c) Autoavaliação Institucional

I – Na primeira fase de implantação do Projeto de Autoavaliação Institucional será constituída uma fase de sensibilização de toda a comunidade acadêmica no que concerne ao significado e atribuições da CPA-Comissão Própria de Avaliação, bem como da importância da participação maciça de todos para a gestão da IES.

II – Na segunda fase serão escolhidos ou eleitos os membros da CPA que deverá ter ampla representatividade: alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

III – Na terceira fase do processo será aplicado questionário de modo que possa ser avaliada em 360° a IES.

IV – Na quarta fase do processo serão tabulados os dados, bem como selecionados por setores de modo que se possa, a posteriori, dar o respectivo feedback a cada um deles.

V- Na quinta fase, serão divulgados os dados reais da CPA à toda a comunidade acadêmica.

VI- Na sexta fase, a CPA envia os dados e sugestões a cada um dos setores avaliados.

VII- A sétima fase é o acompanhamento das ações advindas em razão da autoavaliação, haja vista não ter sentido um processo desse tipo se não houver o acompanhamento sistemático da evolução do processo.



2.1.1. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

Conforme pode ser verificado na seção anterior, a autoavaliação institucional da FEVP prevê a constituição de um processo em 360°. Para tal, faz-se necessário que se tenha uma configuração do órgão com ampla representatividade da comunidade acadêmica, a saber:

=> Docentes: Os docentes avaliarão a IES e serão avaliados por alunos e por si próprios. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 docentes no órgão.

=> Discentes: Os alunos avaliarão a IES, a si próprios e os docentes que fazem parte da sua formação no curso escolhido. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 discentes no órgão.

=> Corpo Técnico Administrativo: O corpo técnico administrativo avalia a IES e a si próprios. Há previsão de participação mínima de 2 técnicos administrativos no órgão.

=> Gestão da IES: O corpo de gestores da IES avalia a IES, a si próprios e é avaliado por alunos, docentes e corpo técnico administrativo. Há a previsão de participação mínima de 01 gestor no órgão.

=> Mantenedora da IES: A IES considera imprescindível a participação de um representante da mantenedora na CPA, haja vista poder intervir e entender de maneira mais plena as necessidades da instituição no que concerne à avaliação.

2.2. Instrumentos utilizados na Autoavaliação institucional

Primeiramente, há que considerar a filosofia da IES no que concerne a função da avaliação: a instrumentalidade para a gestão de todos os setores que compõem a instituição.



Nesse mote, uma única avaliação 360º não dará conta de se estabelecer uma gestão plena dos resultados. Assim, a CPA e a IES utilizarão instrumentos diversos para a autoavaliação, a saber:

a) Questionário: abrange todos os setores e necessidades institucionais aplicado uma vez ao ano de maneira maciça na IES.

b) Caixa de sugestões: disponibilizada a todos os setores da IES e disponível também à alunos, professores e comunidade civil organizada, pois a IES disponibilizará uma caixa em centros comunitários ou semelhante.

c) Ouvidoria: enviando dados gerais a CPA, de modo que se possa intervir e sugerir ações antecipadas para a resolução de problemas diversos na IES, bem como avaliar determinados setores a partir dos chamamentos na ouvidoria.

d) Relatórios das Coordenações de Curso: deve ser sistematizado na IES o planejamento e expectativas sistemáticas de composição de relatórios avaliativos nos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse viés, a CPA receberá dados diversos podendo utiliza-los como ferramentas que viabilizem uma gestão mais participativa e ampla na IES.

e) Relatórios elaborados e fornecidos à CPA pelo CAE: por meio de diversas ações propostas pelo setor, será possível fomentar o diagnóstico do cenário da IES, fomentando o ciclo avaliativo da CPA de forma continua.

Desse modo, pode-se concluir que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FEVP tem como objetivo geral redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade, repassando à todos os órgãos que compõem a IES os resultados e sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

Dentro deste processo, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós graduação são também ferramentas imprescindíveis de gestão e, portanto,



também são avaliados, assim como o perfil da instituição identificando o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais além de aspectos gerais como, por exemplo, desempenho do corpo docente e do corpo discente do curso, dentre outras questões relevantes para a aferição.

Esse tipo de avaliação requer a participação de todos, pois se entende que para o desenvolvimento do curso e o bom andamento da Instituição, precisamos da integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para a consecução de nossos objetivos. O resultado da avaliação institucional é subsídio para a Coordenação de curso traçar suas estratégias de curto e longo prazo para a Instituição.

A coordenação do curso em conjunto com o colegiado de curso e NDE promoverá reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação do curso durante o semestre, bem como reuniões com seu corpo docente, inclusive com participação do corpo discente para avaliar o curso e seu projeto pedagógico adequando-o às mudanças sociais e da profissão, no sentido de adequar sempre as unidades curriculares, os programas de disciplinas, as atividades práticas e a metodologia de ensino do curso, para propiciar ao aluno a formação necessária ao seu mercado de trabalho.

É preciso ressaltar também que os resultados e relatórios das avaliações externas INEP e ENADE também farão parte dos insumos que irão contribuir para o contexto da avaliação e plano de melhorias da CPA. Esses resultados serão analisados, mensurados, logo constituirão um relatório que deve ser discutido com Direção da IES.

2.3. Análise e Divulgação dos resultados

Conforme explicitado nas seções anteriores, de posse dos resultados das mais variadas formas de constituição de dados acerca da IES, a CPA tabulará e irá divulgar os resultados das avaliações.

Porém, tem-se claro que tal expectativa prevê três fases bem claras e interligadas:

- a) Em um primeiro momento são divulgados os dados quantitativos dos questionários aplicados pela CPA;
- b) Em um segundo momento são divulgadas análises da CPA acerca dos dados adquiridos nas avaliações para todos os segmentos acadêmicos.
- c) Em um terceiro momento, a CPA deverá se reunir com cada um dos órgãos envolvidos no processo, de modo que os resultados advindos das avaliações e as análises dos resultados não se configurem apenas como um *feedback* da Comissão Própria de Avaliação, mas que exista um vínculo de apropriação de tais dados pelos envolvidos no processo. A título de exemplo, podemos citar que em casos de problemas de infraestrutura, a Diretoria Administrativa da IES incorpore os dados de modo que eles se tornem um norte em sua gestão e, portanto, a CPA tem seu papel preponderante de acompanhar esse processo pós divulgação de resultados.
- d) Uma vez divulgado entre os envolvidos no processo, entende-se, dentre eles, gestor de curso e departamentos da IES, os mesmos devem promover reuniões para apresentar os resultados e plano de melhorias para o curso ou setor.
- e) A CPA irá integrar em suas atividades, a de acompanhamento, tomando *feedback* dos gestores acerca do andamento das ações.

3. EIXO: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1. Missão Institucional

Promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade em que se insere.

3.1.1. Visão

Ser uma importante instituição de ensino do Estado de Pernambuco, comprometida com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade formando profissionais de excelência para o mercado de trabalho.

3.1.2. Valores Institucionais

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FEVP.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FEVP.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente.
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação.
- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.
- Direitos Humanos - Porque enobrece o fazer humano despertando para anseios sociais.

3.1.3. Objetivos Institucionais

- Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FEVP, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;
- Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FEVP.

3.1.4. Metas Gerais da Instituição

Para consecução de seus objetivos, a seguir, são apresentadas metas globais da FEVP que proporcionarão direcionamento em seus planejamentos estratégicos para o quinquênio. Essas metas direcionarão um planejamento mais minucioso estabelecido no Planejamento Estratégico, após o credenciamento:

- Inserção do estudante da IES em uma perspectiva plena de busca pela qualidade na educação e no mercado de trabalho.
- Prospecção da inovação no âmbito dos conteúdos e perspectivas formativas dos cursos.
- Fomento ao estudante de expectativas acerca da educação ambiental e da responsabilidade social fazendo dele um multiplicador.
- Preservação e multiplicação da cultura da região de inserção da IES.
- Constituição de um ambiente acadêmico centrado na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Formação de egressos aptos a exercer as mais diversas profissões necessárias ao desenvolvimento regional e o crescimento humano.
- Estabelecimento de alunos e professores com visões críticas acerca de suas áreas de conhecimento.
- Preservação do patrimônio e da cultura a partir da divulgação e aproximação da FEVP com a comunidade.
- Realização de estudos, pesquisas e investigações que expliquem e promovam contribuições ao desenvolvimento regional, cultural e social, bem como a valorização e respeito aos Direitos Humanos Fundamentais.



- Valorização dos recursos humanos e técnico-administrativos, de modo a incentivar o compromisso com a qualidade do ensino e com o próprio resultado do seu trabalho.
- Vínculo efetivo do estudante ao ambiente educacional, de maneira a melhorar o desempenho acadêmico e incentivar a cultura na Faculdade.
- Desenvolver continuamente métodos e tecnologias para o Ensino-Aprendizagem.
- Manter o foco institucional na busca da qualidade e no alcance da excelência a partir de conceitos positivos junto ao MEC (IGC, CPC, CC, CI).
- Melhorar a qualificação do corpo docente e corpo técnico-administrativo estimulando-os na busca constante do aperfeiçoamento e atualização de seus conhecimentos técnicos;
- Adequar, ampliar e melhorar sistematicamente as condições de infraestrutura e na ampliação de seus espaços e instalações.

3.1.5. Metas Específicas da Instituição

Em consonância com a missão, com os objetivos e metas gerais estabelecidas, a FEVP estabeleceu metas específicas, que deverão ser implantadas durante a vigência deste PDI.

a) No âmbito Pedagógico

METAS	2019	2020	2021	2022	2023
Supervisionar e acompanhar de forma sistemática a implementação das metas, ações e implementações previstas neste PDI.	X	X	X	X	X
Estimular a capacitação e titulação de seus docentes e corpo técnico administrativo, inclusive ofertando pós-graduações em seus próprios espaços, seja por meios próprios ou a partir de convênios interinstitucionais	X	X	X	X	X
Curricularizar e constituir diversos projetos de Extensão	X	X	X	X	X
Constituir projetos de pós-graduação			X	X	X
Constituir projetos de novos cursos a serem implantados			X	X	X
Normatizar e operacionalizar o NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas			X	X	X
Constituir um órgão responsável pela tecnologia e inovação pedagógica	X				
Incentivar e regulamentar a iniciação científica	X				
Atualizar e acompanhar a CPA	X	X	X	X	X
Constituir um órgão e programa de educação ambiental e direitos humanos	X				
Constituir eventos acadêmico-científicos			X	X	X

b) No âmbito da Infraestrutura

METAS	2019	2020	2021	2022	2023
Adequação da IES no que tange à segurança regulamentada pelo corpo de bombeiros	X				
Adequação da IES no que tange à acessibilidade arquitetônica	X				
Aquisição de livros para novos cursos a serem implantados			X		
Aquisição de livros para o reconhecimento do primeiro curso da IES				X	
Criação do NPJ					X
Criação do CAE	X				
Atualização do software acadêmico	X				
Atualização do site institucional seguindo as perspectivas do Decreto 9.235	X				
Digitalização do acervo acadêmico em atendimento ao Decreto 9.235			X		
Aquisição da biblioteca virtual		X			
Ampliação do número de salas e novos laboratórios para outros cursos planejados no PDI			X	X	X

3.1.6. Cronograma de Implantação dos Cursos

A FEVP atuará em diversas áreas do conhecimento, onde estão as Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e exatas.

CURSOS IMPLANTADOS NA FASE DE CREDENCIAMENTO

CURSO	VAGAS	MODALIDADE
Bacharelado em Direito	200	Presencial
Bacharelado em Enfermagem	100	Presencial
Bacharelado em Odontologia	150	Presencial
Bacharelado em Psicologia	100	Presencial
Bacharelado em Educação Física	100	Presencial
Licenciatura em Educação Física	100	Presencial
Licenciatura em Pedagogia	100	Presencial

CURSOS A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DESTE PDI

CURSO	VAGA	MODALIDADE
Bacharelado em Medicina Veterinária	100	Presencial
Bacharelado em Biomedicina	100	Presencial
Bacharelado em Farmácia	100	Presencial



Bacharelado em Engenharia Mecânica	100	Presencial
------------------------------------	-----	------------

Vale destacar que para a implantação de novos cursos, a IES constituirá sua organização em novas unidades, ou seja, em outros locais da cidade a serem definidos no decorrer da vigência do PDI.

3.4. Projeto Político Institucional da FEVP

O projeto institucional da FEVP busca a humanização e a capacidade técnico-profissional do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a melhoria da qualidade de vida e da justiça social a partir da realidade regional.

Em razão desta concepção e compromisso, a IES projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que o ensino e a extensão trarão às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência da Faculdade.

O projeto acadêmico da FEVP inspira-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, o conhecimento desenvolvido através do ensino, da iniciação científica e da extensão cumprem a função de medição dentro e fora da Faculdade, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais. A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto para o quinquênio tem como norte a marca da participação



da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos e metas da IES.

O ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão são, portanto, as especificidades da Faculdade que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da sua finalidade social e pública.

Este Projeto Pedagógico Institucional direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

- a) Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional.
- b) Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento socioeconômico, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.
- c) Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.
- d) Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades.

O desenvolvimento destas funções proporcionará à FEVP a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural da comunidade que compõe a região de abrangência da Instituição.

3.4.1. Concepção e Perfil da FEVP

A FEVP tem sua concepção baseada na realidade e nas potencialidades humana e social que a circundam. Esta concepção leva em consideração, tanto



em seus fundamentos, quanto em suas propostas, a história espaço-temporal relativa à região onde a Instituição está inserida. Neste sentido, o conceito universal do Ensino Superior se reveste do constructo real e inerente à história e à cultura do Estado de Pernambuco, bem como ao futuro que lhe cabe construir.

O mundo de uma Instituição de Ensino Superior transcende suas próprias fronteiras, e seu objeto ou campo de conhecimento é ilimitado. Assim, tudo o que o ser humano e a sociedade podem oferecer e apresentar é objeto de ensino e de questionamento.

Desta maneira, o ensino superior é o espaço adequado para a elaboração da criticidade, reflexão epistemológica, inovação da ciência e tecnologia, socialização do saber científico e facilitador do processo de humanização.

A FEVP é oriunda de uma realidade social e, como tal, responsável pelo seu desenvolvimento. Como toda instituição, sua finalidade não se volta para interesses unilaterais de qualquer natureza. Seus fins são públicos porque sua origem é centrada na formação em busca de desenvolvimento socioeconômico do país e, portanto, todos os seus programas e serviços voltam-se para a coletividade. Além disto, de forma transparente mantém sua especificidade - o ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão - não como propriedades de pessoas ou organismos privados; mas sim como um bem da coletividade, portanto, públicos e de domínio das comunidades em que a IES se insere.

O perfil da IES identifica-se, em relação a sua concepção, primeiramente a partir de sua dimensão institucional, que se refere ao projeto político da Instituição. A ideia de Instituição contém em si a concepção estratégica, diretamente relacionada à contextualidade. A dimensão estratégica diz respeito ao conjunto das relações e dos processos que se estabelecem entre a Faculdade e a realidade social contextualizada.



Outra característica, na dimensão institucional é a sua vocação de caráter histórico. A dimensão histórica inerente a uma instituição, diz respeito ao dinamismo, às interações e à dimensão prospectiva, configuradora de situações novas que a Instituição pode gerar na sociedade e que, por sua vez, esta pode gerar àquela.

Neste sentido, a FEVP é concebida como uma instituição em processo instituinte, isto é, em constante vir-á-ser. Ela se constitui à medida que contribui para a formação da sociedade que a informa.

O segundo princípio, em relação à sua concepção, diz respeito à dimensão organizacional. Fundamentalmente, a dimensão organizacional está relacionada ao plano e às condições necessárias para sua execução. Enquadram-se neste campo toda a linha programática relacionada ao ensino, à pesquisa (iniciação científica) e à extensão, à pós-graduação, ao planejamento e à avaliação, bem como à infraestrutura e aos recursos necessários para garantir a execução dos projetos e a consecução dos fins e metas da FEVP.

3.4.2. Plano Didático-Acadêmico da FEVP

A FEVP estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de Ensino, pesquisa (iniciação científica) e Extensão e a indissociabilidade entre elas.

Essa concepção é fundamentada na sua missão institucional, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos lugares sociais e a uma articulação sistemática com o mercado de trabalho e as instituições e organismos externos com quem estará interagindo.

Para o cumprimento do projeto pedagógico institucional, estabeleceram-se as seguintes linhas básicas de ação:



- Desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da Faculdade por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa;
- Viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas condições para o ensino e a extensão, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação;
- Articular a interação do ensino, da pesquisa (iniciação científica) e extensão dos cursos a serem implantados na IES;
- Criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua área de abrangência na sede;
- Fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, da educação, da justiça e do meio ambiente;
- Aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- Aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica;
- Efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas da FEVP e dos problemas da própria comunidade;
- Desenvolver um processo cultural de formação acadêmico-profissional direcionada à atender as expectativas das novas tecnologia e cultura da inovação.

3.4.3. Planejamento Didático Pedagógico da FEVP: Os Projetos Pedagógicos

A FEVP desenvolverá a educação superior a partir de cursos de graduação, cursos de extensão, cursos de Pós-Graduação, todos, hodiernamente, na modalidade presencial e, futuramente, também na modalidade EaD.



Na educação superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação do aluno, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, dinâmicas de grupo e pesquisa.

Os projetos pedagógicos sintetizam a estrutura do curso na matriz curricular, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à produção acadêmica e à extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Os cursos de graduação da FEVP serão sempre um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visarão a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estarão sempre organizados de forma a que todos os créditos ou carga horária possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

A FEVP estabeleceu as diretrizes que norteiam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação devem ter uma concepção filosófica, embasada e substanciada no que prevê a missão da Faculdade.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos que estão vinculados ao credenciamento institucional, bem como dos próximos cursos que serão autorizados a posteriori, seguem as diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC. Assim, a estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

- I. A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de sociedade e de homem que se deseja para o egresso, porém dando-se liberdade para o pensamento livre e a construção de sua identidade e visão singular da realidade em que se insere;
- II. Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;
- III. A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:
 - a. Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
 - b. Níveis de flexibilização curricular de acordo com as necessidades do curso;
 - c. Concepção da relação entre teoria e prática;
 - d. Identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
 - e. Conceituação das formas de interação entre ensino- pesquisa - extensão;
 - f. Uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
 - g. As perspectivas e possibilidades interdisciplinares no planejamento, na seleção e organização dos conteúdos curriculares;
 - h. As expectativas de cunho cultural, econômico e social, como projeto que trará implicações para conservações ou transformações pertinentes na IES.

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

A FEVP caracteriza “disciplina” o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido,



num período letivo. As disciplinas do currículo são fixadas atendendo às peculiaridades da profissão e, quando se tratar de formação humanística geral, dar-se-á espaço para discussão de sua própria realidade.

O currículo dos cursos de graduação tem organização própria, com uma grade seriada para localização do aluno acerca de sua fase no curso, ordenados em fases semestrais com pré-requisitos, quando necessários.

O programa de cada disciplina é elaborado pelo docente responsável pela disciplina a partir da ementa estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso, discutido pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso e aprovado pelo seu Colegiado.

3.4.4. Parâmetros para Seleção de Conteúdos, Elaboração e Atualização de Currículos

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos cursos da FEVP levará em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

- ⇒ Sócio-antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas regionais, brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção

consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

- ⇒ Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ⇒ Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- ⇒ Socioeconômico, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento tecnológico e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescentadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à regionalidade, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

Para tal, os docentes envolvidos no processo irão:

- ⇒ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- ⇒ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- ⇒ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.
- ⇒ Alimentar sua prática profissional de insumos que possibilitem a



instrumentalização de ferramentas tecnológicas e inovadoras.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- ⇒ A revisão contínua dos currículos;
- ⇒ A atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional, considerando ferramentas da tecnologia da informação;
- ⇒ A orientação acadêmica estabelecida por docentes;
- ⇒ A ampliação dos recursos de apoio ao ensino como visitas técnicas, convênios e aspectos tecnológicos;
- ⇒ O aperfeiçoamento docente;
- ⇒ A criação de novos cursos;
- ⇒ A elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos a FEVP considerará:

- ⇒ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ⇒ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ⇒ Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- ⇒ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ⇒ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ⇒ Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- ⇒ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ⇒ Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

3.4.5. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

Para a FEVP, o ensino é uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre professores e alunos em que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos para produção do novo.

O envolvimento da comunidade a partir do vínculo ensino-extensão tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica e auxiliar na melhoria da qualidade de vida, o que ocorre pela prestação de serviços como no NPJ, Clínica Escola e Brinquedoteca e ações na comunidade, ou mesmo através de cursos, seminários e palestras que envolvem alunos, professores e comunidade. Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade.

Neste contexto, a FEVP tem como princípio pedagógico a **indissociabilidade do ensino, da pesquisa (iniciação científica) e da extensão**. Ou seja, norteada pela sua concepção de ensino, a IES procurará em todo seu percurso educativo vincular ensino- extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolverá ensino com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta à medida que se desenvolvem novas metodologias entre os atores envolvidos e a ampliação gradativa da qualidade almejada pelos cursos. Há que se destacar que a vinculação destas ações está



diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infraestrutura necessária, o que a Faculdade disponibiliza à comunidade acadêmica e à sociedade.

As políticas de Ensino da FEVP visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética e da Cidadania, voltando-se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, conforme preconizam as legislações vigentes sobre os temas.

Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizado, discriminadas a seguir.

3.4.6 Metodologias e Práticas Inovadoras

Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos vinculados ao credenciamento e aos cursos que serão autorizados no decorrer do quinquênio, pauta-se a IES pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Nesse mote, as práticas de ensino-aprendizagem devem ser entendidas como um meio em DESENVOLVIMENTO e não pronto e acabado e decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de investigação e contato com a realidade sempre que possível.



Assim, há que se estabelecer uma multiplicidade de recursos que estão postas no mundo atual e passíveis para uso de todas as IES, haja vista, além do espaço de sala de aula, termos praticamente o mundo em nossas mãos, considerando o avanço tecnológico dos smartphones e os milhares de apps e redes sociais disponíveis. Assim, o Youtube, o Facebook, o Instagram e aplicativos educacionais como o Google Spotlight Stories, Google Tradutor, Human Anatomy Atlas, Libby, Metaverse, Swiipe, etc, deixam de ser ferramentas meramente interativas para se tornar ferramentas educacionais para discussão e pesquisa de vários temas.

Além disso, a relação entre a realidade do trabalho devem ser de acesso constante dos alunos já no início do curso a partir de visitas técnicas e de pesquisas orientadas.

Dessa forma, o propósito metodológico assumido pela FEVP é o da ressignificação do conhecimento, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído, mediado pela realidade do mundo do trabalho e também pelas tecnologias disponíveis no mundo atual. Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico a partir da autonomia do aluno.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época, logo estudos de caso, notícias, blogs etc., serão sempre incentivados pelos docentes ao uso cotidiano, construindo-se uma teia de conhecimento em construção. A partir disso, pode-se afirmar que a FEVP fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada

disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, serão orientados metodologicamente seguindo os seguintes princípios:

- **Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional:** abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história que podem ser pesquisados pelos alunos a partir de milhares de estudos de caso disponíveis na web e/ou em problemas e situações vislumbradas em visitas técnicas;
- **Momento de fundamentação teórica:** desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- **Momento da produção teoricamente fundamentada:** abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas nas quais o próprio estudante trás para a sala de aula as suas descobertas e reflexões.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiosincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo para os professores e alunos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma nova postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, torna-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso a ser autorizado na IES, desdobrados, nos



planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferecerá oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propiciará a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras a FEVP buscará implementar a cultura empreendedora, da inovação e da sustentabilidade na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes terão contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo. Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.



Portanto, o discente identifica as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe às culturas empreendedora e sustentável promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções.

Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar. Para isso as práticas inovadoras incentivam uma amplitude dos conceitos culturais do aluno para o entendimento do seu papel social e cultural

Cabe à instituição através das práticas inovadoras, o incentivo à cultura local e universal, ampliando as possibilidades de ação do alunado na comunidade. A instituição, também, possui como proposta que os docentes levem pautas atualizadas sistematicamente a partir de acontecimentos no mundo para serem associadas ao conteúdo. Essa integração, além da atualização do corpo de alunos, leva ao debate construtivo e a ressignificação dos processos locais e auto reconhecimento do aluno em seu papel na própria formação. Acreditamos, que o bom empreendedor, seja o aluno ou professores, através do empenho, valorizam o ambiente na qual se encontram.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da FEVP buscam, por meio de suas metodologias, tecnologias disponíveis e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.



Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações extensivas à comunidade, bem como serão inseridos em todos os currículos como disciplina obrigatória o empreendedorismo como tema.

3.4.2. FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas

Conforme já destacamos, na FEVP, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas de ensino, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve se estabelecer em uma expectativa de autonomia do aluno para o aprendizado e só após esse desafio o professor deve ser acionado. Assim, no que diz respeito ao corpo docente, o curso deve sempre privilegiar a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador” em que, antes da interação em sala de aula, o aluno exercita sua autonomia a partir do aprendizado autônomo e contato prévio com o conhecimento, sendo esse local o momento propício para discussão e tirar dúvidas e não para o repasse de conteúdos.

Dessa forma, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente universitário, a FEVP estabelecerá em seus cursos de graduação, o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”.



Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo diretamente para o aluno. Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FEVP assumirão responsabilidades no tocante as suas leituras prévias antes de ter o contato com os professores, devendo para esses determinar-se o papel de tirar dúvidas e não expor conteúdos. Para tal, a IES deve fazer uso da tecnologia em um espaço virtual em que se possa disponibilizar os textos para leitura e fóruns para discussão entre os próprios alunos, bem como locais para pesquisas adicionais sobre os assuntos.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem as aulas, o professor irá dispor de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

O eixo central das experiências com as aulas invertidas ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que estimularão a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, todos os cursos de graduação da FEVP sensibilizarão sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias, oportunizem aos alunos a vivência com a cidadania e o pensamento crítico em relação aos conteúdos previstos. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á



preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática das suas áreas profissionais.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação estabelecida entre os professores e professores através de práticas interdisciplinares, a partir das investigações e projetos feitos por grupos de alunos de maneira orientada, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se considerar também as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, o que é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista na FEVP tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros nos cursos e nele sejam determinadas as várias possibilidades de ferramentas tecnológicas.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização dos laboratórios profissionais (Núcleo de Práticas Jurídica, Empresa Júnior, Clínica Escola etc) de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais;
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado na FEVP , uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para os cursos de graduação e pós-graduação, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho. Neste mote, destaque-se o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógico que será o órgão responsável por pesquisar e disseminar na IES as novas metodologias e ferramentas tecnológicas disponíveis para todos os cursos.

3.4.3. Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilização compreende modificações no currículo em consonância com o plano pedagógico de maneira a ressignificar a prática docente e proporcionar ao educando melhores condições para sua formação e inserção no mercado de trabalho.

A flexibilização do currículo se caracteriza tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade.

A verticalidade prevê a possibilidade de organização do saber ao longo do semestre e anos e, a horizontalidade, possibilita ao educando o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular prevê critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em consonância com os desafios do mundo contemporâneo.

São perspectivas de flexibilização dos currículos:

- ACP's – Atividades de Complementação Profissional, denominação esta que é prevista pela FEVP para as Atividades Complementares presentes em todos os cursos de graduação da IES. Essas atividades têm essa nomenclatura diferenciada de outras IES, em face de método da FEVP em separar estas das atividades de extensão;
- Atividades de Extensão – São atividades em atendimento à Resolução CNE/CES 2018 e o PNE que tratam das atividades de extensão no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras;
- Práticas Interdisciplinares – conteúdos que estão previstos para os cursos Bacharelados;
- Implantação dos 40% de disciplinas semipresenciais previstos pela legislação em vigor para os cursos presenciais;



- Disciplinas Optativas que estão inseridas em todos os currículos;
- Aproveitamento de Estudos na perspectiva da Lei 9.394/96, Art. 47 § 2º.

Dessa forma, a flexibilização curricular se evidenciará na construção de uma concepção e de estrutura curricular que exigirão a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Nessa perspectiva, a FEVP manterá um processo constante de avaliação, atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação a partir dos NDEs – Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação a serem implantados.

Portanto, a flexibilização curricular se concretiza em cada projeto pedagógico, conforme as especificidades da área de formação e ao perfil profissiográfico definido para o formado.

3.4.3.1. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

Como já ressaltado na seção anterior, além das atividades obrigatórias para a integralização das matrizes curriculares dos cursos, a FEVP oportunizará aos seus alunos a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de projetos desenvolvidos nos cursos de graduação. Essas atividades compreendem uma dimensão quantitativa e qualitativa visando à melhoria da formação e atualização profissional do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Propõe uma ampliação do espaço para estudos ainda mais independentes como as Atividades Complementares (complementação profissional) e Atividades de Extensão, podendo o estudante participar desde o seu ingresso na Faculdade.

É uma perspectiva de currículo que favorecerá a iniciativa e a participação do aluno no seu processo de formação, tornando-o corresponsável pelo contexto de ensino-aprendizagem.



A FEVP oferecerá, como já apontado anteriormente, em seus cursos de graduação disciplinas optativas e/ou eletivas como possibilidade ao próprio aluno participar da construção do seu currículo. Além disso, há que destacar as Práticas Interdisciplinares estabelecidas para os PPCs dos Cursos.

3.5. Perfil do Egresso

A FEVP visa formar e qualificar profissionais em estreita articulação com os setores da sociedade, especialmente em sua inserção regional, oferecendo também mecanismos para a educação continuada.

O projeto pedagógico de cada curso abrange as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, o sistema de avaliação e o trabalho conclusão de curso.

Desta forma, a base da formação para o egresso situa-se nos quatro pilares da educação, focados no:

- ⇒ Aprender a ser, formando, para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade;
- ⇒ Aprender a conviver, formando pessoas com espírito cooperativo e de equipe, respeito às diferenças e capacidade de dialogar;
- ⇒ Aprender a conhecer, formando o espírito da busca e a compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos;
- ⇒ Aprender a fazer, em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de

exercer a liderança.

Além disso, conforme apontamos em momentos anteriores deste documento, o egresso deverá ter uma consciência plena acerca de sua responsabilidade para com o outro e para com o mundo, tendo, além das perspectivas acerca de sua profissão, o empreendedorismo, a inovação e a sustentabilidade como nortes constantes.

Em suma, pode-se constituir o perfil geral do egresso da FEVP como sendo:

Um profissional e cidadão com competência técnica em sua área de atuação ciente de sua responsabilidade socioambiental, pela valorização cultural e consciente da necessidade de busca constante pela inovação e formação continuada.

3.6. Atividades Práticas de Estágio

As dimensões teóricas e práticas do conhecimento, assim como suas integrações, devem aparecer em todas as atividades acadêmicas, não se restringindo a determinadas matérias ou determinados tempos de realização do currículo.

A relação teórico-prática tem o objetivo de promover a aproximação do acadêmico nas atividades desenvolvidas em ambientes que favoreçam o exercício da prática profissional.

Ocorre simultaneamente a partir das disciplinas que compõem o currículo do curso, e visam o fortalecimento na formação a partir da superação da aprendizagem apenas teórica, pois assim o aluno tem a oportunidade de promover o pleno desenvolvimento profissional.

Nesse viés, o estágio é um componente curricular que tem relação direta com o processo de aprendizagem para a profissionalização do estudante. Pode ser não



obrigatório, de livre iniciativa do estudante ou obrigatório, quando exigido para o cumprimento da carga horária do curso como ocorre com licenciaturas e bacharelados.

Sua realização exigirá o acompanhamento profissional de um supervisor de Estágio na unidade concedente do estágio, com formação ou experiência profissional na área de estudos do estagiário e orientação de um professor da instituição que poderá também exercer o papel de supervisor de estágio. Todos devem ser capazes de orientar o aluno em suas necessidades e especialmente acompanhar se as atividades desenvolvidas são condizentes com os objetivos estabelecidos na legislação e nas necessidades do curso.

A realização do estágio deverá propiciar a aprendizagem através da prática, e deverá ser desenvolvido em qualquer hipótese, em uma instituição, empresa ou órgão capazes de possibilitar a vivência da rotina profissional, com supervisão profissional permanente na teoria e a prática por um colaborador dessa condescendente. Nesse mote, o estágio é uma atividade que não se atém a uma mera aplicação de conteúdos, devendo-se criar nessa fase de formação do estudante, oportunidades reais de confrontos e sínteses sobre questões cruciais do campo profissional, necessários à construção constante de conhecimentos e à formação de habilidades.

A regulamentação do Estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- Os estágios devem ser realizados em órgãos e empresas públicos e privados sempre conveniados com a instituição;
- Os estágios devem ser realizados sob a orientação de um professor da instituição, o qual acompanha as atividades do estagiário;
- Os estágios devem ser realizados sob a supervisão de um colaborador-técnico da conveniada;
- Os estágios devem ser realizados sob supervisão da IES que deverá se

deslocar até a conveniada para supervisão das atividades estágio, conforme prevê a Lei 11.788/2008;

- As conveniadas também devem designar um profissional para exercer a função de supervisor de estágio;
- Os coordenadores de cada curso devem designar os professores para atuarem como orientadores e supervisores de estágio;
- O Programa de Estágio deve contemplar o planejamento das atividades, bem como, a carga horária mínima a ser cumprida e as datas de reuniões periódicas e de entrega de relatórios;
- A avaliação do estagiário deve ser feita pelos orientadores e supervisores de estágio;
- A frequência mínima de aprovação do estágio é de 75% e nota deve alcançar o mínimo estabelecido no regulamento constante dos projetos pedagógicos dos cursos.

A participação de programas de estágio, divididos em obrigatórios e não obrigatórios, é um componente que visará aprimorar os conhecimentos do estudante, fortalecendo sua formação acadêmica.

3.7. Práticas Interdisciplinares– PI

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como a inter-relação entre eles e um melhor entendimento dos conhecimentos que lhes são transmitidos cotidianamente, assim, a cada semestre, serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação teórica e prática entre as disciplinas cursadas.

Do início ao final dos cursos de graduação, os alunos desenvolverão, sob a orientação dos professores, diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de



formação, a responsabilidade social, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula, o encontro com a sociedade, a constituição de propostas inovadoras, a configuração de novas práticas e a formação cidadã.

Ressalte-se que as Práticas Interdisciplinares serão normatizadas por regimento e manual próprios, disponibilizados em cada curso e anexados aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica.

3.8. Atividades Complementares (Atividades de Complementação Profissional)

Em face da complexidade em definir limites e conceitos acerca da Extensão e das Atividades Complementares, a FEVP curricularizou a extensão conforme preconiza a própria legislação e, a partir disso, para não gerar confusão de conceitos, passou a denominar as Atividades Complementares de Atividades de Complementação Profissional.

Diferentemente do que ocorre na maior parte das IES no Brasil, a FEVP optou, a partir de ampla discussão, por inserir essas atividades no formato de disciplina/carga horária em cada semestre letivo dos cursos, ou seja, elas serão constituídas no mesmo molde que outras disciplinas, porém sem ementa e sem bibliografias definidas, haja vista suas características de serem de livre escolha pelo aluno.

Trata-se de uma estratégia para que os alunos, desde o início do curso, busquem participar dos eventos da IES, bem como de eventos externos para constituí-las, excluindo-se, portanto, a prerrogativa ocorrente de os alunos deixarem tais atividades para serem contempladas ao final do curso, como empiricamente os idealizadores deste PDI já presenciaram em outras IES.



As atividades de Complementação Profissional estão contempladas em todos os currículos dos cursos de graduação da FEVP, dando a esses currículos maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade que são caracterizadas como atividades de ensino, pesquisa e extensão, dentre muitas outras formas que colaborem para o enriquecimento do currículo dos cursos e contemple o perfil traçado do profissional.

Vale destacar que essas atividades favorecem o discente numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação profissional.

Esse exercício de participação permite ao discente ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporciona maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos e com a sociedade, formando um curso harmônico e coeso.

A formação do discente, nesse sentido, não fica restrita aos conteúdos discriminados nos planos de ensino, mas podendo interagir criativamente com outros contextos, o que o ajudará a desenvolver habilidades que contribuam singularmente para a formação do seu perfil profissional.

É de competência do colegiado de curso normatizar essas atividades ao longo do curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela instituição e com as do MEC. Essas atividades são computadas no sistema de ascensão de períodos, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

Essas atividades estão regulamentadas nos projetos pedagógicos dos cursos,



tendo por base as seguintes normas:

- ⇒ A realização da carga horária total das atividades é indispensável à colação de grau e são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação as realizem no decorrer dos cursos;
- ⇒ os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das atividades;
- ⇒ na realização das atividades, por parte dos discentes, devem ser garantidas a diversidade de áreas e o cômputo das cargas horárias devem respeitar os limites estabelecidos nos projetos pedagógicos de cursos e seus respectivos regulamentos;
- ⇒ cabe ao aluno, a cada semestre letivo, encaminhar a documentação comprobatória, entregando-a ao setor responsável, para posterior aproveitamento, lançamento e computação da respectiva carga horária;
- ⇒ o setor responsável pode exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de comprovações que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar;
- ⇒ antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenham previsão ou pontuação horária na regulamentação constante nos projetos pedagógicos dos cursos, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável, inclusive quanto à carga horária a ser aproveitada e registrada no histórico escolar;
- ⇒ das decisões do setor responsável quanto às negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos, formalmente protocolados.

3.9. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

Na FEVP, o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória em todos os cursos e se trata de uma atividade de iniciação científica integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas. O TCC tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber da profissão escolhida pelo aluno.

O TCC é uma atividade curricular que tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

A regulamentação do TCC faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação da FEVP, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- ⇒ os discentes de cada curso de graduação são submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho;
- ⇒ o TCC deve tratar de questões e temas relacionados aos currículos dos cursos de graduação;
- ⇒ o TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação;
- ⇒ a estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição;
- ⇒ a mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Coordenador de TCC, a partir de proposta do discente ou do docente orientador, com parecer conclusivo deste;
- ⇒ por se tratar de componente curricular obrigatório, o aluno que não entregar o trabalho, sem motivo justificado, a critério da Coordenação do Curso,



será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo TCC somente no semestre letivo seguinte;

⇒ o TCC será constituído em duas fases, sendo: Fase 1-constituição do Projeto e Fase 2 – constituição do trabalho final e defesa pública;

⇒ é exigida sempre defesa pública do trabalho.

As normas do TCC são constituídas singularmente para cada curso de graduação e estão anexadas em seus respectivos projetos pedagógicos.

3.10. Recursos e Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional

A FEVP acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade, transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Já na sua gênese, como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de ferramentas tecnológicas diferenciadas que estão à disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações que serão postas no decorrer do quinquênio:

- a) Uso do NPJ Virtual para o curso de Direito.
- b) Uso de Software para orientação, acompanhamento e organização de TCC e Estágio.
- c) Uso de aplicativo APP da FEVP no qual o aluno poderá acessar o sistema acadêmico, biblioteca virtual, canal do aluno etc.
- d) Uso de Apps diversos como ferramentas de interação e aprendizagem.
- e) Dentre outros recursos que sistematicamente vão surgindo com o desenvolvimento tecnológico.

3.11. Sistema de Avaliação do Ensino-Aprendizagem

De acordo com o Regimento Geral, a avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a participação do aluno nas atividades propostas e o seu respectivo aproveitamento na forma de competências e habilidades.

Por se tratarem de cursos presenciais, a primeira expectativa que é estabelecida para a avaliação da aprendizagem é a obrigatoriedade de 75% de presença nas aulas de cada um dos componentes curriculares. A IES tem a pretensão de constituir o seu credenciamento para a modalidade EaD no quinquênio, mas o sistema de avaliação para tal modalidade deverá ser objeto de aditivo a este PDI no momento propício. Desse modo, tratar-se-á nesta seção única e exclusivamente da modalidade presencial.

Da mesma forma, há que se destacar que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e preconizado pela Legislação Educacional vigente.

A verificação e registro da presença dos alunos às atividades são de responsabilidade do professor e a consolidação do registro é feito pela Secretaria Acadêmica da FEVP.

Os trabalhos acadêmicos, em número mínimo de 2 (dois) por semestre, visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de participação que deve ser escolhida por cada um dos professores da IES que poderão optar por seminários, apresentações de trabalhos, projetos, etc., descritos o Plano de ensino de cada disciplina.

Essas atividades acadêmicas devem constituir 40% do rendimento acadêmico do aluno no semestre.



Além disso, serão feitas duas avaliações formais por semestre, cada uma constituindo 60% do aproveitamento total das disciplinas.

Vale destacar que componentes curriculares como as Atividades de Complementação Profissional, Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágios não são passíveis dessas verificações de rendimento supracitadas, ficando a cargo do professor determinar a melhor maneira de avaliar semestralmente os alunos.

A cada verificação de aproveitamento semestral do aluno é atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Atendidas as perspectivas do plano de ensino, é aprovado:

- I. independentemente de prova final, o aluno que obtiver, no mínimo, média 7 (sete) nas provas e demais atividades solicitadas como avaliação nas disciplinas do currículo;
- II. mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento durante o período letivo inferior a 7 (sete) e não inferior a 4 (quatro), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondendo essa a média ponderada entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final, tendo a primeira, peso 2 (dois) e a segunda peso 1 (um).

Do exame final constarão, obrigatoriamente, todos os conteúdos programáticos do semestre.

O aluno reprovado por não ter alcançado a nota mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento.

3.11.1. Aproveitamento de Estudos e de Competências Desenvolvidas no Trabalho

Considerando as expectativas delineadas nos documentos regulatórios do MEC, em especial a LDB e o Art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, este PDI, conforme apontamos anteriormente, a IES prevê nas expectativas de integralização curricular e constituição do egresso o aproveitamento de estudos e de competências e habilidades adquiridas por meio do mercado de trabalho, em especial no que tange aos cursos tecnológicos pleiteados pela IES.

Assim, esta seção do PDI tem o objetivo de orientar os gestores, coordenadores e alunos da FEVP com relação ao aproveitamento de estudos e competências.

Vale ressaltar que na atualidade, o aproveitamento de competências assume maior complexidade diante das exigências da vida e do trabalho em sociedades que estão em constante desenvolvimento tecnológico, resultando em permanente (re)significação do conhecimento.

No escopo desta seção do PDI da FEVP, a avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos será entendida como processo para reconhecer competências desenvolvidas formal ou informalmente, possibilitando que o aluno apto fique isento de cursar determinados componentes curriculares (disciplinas, blocos temáticos, módulos etc.) exigidos em cursos de graduação diversos. Isto significa que a certificação não terá apenas o compromisso de oferecer um certificado ou diploma a quem já trabalha na área, mas sim o de assegurar ao cidadão a possibilidade de ajustar seu percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

A Certificação neste caso, consiste, em atestar que as competências desenvolvidas no trabalho ou em cursos de graduação diferente daquele que o aluno pleiteia o aproveitamento, atendem às normas preestabelecidas e amplamente negociadas entre os setores envolvidos.

A adoção do conceito de competência e de aproveitamento de estudos como elementos orientadores dos currículos pedagogicamente construídos e organizados na FEVP, para promover aprendizagens significativas, exige dos docentes maior envolvimento com os processos de ensino e aprendizagem. Dentre esses processos a avaliação é parte integrante, em todas as etapas constitutivas, para conferir se as competências previstas no perfil do egresso foram ou estão sendo, efetivamente, desenvolvidas pelos alunos. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação desarticulado de conhecimentos, habilidades e atitudes torna-se obsoleto pelo reducionismo da aprendizagem a apenas um dos domínios próprios desse processo. Ao contrário, a avaliação orientada por competências sugere a articulação dessas dimensões e, em consequência, obriga a FEVP e seus educadores a repensarem suas práticas avaliativas.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CURRICULARES

Trata-se dos aproveitamentos a partir de disciplinas cursadas em cursos de graduação da FEVP ou em outras IES e são estabelecidos por meio do histórico do aluno e dos planos de ensino das disciplinas.

Para tal, será constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar o aproveitamento de disciplinas na secretaria acadêmica de posse do histórico escolar e dos planos de ensino das disciplinas cursadas que pleiteia aproveitamento.
- b) Constitui-se um processo de aproveitamento de estudos a ser deferido pelo coordenador de curso que analisa o conteúdo programático da disciplina cursada, em relação ao conteúdo da disciplina a ser aproveitada.
- c) Defere-se total ou parcial o aproveitamento. No caso de total, é lançado no histórico do atual curso do aluno, a disciplina devidamente aproveitada. No caso de parcial, é estabelecido ao aluno um plano de complementação de estudos visando completar parte do percurso de competências e habilidades necessárias



para o aproveitamento total da disciplina, neste caso o coordenador solicita ao professor da disciplina a ser aproveitada avaliações de modo a estabelecer um norte de aproveitamento.

APROVEITAMENTO DE COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS NO TRABALHO OU INFORMALMENTE

Trata-se de conhecimentos, competências e habilidades não formalizadas pelo aluno a partir de documentos formais como histórico escolar.

Neste caso, será constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar e justificar o aproveitamento de disciplinas que julga deter conhecimento suficiente mesmo sem tê-las escolarizado de alguma maneira. Pode ser anexado ao processo, com o objetivo de auxiliar na análise técnica das competências e habilidades adquiridas, documentos que demonstrem o percurso como carteira de trabalho, declarações, etc.
- b) O coordenador recebe o processo/solicitação de aproveitamento de competências e constitui o colegiado para determinar um plano de estudos a ser informado ao aluno.
- c) O Colegiado determina banca examinadora com, no mínimo, 3 especialistas que irão estabelecer a forma de avaliação e os procedimentos de análise das competências dos alunos.
- d) Após a avaliação estabelecida pela banca examinadora, constitui-se o aproveitamento curricular total da disciplina ou disciplinas e/ou o aproveitamento parcial. No caso de aproveitamento total, é lançado no histórico do aluno o aproveitamento com sua respectiva nota estabelecida pela banca avaliadora. No caso de aproveitamento parcial, é determinado plano de estudos complementar e o respectivo processo de acompanhamento do aluno.



3.12. Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

Apesar de não ser uma prerrogativa obrigatória para as Faculdades Isoladas, a FEVP estabeleceu, prioritariamente, sua política de iniciação científica no desenvolvimento de suas atividades e, ao formular normas para a investigação científica, entende que a iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso a não aceitação de qualquer resposta pré-fabricada ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos.

A iniciação científica conduz, nesse sentido, à formação da atitude científica do estudante que se reflete no desempenho do profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo.

A FEVP busca, com esta iniciativa, criar condições para que estudantes se transformem em pesquisadores mesmo frente às adversidades da má qualidade advinda da educação básica, bem como as expectativas que circundam as graduações em Faculdades isoladas voltadas somente ao ensino.

Assim, durante o quinquênio a FEVP deverá implementar gradativamente o seu programa de iniciação científica aumentando as oportunidades oferecidas aos discentes e docentes, definindo os projetos de pesquisa, de acordo com a área a que pertence cada curso; selecionando os professores orientadores dos projetos a partir do Colegiado de Curso, realizando, anualmente, uma Semana de Iniciação Científica, oferecendo cursos que auxiliem docentes e discentes na elaboração de trabalhos científicos, especialmente o Trabalho de Conclusão de Curso de graduação – TCC - e as produções de artigos e outros gêneros acadêmicos possibilitando atualização do uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Nos programas de iniciação científica, abertos às áreas do conhecimento que abrigam da FEVP, os estudantes poderão trabalhar em seus projetos sob a



orientação de um professor designado para tal que o auxiliará.

Assim, as diretrizes que norteiam a política de iniciação científica da FEVP são:

- Incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores, visando à criatividade e a crítica;
- Dar continuidade à pesquisa e ao aproveitamento de componentes curriculares orientados como as Práticas Interdisciplinares, além dos TCCs e atividades de Estágio obrigatório;
- Contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem a sua clareza e o poder crítico, construtivo e independente;
- Incentivar o estudante não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, por meio dos procedimentos que caracterizam o trabalho científico: o teste, a dúvida, o desafio que, por sua vez, desfazem a tendência meramente reprodutiva da aprendizagem;
- Aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do estudante; • Incrementar a participação dos estudantes em programas de iniciação científica, promovidos pela instituição;
- ampliar e fortalecer as atividades de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado de graduação,
- Subsidiar a iniciação científica por bolsas oferecidas aos estudantes, que consistem em ajuda de custo ou desconto na mensalidade da FEVP ;
- Incentivar o estudante da graduação a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação.

A Instituição manterá regulamentadas as atividades de iniciação científica por meio de regulamento próprio, no qual apresentará as regras para que alunos e



professores possam participar do Programa de Iniciação Científica da FEVP

3.12.1. Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica

Visando proporcionar a continuidade e o progresso em termos de perspectivas de inovações tecnológicas e metodológicas voltadas ao ensino-aprendizagem, a FEVP implantará já no início de suas atividades, um colegiado de professores e técnicos responsáveis por avaliar as metodologias aplicadas na IES e buscar inovações em termos de métodos de ensino-aprendizagem.

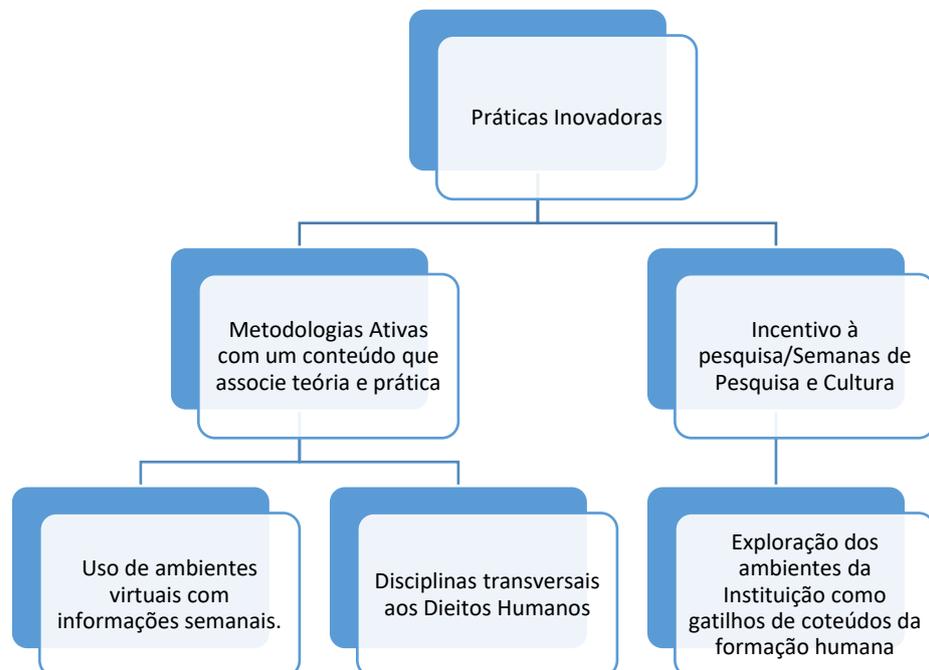
Esse grupo será formado por uma equipe multidisciplinar que será responsável também pela capacitação dos professores que se tornarão multiplicadores das novas tecnologias incorporadas ao ensino superior.

O núcleo se compromete a movimentar demais professores e alunos com conteúdos que incentivem o progresso cultural para além de sala de aula, oferecendo oportunidades de discutir e ampliar as ações em prol da promoção da cultura e da arte local, assim como do respeito à Ética e da diversidade através das tecnologias, integrando o avanço e as identidades.

É cabível ao núcleo a organização de palestras, eventos e semanas culturais e de extensão com a organização de editais, na qual os alunos deverão ser incluídos para tomar a frente do processo junto aos professores com suporte da FEVP.

Além de pesquisar e fomentar as novas tecnologias e a cultura, esse grupo de professores tem a responsabilidade de participar semestralmente do seminário pedagógico geral, apresentando as novidades no que concerne aos suportes tecnológicos inovadores e das novas metodologias de ensino-aprendizagem.

É de observância da FEVP que a tecnologia, a inovação e a formação humana caminham de forma conjunta.



3.12.2. Divulgação dos Trabalhos Acadêmicos e de Iniciação Científica à Comunidade

No decorrer do quinquênio, a FEVP irá construir e publicar em seu sítio institucional revistas e periódicos devidamente registrados no IBICT das áreas dos seus cursos que visam divulgar e disseminar o conhecimento científico, tecnológico e acadêmico junto à comunidade interna e externa.

Inicialmente será constituída uma revista eletrônica para os artigos dos cursos, tanto no âmbito docente quanto discente.

3.13. Políticas Institucionais voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

Primeiramente, faz-se necessário explicitar que todas as ações voltadas ao âmbito socioambiental, bem como as questões da diversidade, relações étnicas, direitos humanos e demais ações afirmativas, estão enraizadas na própria missão da FEVP.

A IES tem a clareza de que é impossível formar um cidadão ou homem como ser social e histórico sem que este se constitua em um ambiente de ensino-aprendizagem que demonstre na prática essas expectativas de cidadania. Desse modo, todos os cursos preveem tanto nos seus currículos, quanto nas suas ações sistemáticas, como é o caso da extensão, projetos voltados aos temas transversais supracitados, ou seja, trata-se de afirmar que o perfil do egresso da IES é determinado a partir da consideração de sua formação tanto técnica, quanto cidadã.

Ressalte-se as seguintes expectativas no percurso formativo dos alunos da FEVP:

- a) Os temas das Práticas Interdisciplinares abordam a diversidade, os direitos humanos, a educação ambiental etc.

- b) As Práticas de Extensão estarão incluídas em todos os cursos de graduação e visam o relacionamento com a comunidade externa, interação essa que prevê desde a educação ambiental até a defesa e preservação do patrimônio cultural.
- c) As semanas acadêmicas dos cursos de graduação abordarão seminários, oficinas e cursos de curta duração que abordam os temas transversais.
- d) Todos os cursos de graduação possuem disciplinas nos currículos que abordam os temas transversais, a saber:
 - ⇒ Educação Ambiental: faz parte do currículo dos cursos e são discutidas expectativas acerca da sustentabilidade e da educação ambiental.
 - ⇒ Direitos Humanos: a disciplina faz parte do currículo do curso de Direito, bem como de outros cursos e o tema fará parte de outras disciplinas gerais como sociologia e filosofia que estarão sempre em todos os cursos a serem autorizados. Há que se destacar que ao falar de direitos humanos, aborda-se concomitante as questões sobre a diversidade e relações étnico-raciais.
 - ⇒ Práticas Interdisciplinares: em um dos semestres os alunos fazem projetos sociais e, obviamente, discutem temas como cultura, diversidade, etc.
- e) Dentre outros.

Essas ações curriculares são fundamentais para a formação cidadã de todos os alunos, bem como as perspectivas que seguirão nas próximas seções.

3.13.1. Políticas voltadas à Diversidade

Faz-se necessário destacar as palavras de Bernadete Gatti que aponta que **“considerar a diversidade não significa tolerar as desigualdades sociais”**. Nesse norte, a IES tem plena convicção de que não basta apenas promover semanas acadêmicas e campanhas relacionadas à diversidade em suas várias nuances, mas promover ações sistemáticas contínuas que se enraízem nos currículos e nas outras políticas institucionais estabelecidas pela instituição.

Assim, as equidades de gênero, raça, religião, faixa geracional, etc não devem ser apenas temas inseridos, mas ações que advêm do exemplo da própria IES em seus processos de gestão administrativa e de ordem acadêmica. Isso significa que não basta reconhecer as diferenças, mas valorizá-las e, desse modo, criar condições de equidade.

Os ambientes educacionais são os locais mais estratégicos para que essas ações de equidade aconteçam, haja vista ser a rede que recebe a maioria da população e que tem seu norte voltado às expectativas públicas, mesmo quando no âmbito privado de gestão e existência. Para tal, antes de se chegar aos alunos, faz-se necessária a qualificação docente, fazendo do professor e da gestão acadêmico-administrativa da IES fios condutores da realidade e valores a serem promovidos.

A valorização da diversidade traz em si a questão das identidades ou da identidade dos grupos, comunidades, pessoas. E aqui podemos cair na armadilha, também, de utilizar identidade simplesmente como sinônimo de raízes e origens, desvinculadas do presente.

Dessa forma, a IES, para o período de vigência deste PDI têm algumas prerrogativas que se tornarão ações sistemáticas nos próximos anos no âmbito institucional, a saber:

a) Equidade da questão de gênero no ambiente profissional-institucional: não basta apenas fornecer vagas no mercado de trabalho para mulheres, pessoas idosas, jovens em início de carreira, mas promover políticas de valorização de tal diversidade. Nesse âmbito as prerrogativas de equidade salarial e de ambiente de trabalho são essenciais para promover o exemplo da IES frente à sociedade e, principalmente, frente aos seus alunos. Assim, durante o decorrer do quinquênio serão estabelecidas:

- Vagas obrigatórias para mulheres em todas as áreas de funcionamento da IES;
- Vagas obrigatórias para pessoas com necessidades especiais em todas as áreas de funcionamento da IES, obviamente que permitam a inclusão das mesmas e seu rendimento e bem estar;
- Vagas obrigatórias para pessoas idosas com condições idênticas de trabalho, salário e obrigações;
- Vagas obrigatórias para jovens em início de carreira, visando criar-se oportunidades de inserção no mercado de trabalho;
- Isonomia salarial na IES;

- Reconhecimento da diversidade de gênero que ultrapasse a perspectiva homem-mulher ou masculino-feminino, fornecendo espaço no âmbito de vagas e igualdade de oportunidades também às minorias no âmbito institucional.

- Dentre outras.

b) Inserção de discussões sobre a valorização da diversidade em diversas disciplinas nos currículos dos cursos de graduação, de modo que não apenas se discutam, mas se promovam ações na relação teoria-prática dos cursos de graduação.

c) Qualificação e sensibilização do corpo docente no que diz respeito ao fomento à valorização da diversidade em todas as suas nuances, objetivando tornar o professor um multiplicador das ações e perspectivas de valorização da diversidade.

d) Incentivo à promoção de eventos que promovam a diversidade cultural e as diversidades humanas e sociais no âmbito institucional.

e) Obrigatoriedade de inserção em mídias sociais e no site da IES de cada uma das datas comemorativas que promovam a diversidade, fomentando sempre o respeito e a igualdade frente aos movimentos que se estabelecem na nova sociedade e ordem mundial.

f) Promover o diálogo e os convênios entre a IES e os núcleos sociais de valorização das diversidades, como associações da cultural negra, delegacia da mulher, associação de idosos, APAE, etc, buscando sistematizar ações entre a IES e os órgãos externos de forma a estabelecer tanto o diálogo com a sociedade externa quanto a comunidade acadêmica.

Assim, além do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, órgão institucional que tem a responsabilidade por ações dessa natureza, serão também movimentados e co-responsabilizados outros órgãos como as coordenações de cursos de graduação, CAE – Centro de Apoio ao Estudante, Núcleo de Pesquisa e Extensão, etc, fazendo assim com que a IES se movimente em 360º para promover a valorização da diversidade.

3.13.2. Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade

A FEVP reconhece que a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior é fundamental para a ampliação e disseminação do tema junto à sociedade.

Nesse contexto, espera-se das IES a formação de profissionais e líderes que agirão nos setores públicos e privados, sendo futuros profissionais, de cuja consciência ambiental dependerá a capacidade humana para reverter a degradação ambiental e recuperar a sustentabilidade do planeta.

Uma verdadeira educação holística e cidadã como é prevista pelas políticas da FEVP enseja um processo de formação de profissionais e cidadãos com uma nova visão de futuro – um futuro sustentável e a ideia de que a Educação Ambiental deve atuar como uma ferramenta para se construir pontes mais sólidas entre a sala de aula e o mercado de trabalho, promovendo ações ambientalmente corretas para motivar a retomada de harmonia entre o Homem e a Natureza, e o equilíbrio na extração e uso dos recursos naturais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

A inserção de questões ambientais na FEVP é atrelada a fatores diversos, dos quais o papel do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade é fundamental, pois ele deve ter uma capacidade integradora e agregadora de pessoas e recursos, a partir da qual pode-se proporcionar e oportunizar o desenvolvimento de estruturas, recursos e suporte aos projetos e as iniciativas pró-ambientais de colaboradores, docentes, gestores, funcionários e alunos.

Conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 2/2012 a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, estando as instituições educativas incumbidas de promover a educação ambiental, de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Nesse sentido, a IES tem a consciência de que não bastam apenas ações voltadas à sensibilização ou fomento à educação ambiental, mas ações concretas também no âmbito dos currículos implantados.

Desse modo, serão ações sistemáticas na IES:

- a) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;
- b) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;
- c) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;
- d) Sistematização no site da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Por fim, vale destacar que todas as ações advindas das políticas de sustentabilidade da IES serão norteadas a partir do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e a aplicação do Programa Institucional de Educação Ambiental e Sustentabilidade (ANEXADO A ESTE PDI).

3.14. Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial

A FEVP tem plena consciência de sua grande responsabilidade ética na implementação dos direitos humanos e no fortalecimento das liberdades fundamentais em consonância com a diversidade étnica e suas relações na sociedade.

Nesse sentido, constituem-se políticas institucionais que baseiam-se fundamentalmente nas políticas de responsabilidade social da IES delineadas diante das expectativas do Ministério da Educação, a saber: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº

11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Assim, subsidiada pelas perspectivas dessas diretrizes, o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEVP traçou ações e projetos que deverão ser implementados sistematicamente na IES visando o atendimento dessas normas legais, bem como a implementação de suas próprias expectativas concernentes aos temas.

Trata-se de uma expectativa em que a IES deva sempre estar comprometida com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia, considerando, *a priori*, seus princípios na organização do trabalho educativo.

A construção da democracia e a cidadania exigem desenvolver uma cultura institucional de direitos humanos e respeito as diversidades, buscando a formação de pessoas ativas e críticas, conscientes de seu papel social e atuantes ética e politicamente. Compartilhando tais pressupostos, o Programa de Defesa dos Direitos Humanos deverá ajudar toda a comunidade interna e externa da IES a implementar ações que levem à justiça social e à formação ética e cidadã das futuras gerações.

Assim, há expectativas sistemáticas e pontuais que serão efetivadas na IES, há saber:

- ⇒ Cursos e Palestras voltados à sensibilização acerca do espectro autista;
- ⇒ Projetos sociais voltados à proteção e divulgação da cultura indígena e de quilombolas;
- ⇒ Projetos voltados à defesa dos direitos da mulher;
- ⇒ Cursos e Palestra que discutam as políticas públicas para crianças e adolescentes;
- ⇒ Seminários voltados à história da África e da cultura afro-brasileira;
- ⇒ Dentre outras.

O respectivo Programa encontra-se anexado a este documento que aponta as linhas gerais das ações que deverão ser implementadas na IES.

3.15. Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural

Primeiramente, faz-se necessário afirmar que a IES entende que a cultura é um bem público, porém a sua responsabilidade não recai somente no âmbito público. Desse modo, faz-se necessário que todos os órgãos educacionais, seja em quais níveis for necessitam estabelecer com clareza as suas corresponsabilidades e as perspectivas político-institucionais que estabeleçam a valorização e os anseios de preservação culturais.

Desse modo, cabe também ao Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da IES promover ações e atividades no afã de valorizar e reconhecer o patrimônio e a memórias culturais da sociedade, bem como as expressões artísticas.

Para tal, pode-se anteceder alguns tópicos que farão parte em nível de ensino e de extensão na IES, a saber:

- a) Sensibilização no âmbito das coordenações de curso, de modo que sejam propostos aos NDEs a inserção de textos sempre que possível nas disciplinas visando valorizar a cultura e as artes nos cursos de graduação, indiferente à área do conhecimento da UC – Unidade Curricular;
- b) Constituição de um Programa que incentive a participação de alunos e professores no âmbito de eventos artísticos e culturais;
- c) Apresentações artísticas em eventos de âmbito institucional como as semanas acadêmicas ou comemorações diversas;
- d) Inserção no site de espaço voltado à divulgação de patrimônios culturais brasileiros;
- e) Eventos promovidos visando a valorização da cultura e artes;
- f) Dentre outros.

Outrossim, a IES deve anteceder as ações de modo que não se dependa de um órgão ou outro para se estabelecer a valorização da cultura e das expressões artística. Desse modo, a IES institui junto com suas políticas, o Programa Institucional de Valorização

do Patrimônio e Memória Culturais que se encontra anexado a este PDI e que deverá ser executado no decorrer do quinquênio.

As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações básicas. A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então, de grupos no interior da sociedade. Esta concepção de cultura é bastante genérica, mais usual quando se fala de povos e de realidades sociais diferentes.

Outra maneira de entender o que é cultura é quando nos referimos mais ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Neste caso, a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social.

As culturas humanas são dinâmicas, e a importância em analisá-las está principalmente no aspecto transformador por que passam as sociedades contemporâneas.

A cultura humana se apresenta em vários prismas, e em realidades diferenciadas. O multiculturalismo impera em nosso país. O desafio está principalmente no espaço acadêmico dar a conhecer todas estas manifestações, isentar de um preconceito e incentivar a pesquisa.

A cultura nacional é rica e interessante, não só em suas raízes, mas nas transformações que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, é aglutinadora dos grupos humanos, colocando os indivíduos com organização e sistemática em prol de objetivos comuns.

O ensino superior é um campo fértil para a promoção cultural. A IES em suas ações comunitárias deve fomentar a cultura, incentivar a realização de eventos que possam resgatar ideias e histórias que representem grupos humanos, que os façam refletir sobre suas raízes.

As ações de cultura da FEVP contemplarão as artes-visuais, cênicas, musicais, costumes e os fatos históricos regionais que caracterizam a região do Nordeste. Por isso, destacam-se como uma das grandes linhas de ações da cultura o resgate e preservação da cultura nordestina, englobando:

- ⇒ levantamento da história oral;
- ⇒ levantamento do patrimônio material construído;
- ⇒ levantamento do patrimônio imaterial;
- ⇒ incentivo à criação e manutenção de museus;
- ⇒ incentivo à criação e manutenção de corais e orquestras;
- ⇒ resgate e divulgação de documentos da história regional;
- ⇒ incentivo à pesquisa da cultura regional e impressão de livros e criação de gráfica para impressão de obras de pesquisa;
- ⇒ defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

A FEVP tem como compromisso o incentivo da Arte local, estando disponível para a recepção de artistas da comunidade em seu ambiente e disposta a realizar políticas institucionais de fomento à arte e à cultura, gerando assim , uma contribuição para o resguardo da memória local e de seus estudantes.

Projetos de Arte e Cultura que possam contribuir e coadunar com os valores éticos da Instituição oferecendo espaço para ações afirmativas dos direitos humanos e dos mais diversos direitos que são salvaguardados pela igualdade e a liberdade de expressão serão apoiados pelas políticas da FEVP.

Fica previsto neste documento a elaboração de Editais para a promoção de momentos de valorização da arte e da cultura nas mais diversas linguagens, além de espaços dedicados à cultura e à arte nas semanas acadêmicas da Instituição.

Aqui se prevê também subsídios para professores e alunos que se dediquem ao estudo e resguardo do conteúdo cultural e artístico tanto como forma de pesquisa como na formação de um acervo de identidade cultural da comunidade pernambucana.

3.15.1. Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Conforme já apontamos, visando colocar em prática e dar fôlego constante às práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, a FEVP implantará desde o início de suas atividades o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Trata-se de uma equipe constituída por professores e colaboradores de diversas áreas que têm como atribuição propor atividades e ações voltadas a melhoria da qualidade de vida no âmbito da comunidade interna e externa da IES.

Há que se destacar que a proposta da IES por efetivar um núcleo específico para lidar com as ações de responsabilidade social e sustentabilidade se institui a partir do norte proposto na própria missão institucional da IES.

3.16. Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à responsabilidade social

A responsabilidade da FEVP, enquanto instituição de ensino tem como perspectiva materializar uma política de atenuar as desigualdades sociais e auxiliar nas expectativas que melhorem os índices de desemprego e, conseqüentemente, interferir positivamente na economia. Trata-se de oferecer soluções que auxiliem os membros da sociedade a melhorar sua qualidade de vida. Sabe a instituição ainda, que a responsabilidade socioeconômica significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade enquanto procura atingir seus próprios interesses.

Essa responsabilidade social e socioeconômica se manifesta de inúmeras formas, seja pela ação do ensino, seja pela pesquisa, seja pela extensão e torna-se visível a partir deste PDI, desde a sua missão institucional e os seus objetivos que demonstram que a IES está centrada no desenvolvimento de atividades contínuas que oportunizem de fato uma melhoria das condições de vida das comunidades do seu entorno.

Desse modo, a FEVP buscará demonstrar sua responsabilidade socioeconômica através:

- a) da democratização do conhecimento produzido;

- => ações de divulgação das produções acadêmicas;
- => eventos de extensão e cursos que envolvam também a comunidade;
- => escolha por cursos de graduação e pós-graduação que tenham demanda social e econômica.
- b) da viabilização de acesso a este conhecimento a todas as camadas sociais;
 - => oferta de bolsas de estágio;
 - => habilitação e oferta de bolsas PROUNI Parciais e integrais;
- c) da articulação que busca entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - => Práticas Interdisciplinares que vão interferir diretamente na sociedade;
 - => Pesquisas que serão devolvidas à sociedade.
- d) da efetivação de ações que oportunizem a autonomia técnica, científica, cultural e filosófica dos envolvidos;
- e) realização do trabalho coletivo;
- f) do respeito à pluralidade de ideias;
- g) da busca constante da sustentabilidade e autogestão das comunidades envolvidas;
- h) do caráter de processo interdisciplinar de suas ações, que buscam de modo contínuo e permanente promover o desenvolvimento humano e social em todos os âmbitos;
- i) dos programas de empreendedorismo;
- j) dos programas interdisciplinares que tem como foco o encontro do aluno com a sua própria realidade e a divisão da sua responsabilidade com outrem;
- k) da inserção de profissionais no mercado de trabalho, melhorando a qualidade da mão de obra em suas áreas de atuação e conseqüentemente, interferindo positivamente na economia da região de inserção.

4. EIXO: POLÍTICAS ACADÊMICAS

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Inicialmente, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de

“projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico, articulado naturalmente com este documento na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o escolar definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde *"todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer"*. Assim, o futuro Bacharel em Enfermagem, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz. Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC deverá prever situações didáticas em que seus futuros profissionais egressos coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

O processo de planejar e implementar cursos para a educação superior exige, dos que assumem essa tarefa, a consideração de diferentes aspectos, não só relativos à eleição de conteúdos e procedimentos adequados à profissão que se quer formar, mas também quanto às concepções e fundamentos que orientam essas escolhas. Esses aspectos, no entanto, devem articular-se de modo a construir um todo sincronizado e

coerente, que cumpra os objetivos e metas para a construção, de modo efetivo, de uma formação sólida e autônoma para os egressos da FEVP.

De forma geral a FEVP constitui uma política de educação presencial e online que prevê:

- Desenvolvimento da Pós-Graduação, através da oferta de cursos à distância e da incorporação do modelo híbrido aos cursos presenciais;
- Ampliação e qualificação da oferta de cursos de extensão nas diversas áreas de atuação da FEVP;
- Ampliar e sistematizar o ensino nos Cursos de Graduação respeitadas às regulamentações do Ministério da Educação e as disposições legais vigentes;
- Desenvolvimento de ações na área da formação de professores e do corpo técnico-administrativo.

A FEVP têm as seguintes estratégias:

- Implementação de um ensino de qualidade mediante a formação de profissionais cidadãos que contribuam para a construção de suma sociedade justa e solidária;
- Aprimoramento da política acadêmica existente, quanto aos princípios, valores e diretrizes que regem os cursos de graduação em termos de ética e comprometimento com a formação e a responsabilidade social;
- Consolidar a qualidade e expandir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância: Bacharelados, Licenciaturas e Cursos superiores de tecnologias (CST).

Assim, no âmbito do curso, a FEVP tem as seguintes ações previstas e claramente voltadas para a promoção da aprendizagem:

- Melhorar a eficiência na difusão dos conhecimentos gerados e acumulados na FEVP;
- Promover alternativas de acesso para ambientes de estágios, de infraestrutura, online dos alunos e professores;
- Criar e implantar novos cursos de graduação e pós-graduação, destinados à comunidade;
- Intensificar o envolvimento de alunos nas plataformas de ensino-aprendizagem;

- Incentivar a participação de alunos, através de seminários e congressos;
- Ampliar a abrangência das ações do ensino para ensino a distância;
- Contratar e capacitar professores para trabalhar na modalidade EaD.

O alinhamento das políticas institucionais ao perfil do egresso do curso está evidenciado nos projetos propostas exitosas já adotadas na modalidade presencial com grupos de estudos, palestras, projetos interdisciplinares e seminários, visitas técnicas e intervenções com a comunidade, assim organizados para a oferta na modalidade a distância: As atividades práticas, em consonância com o referencial teórico, são desenvolvidas ao longo de todo o curso em especial, o letramento digital e práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação da instituição.

No Âmbito do Cursos ofertados pela IES, observam-se:

1. Núcleo de Apoio Psicopedagógico,
2. Célula de Retenção e controle da Evasão,
3. Programa de Acessibilidade,
4. Programa de Associação Atléticas Acadêmicas,
5. Programa de Extensão;
6. Programa de Bolsas Institucionais,
7. Programa de Estágios Não Obrigatórios e Obrigatórios,
8. Previsão de Integração Acadêmica e Intercâmbio,
9. Programa de Monitorias,
10. Programa de Nivelamento,
11. Programa de Formação Continuada/Capacitação
12. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Na área extensionista, ações permanentes institucionais no âmbito dos cursos estão Ações de Responsabilidade Social, Saúde e Bem-estar, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Diversidade Cultural e Integração Acadêmica.

As Políticas Institucionais descritas abaixo estão implementadas no âmbito do curso, e se encontram claramente voltadas a promoção de oportunidade de aprendizagens voltadas ao perfil do egresso, e adotam práticas inovadoras e exitosas para sua revisão.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO/APRENDIZAGEM:

A interação, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação de força de trabalho na área de saúde, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética. Isso se refere ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, bem como o desenvolvimento de visitas técnicas aos locais de interesse dos estudantes, como clínicas e hospitais públicos e privados, monitorias, programas de iniciação científica, estudos complementares e programas de extensão, jornadas acadêmicas, dentre outras atividades.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação no mercado deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO

Assim, além da oferta de cursos superiores abordada neste documento devidamente planejada no PDI, dos objetivos norteadores de firmar-se junto com instituição como centro de excelência no ensino de graduação em suas diferentes categorias e programas e de relacionar-se produtivamente com a comunidade, por meio de ações que levem a ela, em formas relevantes para o seu bem-estar e desenvolvimento, o saber resultante de suas atividades pedagógicas e acadêmicas, o principal princípio dialógico entre este Projeto Pedagógico de Curso e Plano Macro da

IES dá-se a partir da política/princípio institucional de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Logo, ao conceber e promover o processo formativo do seu curso de Enfermagem, a FEVP almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um gestor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, despontem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a ser faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica escolar para construir um rol de conhecimentos úteis ao Profissional da Área.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal, trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI da FEVP, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil. Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento Institucional.
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;
- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PDI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, Atividades Complementares, etc.;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a

compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;

- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- Respeito à ética profissional; Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;
- Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.
- Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos abaixo delineados.

Fomento e Bolsas De Extensão

A FEVP tem plena consciência de que a participação do acadêmico nas atividades de extensão é parte essencial de sua formação, afinal elas contribuem para ampliar experiências significativas, nas quais acontece o deslocamento do eixo pedagógico clássico professor/aluno para o eixo aluno/comunidade, com novo enfoque de ensino em que o professor passa a ser coparticipante, orientador, educador.

Assim, para além das atividades extensão obrigatórias nos currículos, a FEVP promoverá o fomento às atividades por meio de bolsas de extensão aos alunos

participantes, em especial na execução de projetos voltados à comunidade de inserção dos alunos.

Dessa forma, o processo de formação acadêmica tornar-se-á mais rico e flexível, com a quebra de paradigmas que há muito estabelecem as normas do processo educacional. Conceitos como carga-horária, matriz curricular, controle acadêmico, verificação de frequência e de rendimento escolar, sistemática de avaliação serão relativizados. Mais valor terão os processos qualitativos; e a avaliação passa a ser compreendida numa perspectiva de crescimento. Docentes e discentes terão, além de novas relações, novos aprendizados, novos conceitos e mais experiências acumuladas.

A busca do conhecimento há que ser um processo prazeroso, no qual a burocracia acadêmica seja rompida e o ensino transformada em espaço de permanente interação de troca de saberes, e que o aluno não seja um mero espectador, mas agente no processo. É nesta interação cotidiana que a função social da Faculdade se concretiza, fazendo da teoria e da prática um todo articulado.

Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

Primeiramente, há que se ressaltar que a FEVP tem discutido ainda antes do protocolo deste PDI e dos cursos vinculados ao credenciamento, a curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da IES, tudo em face à conformidade com a estratégia 12.7, da Meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que orienta os cursos de graduação a assegurar 10% de seus créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, bem como da legislação mais recente que é a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Neste sentido, a IES determinou que cada curso de graduação a ser autorizado detivesse certa autonomia na configuração das ações extensionistas no seu âmbito curricular. Essas determinações advêm de um guia para a comunidade acadêmica envolvida nesses processos, com o objetivo de oferecer orientações e esclarecimentos

para o bom andamento deste processo de implementação tão recente.

Logo, a extensão se expressa e se valoriza na FEVP numa dinâmica que se concretiza através da produção de conhecimentos, que acontece na interface instituição/comunidade. Superando com isso o processo de aprendizagem, exclusivo no espaço do currículo tradicional.

Um dos principais objetivos da extensão na FEVP é promover uma relação transformadora, como instrumento de mudança numa relação de mão dupla, de troca de saberes e de ações profissionais com a sociedade.

A extensão se fortalece como prática acadêmica vinculada às atividades de Ensino, as quais se traduzem na articulação e devolução do saber, construindo um novo saber a partir do confronto com as situações concretas. A Extensão, pela sua própria natureza, deve conduzir ao enraizamento da Instituição de Ensino Superior na sociedade; suas atividades devem ser planejadas para o benefício efetivo da comunidade externa.

Desse modo, a IES deverá ter um Núcleo de Extensão que promova atividades institucionais, bem como incentive e auxilie os cursos de graduação a constituírem seus projetos.

Mesmo antes de iniciar as suas atividades, cada um dos cursos deverá ter um *hall* de atividades sistemáticas de extensão, os quais devem prever a variabilidade de áreas e eventos, bem como a promover a responsabilidade social e o incentivo à preservação e disseminação da cultura e do patrimônio da região de inserção da FEVP.

De acordo com essas expectativas, há áreas de atuação prioritárias em nível de extensão, a saber:

- a) preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- b) ampliação do acesso à justiça às camadas mais carentes da população;
- d) melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- e) promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens culturais;

f) ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;

g) oferta de capacitações e reorientações profissionais que envolvam a comunidade externa.

Do mesmo modo, há que ressaltar que as Atividades de Extensão são definidas em programa próprio e não se confundem com as Atividades Complementares na FEVP, haja vista ter perspectivas diferentes, conforme já delineado em capítulos anteriores.

Neste mote, as ações acadêmico-administrativas previstas para a extensão nos cursos de graduação da FEVP estão em conformidade com as políticas estabelecidas pela IES e buscam na relação entre a IES e a comunidade externa a melhoria das condições sociais desses grupos a partir de práticas efetivas como: campanhas de defesa dos direitos do cidadão a partir do NPJ, campanhas de preservação do meio ambiente, projetos de assistência às escolas, creches e órgãos semelhantes com apoio da brinquedoteca, ações propagadoras de saúde com auxílio da Clínica Escola nos cursos de Enfermagem, Odontologia e Psicologia e etc.

Todas as ações devem ser amplamente divulgadas tanto interna como externamente à IES e devem ser estabelecidas bolsas de extensão para os discentes, da mesma maneira que ocorrer com a iniciação científica ou monitoria, fazendo com que se dissemine tal prática, bem como ampliem-se as expectativas inovadoras na extensão.

indissociabilidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

No que diz respeito às expectativas da extensão e suas relações com o ensino e pesquisa, deve-se destacar que, além dos espaços determinados nos currículos para tais atividades, também são estabelecidos diálogos com as atividades de ensino, como por exemplo:

a) Práticas Interdisciplinares: em cada um dos cursos de graduação, minimamente em um dos semestres é indicado que os alunos promovam, junto com os docentes orientadores, projetos de responsabilidade socioambiental junto à comunidade, assim, a IES terá uma união mais clara entre o ensino -extensão, haja vista tais projetos proporcionarem a relação dos conhecimentos apreendidos nos conteúdos curriculares,

bem como a relação com os problemas encontrados na comunidade e que podem ser objeto de estudo para alunos e professores.

b) Atividades de Extensão: serão promovidos cursos e eventos de extensão que se estabelecem desde ações sociais, campanhas de preservação do meio ambiente, da cultura e projetos de assistência social à comunidade.

Vale destacar que a extensão, quando relacionada ao contato com a comunidade, não se pautará unicamente no mero assistencialismo, mas numa forma de estender os conhecimentos produzidos para além de seus muros, de maneira a aproximar-se e contribuir mais com discussões à busca de resoluções dos problemas sociais.

Sendo assim, nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento.

Nesta perspectiva, a função da extensão, integrada com os objetivos de cada curso, é de implementar ações através de programas, projetos, estágios curriculares, cursos, seminários, que envolvem a comunidade com diagnósticos da realidade que a cerca, intercâmbio de informações, sugestões e desenvolvimento de atividades que acabam fortalecendo a construção da cidadania. Esta é uma das maneiras de concretizar a articulação entre ensino e extensão.

Assim, a Extensão, enquanto atividade fim deverá aproximar e vincular as práticas profissionais das necessidades e interesses reais da comunidade numa perspectiva interdisciplinar.

4.4 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM MEIO AMBIENTE

Diante do contexto legal e regimental observa-se a necessidade de estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e projetos pedagógicos dos Cursos da FEVP-Bezerras/PE.

Entendendo que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação e atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, a FEVP-Bezerros/PE em conformidade com a legislação em vigor, instituir a política de Educação Ambiental que deverá estar presente, de forma articulada, nos projetos institucionais e pedagógicos dos cursos.

4.5 POLÍTICA DE MEMÓRIA CULTURAL

À primeira vista, a memória parece uma coisa inerte, presa ao passado a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo. Mas um olhar mais cuidadoso revela que a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro.

As atividades voltadas para a estimulação da memória cultural devem materializar desde os textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, deve remontar ao tempo mítico das origens, cristalizar experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios. Por isso, pressupõe um conhecimento restrito aos iniciados.

A FEVP-Bezerros/PE adota ações em projetos institucionais que se realizem por meio de eventos tais como: palestras sobre meio ambiente e outros temas, semana cultural com atividades teatrais e ações envolvendo temas relacionados a Gênero e Raça-Ciclos de debates, atividades de dança, oficinas, minicurso e curso de artesanato.

4.6 POLÍTICA DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A FEVP-Bezerros/PE incentiva atividades institucionais no que se refere ao patrimônio cultural. Entende patrimônio cultural como um conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas. Uma das principais fontes de patrimônio cultural está nos sítios arqueológicos que revelam a história de civilizações antiquíssimas.

Através do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, adequando-os à sua própria história. Estas ações estão devidamente acompanhadas pela coordenação de extensão, ou quando for o caso de vínculo direto a um curso de graduação são acompanhadas pela coordenação de curso.

Para preservar o nosso patrimônio, a Constituição Federal Brasileira afirma que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Outro importante meio de resguardar os bens é através da educação patrimonial, que se baseia numa ação educativa que visa difundir o conhecimento sobre o patrimônio em conjunto com a comunidade, a fim de fomentar sua valorização e preservação através da apropriação.

Dentro desse viés a FEVP-Bezerras/PE visa incentivar em suas atividades complementares e extensionista a realização de Projetos de Produção Artística e do Patrimônio. Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis

pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.

4.6 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos - EDH, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Nesse sentido, FEVP-Bezerras/PE pela sua missão e valores contempla os Direitos Humanos como seus princípios orientadores e a Educação em Direitos Humanos – EDH como parte do processo educativo, tratando de assuntos de Acessibilidade, Cidadania e Direitos da personalidade.

4.7 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A política de educação inclusiva estabelecida pela FEVP-Bezerras/PE tem como objetivo principal proporcionar condições de acesso ao ensino superior a grupos historicamente discriminados, tendo como perspectivas básicas os direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos.

A proposta de educação inclusiva da FEVP-Bezerros/PE fundamenta-se, prioritariamente, na maior democratização do acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade a seus cursos, sem comprometimento do critério de mérito como legitimador desse acesso. Dessa forma, a inclusão social é vista de forma abrangente, envolvendo padrão econômico e necessidades especiais, entre outros.

A FEVP-Bezerros/PE, atendendo ao disposto na legislação educacional, formulou sua política de educação inclusiva, que tem como objetivos:

- Aumentar o número de estudantes afrodescendentes e indígenas matriculados;
- Propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de Graduação;
- Incentivar a preparação dos concluintes da Graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o ProUni para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional;
- Reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- Promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- Absorver parte do contingente de migrantes do Município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

A FEVP-Bezerros/PE, mediante o apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes afrodescendentes e indígenas ao ensino superior e ao desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico deste público em especial, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal.

A FEVP-Bezerros/PE também desenvolve uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o programa de apoio aos alunos carentes cujo objetivo é possibilitar com recursos próprios, a concessão de bolsas de estudos a alunos de comprovada carência socioeconômica visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional. Além disso, tem-se a adesão da FEVP-Bezerros/PE ao FIES – Fundo de Financiamento ao Estudo do Ensino Superior, ao Programa

Universidade para Todos – ProUni, ao Programa de Pagamento Diferenciado: Programa de Financiamento Institucional, PROMUBE - Programa Municipal de Bolsas de Estudos, Programa de Benefício Familiar, PROEM – Programa Ensino Médio Público e ao Programa de Convênio Empresarial.

A Instituição possui ainda, políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas com necessidades especiais, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência.

A educação inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional que implica não apenas o acesso à educação, mas principalmente, a integração no FEVP-Bezerras/PE de pessoas com necessidades especiais.

Para tanto, está empenhada em promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dos Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, que a regulamentam, como também a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que Institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

4.8 POLÍTICAS QUE DETERMINAM O CONTEÚDO REFERENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a pessoa autista é aquela que possui eficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

Os padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos devem ser amenizados através de procedimentos de inclusão social.

Tendo em vista que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência e portadora de necessidades especiais para todos os efeitos legais.

Sendo assim, o Projeto Pedagógico do Curso tem incluso nos conteúdos de suas disciplinas, atividades curriculares, e extensão a explanação de temas que envolvam a inclusão, o respeito para o desenvolvimento dos discentes em que se constatem este tipo de transtorno.

4.9 POLÍTICAS QUE DETERMINAM O CONTEÚDO REFERENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

De acordo com a Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

FEVP-Bezerros/PE trabalha em conjunto com seus Coordenadores, docentes e pedagogos para realização de um trabalho de inclusão, respeito e desenvolvimento das potencialidades do alunado que possua Altas Habilidades ou Superdotação, buscando sua formação nos Cursos de Graduação.

4.10 POLÍTICAS DA HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA, QUILOMBOLAS, E SOBRE A IGUALDADE ÉTNICO RACIAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Design Gráfico tem incluso nos conteúdos de suas disciplinas, atividades curriculares, e extensão a explanação de temas que envolvam a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como, o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, e indígenas nos termos explicitados na Resolução CNE/CP Nº 01/2021.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, indígena, quilombola, populações dos campos, imigrantes e itinerantes, entre outras culturas, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem

como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Nesse sentido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

Para o cumprimento das referidas DCN's, por parte da FEVP-Bezerras/PE dar-se-á através da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação das Relações Étnico-Raciais que deverá ser considerada na construção dos respectivos PPC's e respectivos planos de ensino.

4.11 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

No âmbito da discussão sobre a internacionalização na FEVP-Bezerras/PE, é importante ressaltar que o desenvolvimento tecnológico da sociedade moderna vem potencializando o fenômeno da globalização e, conseqüentemente, a troca de informações entre as nações. O impacto da globalização no processo de internacionalização dá-se pela relação indissociável entre educação e sociedade.

Nesse contexto, o ensino superior segue o mesmo direcionamento visando ampliar a cooperação internacional e nacional entre cursos de graduação e pós-graduação, tendo em vista o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como, a qualificação de pesquisadores e estudantes em programas internacionais e nacionais de mobilidade/intercâmbio.

A internacionalização é um processo complexo e multifacetado com implicações econômicas, políticas, sociais e culturais para os países, as instituições e as pessoas envolvidas. Nesse sentido, a FEVP-Bezerras/PE incorpora as atividades internacionais e nacionais levando em conta as necessidades e as possibilidades de produção acadêmica e de formação em conjunto com as Instituições que estão envolvidas nesse processo. Para tanto, leva-se em conta a capacidade instalada, os interesses

estratégicos da Faculdade de Educação do Vale do Pajeú, a disponibilidade em termos de pessoal qualificado e de recursos financeiros.

Para efetivação de convênio de cooperação e de intercâmbio, as Instituições parceiras devem desenvolver suas atividades acadêmicas nas mesmas áreas de conhecimento da FEVP-Bezerras/PE, além de preencherem todas as exigências legais. Dá-se prioridade aos convênios de cooperação e intercâmbio nacionais alinhados às áreas estratégicas da produção acadêmica institucionalizada definidas anualmente, em sintonia com o PIIC e a Política de Ensino de Pós-Graduação.

Além dos convênios de cooperação e intercâmbio, as atividades sistemáticas de qualificação frente às demandas do processo de internacionalização, dar-se-ão a partir:

- dos grupos de estudos apoiados no âmbito dos programas de incentivos existentes;
- da realização de eventos; pelos cursos de Graduação e de Pós-Graduação;
- da participação de docentes, técnico-administrativos e estudantes em eventos;
- da difusão da produção acadêmica em periódicos.

4.12 AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de responsabilidade social da FEVP-Bezerras/PE é entendida como o relacionamento ético da instituição com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação. As ações de responsabilidade social voltam-se a diferentes segmentos da FEVP e da comunidade.

- Público Interno
- ✓ Os recursos humanos, diretores, coordenadores, professores, técnico-administrativos e demais funcionários, são valorizados reconhecendo-se seus potenciais e competências refletidas no Plano de Carreira e na Política de Qualificação. A gestão das atividades acadêmicas é democrática e se dá mediante organização colegiada, de modo a promover e garantir a cooperação das categorias integrantes da comunidade acadêmica.
- Alunos
- ✓ A responsabilidade social da Faculdade de Educação do Vale do Pajeú para com os seus alunos está relacionada à educação ofertada com qualidade, que permita o desenvolvimento pleno do aluno, do cidadão preparado para ser agente transformador

da realidade e comprometido com a gradativa eliminação das desigualdades sociais.

- Comunidade

- ✓ O envolvimento com a comunidade é uma prioridade da administração da Faculdade de Educação do Vale do Pajeú socialmente responsável, o qual se fortalece por meio de uma política de extensão com critérios bem definidos. Com ações voltadas para a comunidade, as iniciativas da FEVP promovem a mudança das relações que se reproduzem na sociedade, incentivando a participação dos discentes com apoio dos docentes para que desempenhem o papel de agentes de mudanças sociais em suas comunidades.
- ✓ A FEVP, por meio de suas ações envolvendo a comunidade, busca o desenvolvimento das pessoas, isto é, o aumento de suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha e pela garantia de que seus resultados sejam apropriados, equitativamente, por todos, resultando em ganho de poder dos indivíduos e das comunidades, por sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento.
- ✓ A FEVP desenvolve projetos voltados à população carente, para a implantação de política nas áreas de educação, tecnologia, trabalho, desenvolvimento tecnológico e inclusão social. Os projetos promovem a diversidade cultural e da identidade, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressões tradicionais.
- ✓ Os funcionários, docentes e discentes do FEVP participam dos Programas de Ação Social desenvolvidos pelas entidades parceiras governamentais e não governamentais.

4.13 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PERMANENTE

Por acreditar que o desenvolvimento profissional contínuo é a chave para garantir a qualidade dos serviços educacionais da instituição, a FEVP criou o Programa de Desenvolvimento Profissional, cujo objetivo principal é capacitar os docentes, tutores, funcionários e os alunos para a utilização dos mais avançados recursos tecnológicos a serviço de uma educação de qualidade.

A participação nas atividades do Programa de Desenvolvimento Profissional e o diálogo constante com toda a comunidade são essenciais para a manutenção da qualidade da formação integral dos professores e funcionários da FEVP. Na qualificação os docentes envolvem:

1. a concessão de bolsas de estudo parciais para graduação e pós-graduação, e incentivo para a realização de Mestrado e Doutorado;
2. treinamentos e oficinas de atualização na própria instituição;
3. incentivo para participar de eventos como congressos, fóruns, workshops e outros;
4. incentivos a publicações que reflitam sua produção científica.

A FEVP ainda tem a finalidade de fornecer auxílios financeiros aos docentes, por meio de ajuda de custo para participação em congressos ou eventos científicos, tecnológicos ou culturais, de bolsas-auxílio, para a realização de cursos de Pós-Graduação de vários níveis, e de custeio de Programas de Treinamento específicos para docentes da FEVP.

A FEVP estimula a produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos professores. Para tanto oferece suporte técnico e apoio à produção do corpo docente. De acordo com o Plano de Capacitação Docente, constituem modalidades de incentivos para capacitação:

1. Apoio à produção da iniciação científica, técnica, pedagógica e cultural;
2. Apoio à divulgação e publicação de teses, dissertações, monografias e/ou outros trabalhos acadêmicos;
3. Auxílio-financeiro para participação em eventos.

4.15 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A tríade de uma Instituição de Ensino é composta por: Ensino, Pesquisa e Extensão. A FEVP considera a pesquisa elemento chave para o desenvolvimento regional e de conhecimento e habilidades do corpo docente e discente. Para a FEVP a pesquisa:

- a) É um mecanismo de desenvolvimento científico e tecnológico, que permite o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade através da geração de conhecimento;
- b) É uma ação de integração entre graduação e pós-graduação, bem como da instituição de ensino com o meio na qual está inserida;
- c) É fundamental para o aumento da qualidade dos cursos ofertados.

Assim sendo, as políticas de pesquisa da instituição tem como finalidade a construção de uma cultura de pesquisa, por meio do fortalecimento de programas institucionais – PIIC; da criação e consolidação de grupos de pesquisa para desenvolvimento da pesquisa em rede; do incentivo ao docente e discente à apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais e ainda, publicação dos resultados em periódicos; da internacionalização; e do fomento a atividade de pesquisa – como o programa de Bolsa Pesquisa Docente.

Nesta perspectiva, a FEVP apresenta como objetivo, o fortalecimento de Programas Institucionais – PIIC, visto que um Programa de Iniciação Científica proporciona a privilegiada oportunidade de se entrar em contato com os diferentes campos do conhecimento e do saber. A instituição conta com uma coordenação específica para o programa e suporte dos coordenadores e professores. O PIIC – Programa Institucional de Iniciação Científica visa o desenvolvimento de uma política de estímulo à pesquisa e produção intelectual, científica e tecnológica, indispensável ao ensino e a extensão. Tal política prevê o aproveitamento criterioso dos recursos financeiros disponibilizados pela Mantenedora, destinados para pagamento de horas-projeto para os professores orientadores.

O estudante de Graduação que participar do PIIC, sob a orientação de um professor, terá o seu primeiro contato com a pesquisa científica ou tecnológica, aprendendo a aplicar técnicas e métodos científicos pertinentes à área de conhecimento de seu interesse, e ainda, propiciará a qualificação diferenciada do estudante para o seu ingresso na Pós-Graduação e ainda, em seu ambiente de trabalho, afinal a pesquisa permite o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva do aluno.

Em termos operacionais, o PIIC englobará as etapas:

- I. Um processo seletivo por meio da publicação de Edital no qual constam os pré-requisitos e critérios para inscrição de projetos de pesquisa;
- II. Apresentação e divulgação em um evento da **FEVP** ou externo, de Iniciação Científica, dos resultados alcançados nas pesquisas realizadas, sendo incentivada ainda a publicação em revistas científicas.

Elemento estratégico, o PIIC da **FEVP** permitirá a formação de uma nova mentalidade no âmbito da Graduação que, ao se voltar para a criação e consolidação

de Linhas de Pesquisas, propiciará não só o aprimoramento do ensino e da extensão, mas, também o fortalecimento da Pós-Graduação.

O Programa se desenvolverá em consonância com a política de iniciação científica, sinalizada abaixo:

- I. Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- II. Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica e tecnológica;
- III. Oferecer ao estudante a oportunidade de desvendar o processo de geração do saber em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- IV. Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;
- V. Estimular uma maior articulação entre a Graduação e Pós-Graduação;
- VI. Propiciar aos pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- VII. Difundir a produção científica/tecnológica dos alunos por meio de publicação e/ou exposição em Congressos, Jornadas Científicas, Seminários e eventos similares e academicamente reconhecidos.

Como principais metas e ações para a política de Iniciação Científica ressaltam-se as seguintes:

- I. Aumentar o número de vagas do Programa;
- II. Incentivar a participação dos estudantes em projetos de iniciação científica relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação;
- III. Divulgar e dar visibilidade nacional à atuação e à produção do estudante no âmbito das atividades de iniciação científica desenvolvidas na **FEVP**.

Para produção de conhecimento, o na **FEVP** entende a importância da construção de redes de pesquisadores, de alcance nacional e internacional, por meio de grupos de pesquisa. Estes grupos de pesquisas têm como objetivos:

- a) Compartilhar resultados de pesquisas;
- b) Discutir e desenvolver trabalhos em conjunto.

A instituição ainda entende que os resultados das pesquisas oriundos dos trabalhos de Iniciação Científica ou dos Grupos de Pesquisa devem ser compartilhados

com a sociedade através da apresentação em eventos científicos e publicação em periódicos. Neste sentido, na **FEVP** promove o incentivo desta prática através de:

- a) revistas institucionais eletrônicas gratuitas;
- b) promoção de eventos científicos institucionais;
- c) fomento para participação de docentes e discentes em eventos internos e externos.

Iniciação Científica para os cursos de Graduação:

- ⇒ Os cursos estabelecem espaços como as Práticas Interdisciplinares em que os alunos devem a cada semestre promover pesquisas sobre vários temas pré-determinados e em consonância com outras disciplinas do curso. Ao final, os alunos devem apresentar os resultados na forma de relatório e pôster, os quais poderão ser desenvolvidos *a posteriori* como Projetos de Iniciação Científica, conforme a qualidade e interesse acadêmico pelo trabalho desenvolvido.
- ⇒ Os cursos possuem a disciplina TCC, mesmo quando as Diretrizes Curriculares não o indicam como obrigatório. Isso é fundamental para o início de trabalhos que poderão ser desenvolvidos em nível de pós-graduação.
- ⇒ Os professores do curso podem selecionar alunos para o desenvolvimento de seus projetos de pesquisa, incluindo o fomento institucional a partir de bolsas de iniciação científica.

E por fim, na **FEVP** incentiva seus docentes a desenvolverem a atividade de pesquisa, tendo um programa de Bolsas direcionado para essa ação. A Bolsa Pesquisa, que inicialmente recebeu o nome de Bolsa PIIC, é direcionada para docentes da na **FEVP** que apresentam atividades de pesquisa. Anualmente, é aberto um edital para seleção dos bolsistas, o ciclo tem duração de 12 meses. A instituição tem como objetivo ampliar a distribuição de bolsas, agregando assim mais áreas e incluindo os discentes, tanto com recursos próprios quanto com a busca de recursos externos.

Por fim, reconhecendo a importância da tríade: ensino – pesquisa – extensão, a política de pesquisa visa promover a integração entre as áreas de ensino e extensão do Centro Universitário, estimulando a pesquisa interdisciplinar e entre diferentes modalidades de ensino (graduação e pós-graduação). Neste sentido, busca-se desenvolver ambientes propícios para discussão, reflexão e produção científica.

A **FEVP** considera a Iniciação Científica elemento chave para o desenvolvimento da capacitação e das competências do estudante, sendo parte integrante de sua política de ensino.

Bolsas de Iniciação Científica

A IES tem a previsão do fomento à Iniciação Científica a partir de bolsas proporcionadas aos alunos.

Por se tratar de uma IES privada, as bolsas poderão ser constituídas a partir de descontos que deverão ser publicadas a partir de Edital próprio após o credenciamento da IES e o efetivo funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação.

Essa expectativa encontra suporte no âmbito da própria missão da IES que busca a formação diferenciada de seus alunos, afinal o acelerado crescimento do conhecimento nos últimos anos tornou impraticável o ensino tradicional baseado exclusivamente na transmissão formal de informação. Ademais, a IES tem conhecimento de que, em muitas disciplinas, já não é possível dentro das cargas horárias transmitir todo o conteúdo relevante, bem como é certo que o conhecimento não é acabado, e muito do que o estudante precisará saber em sua vida profissional ainda está por ser descoberto.

Desse modo, a FEVP sabe que o desafio de hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Ao contrário de outrora, quando o importante era dominar o conhecimento, hoje sabe-se que o importante é "dominar o desconhecimento", ou seja, estando diante de um problema para o qual ele não tem a resposta pronta, o profissional deve saber buscar o conhecimento pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa.

Assim, não será fazendo de nossos alunos meros depositários de informações que estaremos formando os cidadãos e profissionais de que a sociedade necessita. Para isto, as atividades, curriculares ou não, voltadas para a solução de problemas e para o conhecimento da nossa realidade, tornam-se importantes instrumentos para a formação dos nossos estudantes. É dentro desta perspectiva que o fomento à Iniciação Científica é premente na FEVP, pois a inserção precoce do aluno de graduação em

projetos de pesquisa se torna um instrumento valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior, bem como para estimular e iniciar a formação daqueles mais vocacionados para a pesquisa.

4.16 POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO

A introdução de um novo serviço, método ou tecnologia, poderá ser estimulado se as competências necessárias forem identificadas e priorizadas nas suas gerações, incentivando o desenvolvimento de novos empreendedores, pesquisas e novas tecnologias que proporcionem o aumento da competitividade dos setores relevantes de uma região.

Nestas condições, a difusão da tecnologia para potenciais empreendedores permite o processo de acumulação, condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento do sistema produtivo, sendo que, para o aumento da eficácia, é necessária uma ruptura radical que é dada por meio da introdução de um novo produto, método ou tecnologia, de maneira inovadora.

O Brasil é considerado um dos países com a população empreendedora, porém muitos empreendedores que iniciam seus negócios, não analisam adequadamente as oportunidades por meio de devido planejamento com a finalidade de reduzir os riscos inerentes. Pesquisas realizadas pelo SEBRAE/SP (2017) demonstraram que as principais causas da mortalidade das empresas (fechamento em menos de 2 anos de funcionamento) estão relacionadas à falta de planejamento prévio, gestão do negócio deficiente e perfil do empreendedor não adequado.

Neste cenário, destaca-se o papel do agente transformador, do empreendedor, com função essencial no processo do desenvolvimento econômico, sendo o responsável pela operação de novas combinações dos fatores produtivos.

O desenvolvimento do empreendedorismo é fundamental para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social de uma região. O empreendedorismo se mostra como um mecanismo acionador dos processos que deverão encadear uma série de ações e transformações, e que, muito provável, se iniciará por meio de pequenas

empresas, sendo que, uma das características fundamentais, é a sua relação com a comunidade local, que poderá ser um catalisador do processo de desenvolvimento quanto melhor for o ambiente favorável ao empreendedorismo.

Nesta comunidade local, destaca-se a função da instituição de ensino, neste caso, a Faculdade de Educação do Vale do Pajeú, agente convicto de que este tema, a cultura empreendedora, é de fundamental importância para seus alunos, professores, dirigentes e funcionários, incumbindo-se do papel de difusor e estimulador das competências consideradas como essenciais para exercer a função de empreendedor, sejam para criação de novos negócios, através da geração de conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento e a diversificação da economia local em cadeias e redes produtivas, para o desenvolvimento de ideias no ambiente de trabalho ou mesmo para um plano de vida pessoal capaz de promover a inserção em um ambiente cada vez mais intenso e em mutação.

É neste contexto que a Faculdade de Educação do Vale do Pajeú desenvolve a sua cultura empreendedora por meio do ensino tanto na graduação, permeando todos os cursos bacharelados e de tecnologias, informando os alunos sobre os conceitos, definições e experiências de sucesso; formando nas competências essenciais que caracterizam um empreendedor de sucesso como planejamento, liderança, iniciativa, criatividade, inovação e sustentabilidade; e orientando nas dinâmicas, estudos de casos e atividades que vivenciam as melhores práticas e experiências aderentes aos conceitos abordados nas disciplinas, sendo integradas nos projetos interdisciplinares de cada curso, fazendo a conexão das disciplinas com uma visão sistêmica e empreendedora.

Na pós-graduação, os debates são estimulados e a materialização dos planos de negócios é discutida na esteira das tecnologias disponíveis e nos novos modelos de negócios aderentes às tendências e cenários atuais.

Desenvolver o perfil do egresso da Faculdade de Educação do Vale do Pajeú com a segurança de que pode enfrentar os desafios do mundo do trabalho, dos negócios, da vida acadêmica e pessoal de maneira empreendedora, habilita a Faculdade de Educação do Vale do Pajeú a ser também um agente de transformação local, contribuindo para o desenvolvimento regional e comunitário da sociedade.

4.17 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Na sociedade atual, em que a tecnologia e o compartilhamento das informações estão sempre presentes e em constante mudança, a comunicação apresenta-se como um grande desafio, mas também como elemento estratégico para o cumprimento da missão institucional e o alcance de seus objetivos. Desta forma, a **FEVP** precisa ter suas diversas atividades de comunicação integradas e articuladas para fortalecer sua imagem e seus valores.

Além disso, o mercado está a cada dia mais competitivo, o que requer um esforço no que diz respeito às ações de marketing, como propaganda, venda, análise de mercado, entre outras. Assim, essa política consiste na definição de diretrizes e de objetivos consubstanciados a partir de um planejamento estratégico próprio, sendo orientada pelo Planejamento Estratégico Institucional, definido no PDI. Sua implementação se dará por seus programas, planos e projetos, os quais assumem característica tática e operacional.

Tem como referência o modelo de Comunicação Organizacional Integrada, que pressupõe agregar todas as atividades de comunicação da **FEVP**, considerando as características das diversas áreas. Considera-se ainda nessa política, o princípio de que a comunicação deve ser compreendida como uma ferramenta estratégica e, desta forma, precisa ser praticada por todos e as ações devem ser sempre desenvolvidas em parceria com as áreas e com definição das atribuições de cada uma.

O Departamento de Comunicação e Marketing, em seus aspectos técnicos especializados, é a área responsável pela execução dessa política tanto no que diz respeito às ações da mantenedora quanto no que diz respeito às ações da **FEVP** e está subordinado diretamente à mantenedora.

São diretrizes da Política de Comunicação e Marketing:

- I. Assegurar a participação efetiva da área de Comunicação e Marketing nos colegiados estratégicos da **FEVP**;
- II. Alinhar serviços, processos, ações e comunicação;
- III. Orientar-se pelos resultados das avaliações internas e externas;
- IV. Orientar-se pelo modelo de comunicação organizacional integrada;
- V. Assegurar a visibilidade e a transparência das ações institucionais.

VI.Sensibilizar discentes, docentes, técnico administrativo e comunidade externa para avaliação institucional com perspectiva de melhoria na qualidade do serviço oferecido.

Seu objetivo principal é contribuir para o cumprimento da missão institucional e de seus objetivos estratégicos, e dele decorrem os objetivos específicos que seguem:

- I.Fortalecer a imagem institucional, sempre reposicionando a **FEVP** no mercado externo, assim como com ações de permanência acadêmica e fortalecimento da marca na estrutura interna;
- II.Propiciar um ambiente que favoreça o comprometimento de toda a comunidade interna com as ações de comunicação, através do endomarketing;
- III.Garantir a comunicação integrada;
- IV.Fortalecer o vínculo com o público interno e externo, através de campanhas de fidelização e pesquisa de satisfação;
- V.Conhecer as necessidades da sociedade e do mercado educacional.

Comunicação da IES com a Comunidade Externa

Com o advento das redes sociais e das ferramentas de comunicação via web, tem-se cada vez mais instituído que não há limites para a divulgação de conhecimentos e de expectativas institucionais que devem ultrapassar os muros da Faculdade.

Assim, a equipe FEVP tem plena ciência de que, no mundo globalizado, a vida institucional não se restringe ao que se passa internamente na IES, ou seja, os limites de uma IES não são mais passíveis de determinação precisa com tal advento.

Em virtude disso, instauram-se condições para que a comunicação entre as instituições de ensino e os seus públicos estratégicos (alunos e seus familiares, setor produtivo, grupos representativos da sociedade civil, dentre outros) coloque-se em um novo patamar, legitimando-se definitivamente como essencial para fortalecer o debate democrático e consolidar o papel da educação como indutora da inserção e da ascensão social e para o desenvolvimento da comunidade em que se insere a IES.

Desse modo, a política de comunicação externa da FEVP visa transmitir os conhecimentos produzidos, as ações e a sua filosofia para a comunidade e promover

o fortalecimento da imagem através de um processo eficiente e contínuo de aperfeiçoamento dos canais de comunicação.

Através das novas tecnologias disponíveis na atualidade e das ferramentas de comunicação tradicionais, a FEVP promoverá ampla divulgação dos Programas e Projetos Institucionais que explicitam o seu código de valores para toda a comunidade educativa.

Desenvolverá programas para a mídia local na sede (Rádio, TV, Site de Notícias) (vídeo/áudio/texto) traduzindo, para a sociedade, a sua concepção, finalidades, objetivos, missão e visão, ou seja, suas bases filosóficas.

A IES contará com diversos veículos de comunicação externa tais como:

- Portal da Instituição na Internet;
- Filme institucional para exibição em eventos
- Campanhas promocionais e peças publicitárias
- Participação em eventos
- Apresentações de palestras por representantes da FEVP em eventos e cursos externos
- Brindes, cartazes, displays, folders e estandes em eventos externos
- Apoios e patrocínios a eventos
- Ouvidoria
- Revistas Científicas Eletrônicas
- Link “fale conosco”
- Telemarketing
- Webmail

- Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico
- redes sociais tais como: Facebook; Instagram, Twitter.

Além disso, a IES disponibilizará profissionais para visitar escolas públicas e privadas a fim de orientar os alunos com informações sobre a proposta pedagógica da IES e as áreas de atuação dos cursos ofertados pelas FEVP.

Comunicação da IES com a Comunidade Interna

A comunicação interna compreende os processos, ações, estratégias, veículos ou canais que se destinam ao relacionamento entre a FEVP e seus públicos internos que são formados por alunos, funcionários técnico-administrativos, gestores e professores. Trata-se de uma perspectiva de comunicação que está interligada processo de gestão e à cultura organizacional e acadêmica.

Atenta às novas tendências, a comunicação interna da FEVP buscará incorporar as potencialidades inerentes às tecnologias de informação e comunicação e, em particular, as mídias sociais vistas como ambientes potencialmente úteis para incrementar a interação e o debate acadêmico e de recursos humanos, permitindo a troca de informações, conhecimento e experiências.

Buscar-se-á também disseminar e consolidar a cultura, a missão e a visão institucional, modo este de comunicação que estabelece o empenho, o comprometimento e o engajamento do público interno.

Assim, na FEVP a prática da Comunicação Institucional com o público interno pauta-se pelos seguintes princípios e valores:

- ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
- ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos, sem prejuízo da confidencialidade, quando necessário;

- ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados; defender os interesses da instituição, resolver problemas, fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
- ser competitiva, técnica e proativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;
- ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias de informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional.

Há que se destacar a CPA como um dos veículos de comunicação de mão dupla, afinal ao mesmo tempo que necessita de informações, é primordial também no seu fornecimento

Canais de relacionamento são os veículos formais produzidos e mantidos pela IES com o objetivo de promover a interação com os seus públicos estratégicos, o que pode ser chamado de endomarketing. A IES utiliza atualmente os seguintes canais para divulgação de todos os seus projetos e ainda para o desenvolvimento de ações promocionais e de relacionamento:

- Portal da Instituição na Internet;
- Ouvidoria;
- Sistema Acadêmico;
- Site Institucional;
- Painel de notícias e avisos espalhados pela IES;
- Revistas Científicas Eletrônicas;
- Link “fale conosco”;
- Telemarketing;
- Webmail;

- Vídeos institucionais;
- Grupos de WhatsApp;
- Informativos para docentes
- Informativos para discentes;
- Campanhas em redes sociais (Facebook; Instagram, Twitter).
- Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico.

4.18 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

A Faculdade de Educação do Vale do Pajeú, reconhecendo o importante papel social que a educação continuada realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade, possui uma política de Pós-Graduação que resulta em um ensino de alto padrão e de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Os programas de Pós-Graduação Lato Sensu oferecidos pela **FEVP** têm como objetivos:

- I. Contribuir para capacitar recursos humanos, oferecendo um diferencial de competitividade para atender à demanda social que exige aprendizado contínuo, particularmente nas áreas profissionais;
- II. Contribuir para o aperfeiçoamento e capacitação permanentemente do corpo docente e para a melhoria do desempenho acadêmico.

A política de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Vale do Pajeú procura ultrapassar a rigidez de um processo de planejamento centralizado e de longo prazo, para ser entendida como a afirmação de um programa de ação racional passível de adaptações impostas pelas mudanças imprevisíveis e aceleradas da sociedade, com objetivos e estratégias de intervenção que possam dar respostas eficazes às demandas e carências da sociedade.

Em um aspecto geral, o desenvolvimento de um programa no campo da Pós-graduação, tendo como referência a inovação, a transformação e a excelência, norteia-se, principalmente nos programas de Pós-Graduação Lato Sensu:

a) Geração de conhecimentos científicos novos que possam resultar em benefícios sociais e na melhoria do ensino, por meio:

I. Do desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem e da ampla articulação didático-científica com retorno para o ensino de Graduação;

II. Do desenvolvimento de iniciação científica, ampliando o domínio das áreas de conhecimento a que estão afetas e possibilitando inovação tecnológica e o desenvolvimento teórico;

III. Da integração dos alunos de Graduação em programas de iniciação à investigação científica, buscando despertar vocações e incentivar, entre os estudantes de Graduação, talentos potenciais para pesquisa e, em consequência, para a produção científica e para o ensino.

b) Promoção da integração da **FEVP** com a comunidade local, numa articulação entre o tecido produtivo e o social, de modo cooperativo, por meio:

I. Da formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação profissional;

II. Da promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com outras instituições acadêmicas, setor empresarial, setor público, setor privado e terceiro setor;

III. Da busca de alternativas para programas de pesquisa e Pós-Graduação, identificando áreas de interesse e vocação institucional para criar linhas de pesquisa coerentes e articuladas.

A FEVP desenvolve atividades de ensino de Pós-Graduação Lato Sensu, com programas organizados. Estes têm o objetivo de desenvolver e aprofundar a necessidade específica por qualificação de profissionais de nível superior, de professores e de pesquisadores, das áreas empresarial, estatal e do terceiro setor, capacitando-os a atuar em diferentes contextos, num ambiente em permanente

transformação, buscando uma abordagem interdisciplinar e integrada aos diversos segmentos da sociedade, com adaptabilidade e flexibilidade diante da inovação.

As atividades de ensino de Pós-Graduação são realizadas em estreita relação com a Graduação visando à melhoria e à renovação desse nível de ensino.

A integração Graduação/Pós-Graduação concorre para a melhoria da qualificação dos docentes e para a melhoria da atuação desses professores na Graduação por meio de uma ampla articulação didático-científica.

A Pesquisa e a Iniciação Científica também encontram o seu espaço na FEVP a partir das atividades da Pós-Graduação. Em termos de concepção, a IES entende que um programa de pós-graduação deve conter um conjunto de disciplinas comuns, definidas como aquelas que vão garantir o suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Assim, há que se destacar que, em continuidade ao aprofundamento propiciado pelas disciplinas, o plano de estudos do pós-graduando inclui atividades orientadas que são estabelecidas por professores do curso de pós-graduação em continuidade às atividades da graduação.

Dessa forma, ressalte-se que, visando constituir em sua plenitude a perspectiva acerca da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a IES constituirá desde a sua implantação a oferta de programas de pós-graduação *lato sensu*, buscando também oportunizar à comunidade a formação continuada.

A pós-graduação "*Lato Sensu*" tem por elemento definidor o aprofundamento da formação inicial constituída na graduação. Assim posto, pode-se afirmar que o curso de pós-graduação "*Lato Sensu*" estabelece o ensino como objetivo a ser alcançado e garante a assimilação dos procedimentos e/ou resultados do avanço na produção científica, ajustando seu perfil às mudanças operadas na profissionalização. O Projeto da FEVP afirma que a pós-graduação "*Lato Sensu*" está focada à especialização e à formação continuada nas diversas áreas da graduação.

Ademais, o oferecimento de cursos de pós-graduação se institui também como um espaço necessário para o acompanhamento e qualificação do egresso que se formará na própria instituição.

Dessa forma, pode-se afirmar que a política de pós-graduação está consubstanciada

em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na pesquisa, na capacitação do corpo docente e na qualificação de cursos. O estabelecimento das políticas de pós-graduação da FEVP partiu de pressupostos básicos que norteiam suas ações para a capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas e que devem levar em consideração a necessidade de aprimorar atividades profissionais ou acadêmicas e oferta de cursos que atendam às necessidades do mercado, identificadas por pesquisa científica e pesquisa de opinião de mercado no cenário regional.

Na concepção da Faculdade, a pós-graduação deve ser mais do que uma coleção de programas e projetos discretos. Interações, laços intelectuais e interligações entre os programas de pós-graduação e os projetos de pesquisa/iniciação científica são tão importantes quanto os próprios programas e projetos. Cultivar este ambiente multidisciplinar requer a adoção de diretrizes que garantam os resultados esperados.

A FEVP elegeu, portanto, como diretrizes específicas para o ensino de pós-graduação:

- Consolidar política de pós-graduação condizente com a sua missão;
- Implementar política de capacitação, em nível de pós-graduação, para docentes e funcionários;
- Fortalecer a relação entre a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica, a graduação e a extensão;
- Incentivar mecanismos de acompanhamento e avaliação da pós-graduação;
- Melhorar as condições de infraestrutura e suporte tecnológico ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação;
- Participar e contribuir com o desenvolvimento regional na formação de recursos humanos qualificados;
- Estabelecer regras para alocação de horas em projetos de pesquisa/iniciação científica, considerando a produção científica;
- Estimular a apresentação e publicações de artigos científicos, atendendo às exigências do Qualis;

- Definir estratégias de divulgação dos resultados de pesquisa/iniciação científicas, favorecendo a criação de uma imagem positiva da FEVP;
- Destinar a pós-graduação lato sensu (incluindo MBA) à capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas, destacando-se:
 - A. Cursos que objetivam o aprimoramento das atividades profissionais e acadêmicas;
 - B. Cursos que objetivam exclusivamente o aprimoramento das atividades profissionais;
 - C. Cursos que atendam às necessidades do mercado.

4.19 POLÍTICAS DE GÊNEROS

A FEVP entende que pensar sobre igualdade de gênero na Educação Superior significa tratar em princípio da questão dos direitos humanos, tema que acolhe os direitos sociais dos cidadãos(ãs). Desta forma, procura-se, através das políticas de gênero, conteúdos que desenvolvam a formação de novas opiniões e preceitos que motivem a igualdade de entre todos, independentemente de classe social, crença, gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, condição física ou idade.

Diante deste contexto, a FEVP concorda que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, até mesmo em relação às suas famílias são iguais”, pois a lei estabelece a equidade entre os gêneros.

Deste modo, a FEVP entende a relevância e a importância do tema em questão, no qual abrange o mundo, e por isso acredita que a educação é o melhor meio para o desenvolvimento de pensamentos e ideais nos quais as desigualdades não tenham espaço. Entende-se ainda que a educação é o caminho mais eficaz para promover a igualdade de gêneros.

Então, diante deste tema tão delicado e de suma importância, a **FEVP**, juntamente com seus docentes e colaboradores, trabalharão juntos com o intuito de formar pessoas com pensamentos livres de preconceitos e estereótipos, buscando, contudo, a evolução

de nossa sociedade dotada de preconceitos, em uma sociedade mais humanística e igualitária, onde todos possam aceitar as diferenças e conviver em harmonia.

Seguindo os preceitos de sua Missão e Visão, a FEVP tem o compromisso de promover a formação e o aperfeiçoamento, unindo pessoas e organizações em prol do conhecimento, proporcionando valor à sociedade e o de ser referência nacional na formação e aperfeiçoamento de profissionais que agreguem valor às organizações de forma democrática, responsável e inclusiva. Por esse motivo, adota as Políticas de Gêneros em respeito a todos os seus professores, colaboradores e discentes, pois, dentro de nossa Instituição, seus direitos e deveres já são respeitados de forma igualitária.

Sendo assim, vale ressaltar que a FEVP se preocupa com a equidade social, e reforça seus preceitos Institucionais, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem qualquer forma de discriminação, e acredita que a igualdade de gênero deve ser construída no cotidiano das instituições públicas e privadas, como também, na mente de cada indivíduo, observando que homens e mulheres são diferentes em muitos aspectos biológicos, mas que, no entanto, em seus direitos e deveres, responsabilidades e oportunidades, não dependerão da condição de ser homem ou mulher, mas sim, de sua capacidade profissional.

4.20 POLÍTICAS DE RETENÇÃO E REVERSÃO

No Brasil, a **retenção** é conceituada como permanência prolongada do aluno na Universidade, em que o discente continua em situação de matriculado no **curso** de Graduação por um tempo maior do que o planejado pelo currículo da instituição (LIMA JÚNIOR et al., 2019; VASCONCELOS; SILVA, 2011).

Lamers et al. (2017), afirma que a retenção ocorre por motivo de suspensão, cancelamento ou trancamento de matrícula ou repetência, fazendo com que o estudante necessite de um maior período para finalizar o curso.

Lima Júnior et al. (2019) entende que a retenção é vinculada à problemas que podem ser resolvidos pela própria instituição, tais como as oportunidades de

aprendizagem, a oferta de disciplinas, a concepção curricular dos cursos, o acolhimento da diversidade, entre outros.

Em vista disso, muitos pesquisadores discorrem possíveis políticas para a redução da retenção. Tais políticas estão associadas à ampliação ou à criação de bolsas, visando ao apoio financeiro, maior integração ao ambiente acadêmico, informação e motivação dos estudantes sobre as possibilidades de carreira em sua futura área de atuação (BARCELOS JÚNIOR, 2015). Essas políticas também estão ligadas ao aprendizado. Pereira (2013) propôs um sistema de programas de suporte acadêmico para melhorar o aprendizado e o desempenho acadêmico, como tutoria, orientação acadêmica e monitorias.

Araújo e Leite (2014) e Saccaro, França e Jacinto (2016) enfatizam a importância dos programas de bolsas permanência na Educação Superior brasileira, que visam a auxiliar financeiramente os estudantes de Ensino Superior que, na média, são menos abastados e, portanto, mais propensos à evasão e à retenção.

Andriola e Araújo (2018) destacam a relevância da seleção de indicadores educacionais pelos gestores, como método de obter informações e ter um diagnóstico situacional da instituição, estabelecendo um planejamento estratégico para adoção de ações e de projetos.

Sendo assim, é de suma importância a implantação destas políticas institucionais que levem em conta a extensão desse problema para a comunidade acadêmica, no sentido de inserir os alunos de forma participativa na comunidade acadêmica, buscando um acompanhamento presente durante o tempo da Graduação dos estudantes para procurar os motivos de retenção e auxiliá-los em melhores decisões, visando a alcançar o sucesso desses e, portanto, a eficiência da própria instituição.

POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação da FEVP têm por finalidade priorizar a formação técnica para o mercado de trabalho em consonância com o desenvolvimento integral e a formação cidadã como princípios essenciais das relações humanas, éticas e sociais.

Neste sentido, por meio dessas políticas, a Instituição promove o alinhamento entre o PDI e a política de ensino de seus cursos, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, o nivelamento, os componentes transversais, a mobilidade acadêmica, a extensão, a iniciação científica, as metodologias que favoreçam o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, possibilitando as práticas de ensino e aprendizagem e a promoção de ações reconhecidamente exitosas e inovadoras.

A partir dessas condições, a IES promoverá em seus cursos uma sistemática atualização curricular que buscará a incorporação de avanços tecnológicos, a interdisciplinaridade e a promoção de ações exitosas e inovadoras em suas ações pedagógicas.

Além disso, disponibilizará e desenvolverá para os cursos de graduação ofertados, atividades teórico-práticas e interdisciplinares, por meio de uma infraestrutura física e tecnológica adequada ao funcionamento das atividades acadêmicas, garantindo que se atinja o perfil de egresso definido em linhas gerais e no que tange ao específico de cada curso.

Há que se destacar também as expectativas acerca das Diretrizes Curriculares emanadas pelo MEC para os cursos de graduação que serão a gênese de cada um dos cursos.

Desse modo, podemos afirmar que alguns dos objetivos e ações sistemáticas dessa política de ensino da FEVP são:

- Estudo sistemático pelos NDE's das DCN's de cada um dos cursos de modo a atendê-las em linhas gerais.
- Pesquisa e Propostas emanadas pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica visando à inserção de novos métodos de ensino incorporados aos cursos de graduação implantados na FEVP.
- Elaboração e execução de projetos para estimular a abordagem interdisciplinar, a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes.

- Preparação do contexto e das circunstâncias para implementação das novas metodologias de ensino e aprendizagem adotadas.
- Promoção do estágio supervisionado e práticas interdisciplinares com o objetivo de oferecer ao acadêmico experiências práticas de forma a aperfeiçoar o seu processo de formação profissional e humana.
- Atualização e revisão contínua dos projetos pedagógicos baseada nas avaliações nacionais e no resultado das avaliações externas.
- Construção coletiva de projetos pedagógicos centrados no acadêmico como sujeito da aprendizagem.
- Promoção de eventos de difusão do conhecimento científico em áreas prioritárias, com envolvimento do corpo docente e discente.
- Desenvolvimento de ações que reduzam as taxas de evasão e aumentem os índices de permanência acadêmica.
- Elaboração de projetos que permitam a flexibilização curricular, que garantam alcançar o perfil desejado para o egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para a formação.
- Desenvolvimento de projetos de formação continuada, de modo que o ensino nos cursos de graduação seja o ponto de partida para uma cultura da formação continuada.
- Utilização dos colegiados como prática de gestão, sustentando um modelo de gestão acadêmica compartilhada, capaz de articular os princípios e objetivos decorrentes de seu compromisso social e educacional.
- Criação, incentivo e apoio a intercâmbios e parcerias nacionais e, quando possível, internacionais, propiciando aos discentes a possibilidade de estabelecerem relações com instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, como importante instrumento de formação intelectual de seus acadêmicos.

- Desenvolvimento das tecnologias de informação na própria FEVP como ferramenta de interação entre professores-alunos e facilitadoras no processo de comunicação com a comunidade interna e externa.
- Apoio e promoção de produção científica, cultural, de atividades de extensão, de qualificação profissional e de formações continuadas do corpo docente como forma de aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento dos pilares do conhecimento: ser, saber, fazer e conviver, propulsores de ações inovadoras e exitosas.

Desse modo, pode-se afirmar que a política para o ensino de graduação na FEVP se estabelece a partir da organização e aplicação dos projetos pedagógicos, da forma das atualizações curriculares, a forma de organização dos componentes curriculares, as expectativas de ensino-aprendizagem voltadas ao desenvolvimento metodológico e tecnológico da modalidade a ser ofertada, a mobilidade acadêmica, a avaliação da aprendizagem e dos componentes inovadores como as práticas interdisciplinares e as atividades complementares que são denominadas na FEVP como Atividades de Complementação Profissional. Além disso, deve-se destacar as atividades práticas de extensão que ligadas ao Estágio e ao TCC determinarão o processo de ensino-aprendizagem de maneira profícua.

POLÍTICAS DE NIVELAMENTO

A FEVP tem plena consciência acerca do déficit da Educação Básica Brasileira e do seu papel como instituição inclusiva, dessa forma suas políticas de ensino devem se estender também para o processo de suplantar as deficiências advindas por seus ingressantes na fase educacional que antecedeu o Ensino Superior.

Assim, a política do programa de nivelamento da FEVP deve propiciar ao discente ingressante nos cursos de graduação a oportunidade de amenizar deficiências em sua escolarização fundamental e média, para que ele possa acompanhar os conteúdos relacionados ao curso. Sua finalidade é permitir aos discentes a atualização ou aprendizagem dos conhecimentos que adquiriu em cursos de ensino médio, de forma que seu aproveitamento acadêmico seja compatível com os pressupostos estabelecidos pela Instituição, acelerando assim sua adaptação ao ambiente

acadêmico, em especial no que diz respeito à leitura e escrita e aos conhecimentos gerais.

Nesse mote, os objetivos do nivelamento da FEVP são:

- Acolher e instruir o discente acerca do contexto do Ensino Superior.
- Promover orientações para condutas éticas, críticas, reflexivas e autônomas.
- Incentivar a superação de limites para o desenvolvimento e ampliação do desempenho acadêmico e oportunizar o nivelamento, por meio de cursos direcionados ao aprendizado, adaptação e auxílio no aproveitamento e desempenho das unidades de aprendizagem.

Logo, na FEVP o nivelamento deverá se constituir em etapas, a saber:

a) Nas primeiras semanas de aula, os alunos deverão receber revisões de:

⇒ Leitura e Produção de Textos;

⇒ Conhecimentos Gerais.

b) Após o semestre letivo, os professores devem analisar os resultados alcançados e, dar novo suporte de cursos de qualificação nas áreas supracitadas àqueles alunos que ainda apresentarem deficiências no decorrer do curso.

Assim, o nivelamento é um programa da FEVP instituído de maneira contínua, haja vista não se poder em algumas semanas suplantar as deficiências advindas de vários anos da Educação Básica.

OBS* VIDE O PROGRAMA DE NIVELAMENTO DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA FEVP.

4.21 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

Conforme já destacado em outras partes deste PDI, a FEVP tem plena ciência da necessidade de formar profissionais questionadores e conscientes de seus papéis frente à sociedade e aos anseios do mundo globalizado, neste contexto a iniciação

científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural vinculam-se na IES às atividades de ensino a partir de exemplos já inferidos como as Práticas Interdisciplinares as Práticas de Extensão, os Estágios e o TCC que promovem a inserção dos alunos nessas expectativas de forma contínua e em conjunto com o percurso formativo e não apenas vinculados à projetos específicos e pontuais.

A IES, a partir de seu grupo de gestores, coordenadores, NDE's e colegiados entende que as ações voltadas aos anseios transdisciplinares devem fazer parte dos currículos e não apenas inseridos na forma de conta-gotas como comumente ocorre no Ensino Superior. Assim, a busca por ferramentas que aliem tais aspectos ao ensino são fundamentais para a própria meta de qualidade não apenas técnico-profissional, mas cidadã.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL NO ÂMBITO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Conforme já ressaltado, a IES desenvolveu os seus projetos pedagógicos visando formar diferencialmente os seus alunos. Para tal foram determinadas as seguintes atividades em conjunto com os currículos:

a) Inovação Tecnológica:

- ⇒ Os cursos a serem implantados terão em seus currículos a disciplina Empreendedorismo que trata especificamente da discussão e o fomento ao desenvolvimento de novos negócios e novas tecnologias.
- ⇒ A IES tem implantado o seu Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica que pesquisa e dissemina a inovação tecnológica como um de seus motes.

b) Desenvolvimento Artístico- Cultural:

- ⇒ Todos os currículos dos cursos terão implantadas as cargas horárias de atividades de extensão o que será primordial para o desenvolvimento de ações e projetos voltados à arte e à cultura.
- ⇒ A IES irá propor o desenvolvimento semestral de ações voltadas à disseminação da arte e cultura em todos os cursos de graduação a partir de cursos, seminários e semanas culturais.

4.22 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

A IES tem plena consciência de que, apesar de seu papel como Faculdade Isolada não ter a obrigatoriedade de estabelecer a pesquisa ou a iniciação científica como um dos seus nortes básicos, ela tem a obrigação de fomentar meios de estimular a produção acadêmica tanto no âmbito docente quanto discente.

Assim, a IES busca desde cedo estabelecer espaços em seus currículos que permitam constituir espaços para que professores e alunos produzam conhecimento no âmbito institucional.

A princípio deve-se destacar as práticas interdisciplinares que estão presentes nos cursos de graduação bacharelado e tecnológicos em que os alunos são orientados a produzir trabalhos que promovam o diálogo entre a teoria e a prática profissional.

Da mesma forma, deve-se destacar o Programa Institucional que incentiva a participação de alunos e professores em eventos de cunho científico e artísticos, o que ensejará a produção de trabalhos em várias áreas do conhecimento.

Outrossim, deve-se destacar que os estágios e o TCC, obrigatórios nos cursos de graduação, serão espaços imprescindíveis para a produção acadêmica, inclusive podendo a IES com o passar do tempo iniciar a constituição de um núcleo de iniciação científica que proporcionará anseio plenos para a produção acadêmica.

Vale destacar que já se tem em discussão e será objeto de ações no decorrer do quinquênio a concepção de revistas acadêmicas que visam explicitar junto à comunidade os resultados de pesquisas e discussões docentes e discentes no âmbito institucional.

Assim, a FEVP tem consciência da importância do incentivo à produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático-pedagógicos;

- Apresentação de TCCs a bancas examinadoras;
- Realização de Congresso, bienalmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;
- Realização de Workshops de iniciação científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- Financiamento para publicação de uma Revista de caráter jurídico;
- Apoio a grupos de pesquisa que contribuam para promoção da justiça, defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, dentre outros;
- Apoio aos discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;
- Apoio aos docentes e colaboradores conforme Plano de Qualificação da FEVP.

OBS* VIDE O PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO ACADÊMICA DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA FEVP

4.23 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação do processo de ensino e aprendizagem.

Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que serão formados que se tornará possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado. Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES, antes mesmo do seu credenciamento, já criou um programa que buscará implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do

Egresso, anexado a este PDI, instrumento este que possibilitará a avaliação continuada da FEVP, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- ⇒ Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- ⇒ Manter registros atualizados de alunos egressos;
- ⇒ Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- ⇒ Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- ⇒ Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- ⇒ Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- ⇒ Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- ⇒ Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- ⇒ Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da FEVP acontecem por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa/órgão-sociedade.

4.24 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FEVP, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade e crise econômica relevante, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FEVP tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto, entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados por eles. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

4.24.1 Centro de Apoio ao Estudante – CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FEVP. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FEVP, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, a saber:

- Apoio Psicopedagógico
- Ouvidoria

- Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- Núcleo de Estágio e Carreira;
- Núcleo de Retenção;
- Núcleo de Bolsas e Incentivos FEVP;
- Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria
- Ações de estímulo a produção discente e participação em eventos

4.24.2 Ouvidoria

Visando dar suporte emocional, bem como ser um canal para o envio de sugestões e reclamações, a IES entende que é imprescindível que a ouvidoria e o apoio psicopedagógico sejam núcleos integrados.

No que diz respeito à Ouvidoria, na FEVP ela foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, o órgão tem o acesso também em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site da FEVP.

O ouvidor receberá as informações e as repassará aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entrará em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixará de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram

presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

Vale destacar que o canal da Ouvidoria atende a todos: alunos, professores, funcionários e comunidade em geral.

4.24.3. Apoio Psicopedagógico

No que tange ao apoio emocional, a FEVP conta com um psicólogo que atende a alunos, professores e funcionários. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES, bem como por professores e funcionários. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações em que o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FEVP, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da FEVP sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros).
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução

didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;

- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais.(temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FEVP se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e/ou encaminhar questões à Coordenação de Curso para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e/ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação

no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

Além disso, a psicóloga da IES promove ações de sensibilização quanto aspectos de ordem social como por exemplo as campanhas e seminários que discutem as questões ligadas ao espectro autista, bem como campanhas acerca do suicídio e outros fenômenos sociais da vida moderna.

4.24.4. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a

Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FEVP, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa e Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação das Práticas Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Atividades de Complementação Profissional.

4.24.5. Programa de Nivelamento

Há que se destacar também que em atendimento as Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto

nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo será responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organizará as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem.

Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico deverão ser delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela FEVP que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

No entanto, conhecedores das dificuldades de aplicação desse programa, a partir de experiências advindas de suas longas vidas acadêmicas, os gestores da IES propõem que o Nivelamento seja constituído como componente curricular obrigatório estabelecido para os dois primeiros semestres letivos de cada curso.

Há que se destacar que, apesar de obrigatório, o aluno terá o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início de cada semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas, bem como ter os créditos validados imediatamente em seu histórico.

Os conteúdos do Nivelamento serão estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação

de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Língua Portuguesa;
- Conhecimentos Gerais.

A FEVP procurará lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este

fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contraturnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

4.24.6. Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o momento em que protocolou o seu credenciamento, a FEVP tem feito um excelente trabalho de convênios com os mais variados órgãos e instituições, a fim de formalizar oferta de vagas de estágio, conforme a necessidade das áreas a serem autorizadas, novos órgãos e empresas de diversos segmentos serão conveniados. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

4.24.7. Núcleo de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pela Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE criaram o Núcleo de Retenção. Trata-se do órgão responsável por desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FEVP, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possa intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

.

4.24.8 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FEVP podemos citar:

a) *MONITORIA*

Em todos os semestres subsequentes ao início do curso serão lançados editais ofertando vagas para o programa de monitoria. Assim, alunos que obtiverem grande êxito em disciplinas do programa poderão auxiliar professores no trabalho de ensino-aprendizagem e, em contrapartida, receberão bolsas de desconto nas mensalidades, bem como carga-horária que poderá ser utilizada como Atividade de Complementação Profissional (Atividades Complementares).

b) *CREDI FEVP*

A FEVP vai ofertar durante o quinquênio o seu programa de financiamento próprio que deve ter vantagens maiores do que o FIES para todos os alunos da instituição.

O financiamento deverá ser feito de acordo com o curso e irá financiar até 70% de todas as mensalidades, promovendo assim a permanência do aluno na instituição e garantindo-lhe a formação desejada.

As normas do CREDI FEVP serão regimentadas e disponibilizadas para a comunidade acadêmica após o credenciamento.

C) *Bolsa de Trabalho FEVP*

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos, regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FEVP, podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.

- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deverá assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista será de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
- O aluno terá direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato poderá ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
- O programa seguirá as normas da Legislação Trabalhista no que concerne aos Estágios.

D) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FEVP optará pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

Após o seu credenciamento a IES irá se habilitar ao programa.

E) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

Após o seu credenciamento a IES irá se habilitar ao programa.

F) Bolsas Mérito

Visando aumentar as oportunidades de crescimento aos alunos e inserir grandes talentos no mercado de trabalho, a FEVP promoverá em todos os semestres letivos um processo seletivo visando reconhecer grandes talentos dentre os seus acadêmicos.

Serão ofertadas bolsas em cada um dos cursos da IES visando encontrar grandes talentos e garantir-lhes a permanência na universidade.

O processo seletivo dá-se a partir de prova de Linguagens, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos da área relacionada ao curso do aluno.

Os melhores colocados recebem bolsa integral da FEVP, garantindo, assim, a integralidade da sua formação.

O mesmo processo seletivo é feito com alunos formandos que, a partir de prova semelhante, têm a possibilidade de frequentar gratuitamente um curso de pós-graduação Lato Sensu na área de seu curso.

É a garantia de diplomas de graduação e pós-graduação e o reconhecimento dos alunos de padrão de excelência da FEVP, acadêmicos que com certeza proporcionarão a diferença na sociedade e no mercado de trabalho.

4.24.9 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

A FEVP assume como política institucional de ação inovadora o apoio aos discentes para participação em eventos nacionais e internacionais a partir do seu Programa de Apoio à Produção Acadêmica e à Participação em Eventos de Cunho Acadêmico-Científico e Culturais.

O programa prevê que os alunos podem solicitar junto à coordenação de curso, apoio para participar de eventos. Esse apoio pode se constituir desde às passagens aéreas até a estadia e demais despesas do aluno, desde que atendidas algumas prerrogativas do programa ligadas à qualidade e necessidade de cada evento.

A FEVP tem consciência de que o conhecimento não pode ficar restrito única e exclusivamente aos conteúdos que perfazem o projeto pedagógico, mas sim ampliado a partir do mundo globalizado. Daí a importância de programas como este.

Quanto à produção acadêmico-científica dos alunos, há que se destacar que a IES disponibilizará durante o quinquênio as revistas acadêmicas para a publicação de trabalhos, bem como serão incentivadas as apresentações dos pôsteres que são resultado das Práticas Interdisciplinares em todos os cursos de graduação.

OBS* VIDE PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO ACADÊMICA E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA FEVP.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1. Política de capacitação docente e formação continuada

O padrão de excelência de uma Instituição de Ensino Superior está vinculado à qualidade da formação e desempenho de seu quadro de recursos humanos.

A FEVP estimulará a qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do Plano de Capacitação e Qualificação Docente, que inclui:

A) Celebração de convênio com instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras para formação de Mestres e Doutores;

B) Realização de cursos de curta duração, seminários e congressos, envolvendo temas específicos e vinculados aos conteúdos disciplinares;

C) Manutenção de cursos de reciclagem;

D) Divulgação, em revistas especializadas, de trabalhos e artigos científicos que focalizem e valorizem experiências regionais e locais especificamente voltadas ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste;

E) Implementação de um programa de criação de novas tecnologias que atendam às necessidades locais;

F) Implantação de programa de leitura dirigida para estudo de temas contemporâneos de alto impacto no processo educacional e profissional;

G) Capacitação contínua dos docentes a partir de cursos de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, visando o atendimento do Plano de Acessibilidade da IES;

O Plano de Capacitação e Qualificação Docente da FEVP é um processo sistemático, que permitirá aos docentes adaptarem-se a novas formas de conhecimento, novas habilidades e novas situações e, também, ao desenvolvimento de uma percepção crítica do cenário institucional.

5.2.1. Composição do Corpo Docente

Inicialmente, a FEVP contará com um contingente de 63 docentes.

DOCENTES: TITULAÇÃO		
Titulação	Quantitativo	%
Doutores	12	19,04%
Mestres	35	55,55%
Especialistas	16	25,39%
TOTAL	63	100%

DOCENTES: REGIME DE TRABALHO		
Regime de Trabalho	Quantitativo	%
Tempo Integral – TI	20	31,74%
Tempo Parcial – TP	43	68,25%
Horistas	0	0%
TOTAL	63	100%

5.2.2. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente

Para a contratação e reposição de professores, a FEVP procurará adotar uma política combinando uma sólida formação acadêmica (doutores, mestres e especialistas) com comprovada experiência profissional e docente.

Ao mesmo tempo, a FEVP se preocupará com o processo de capacitação de seus professores mediante incentivo à participação em cursos de doutorado, mestrado, pagamento de bolsas e/ou disponibilidade parcial ou integral, participação em congressos, seminários e cursos diversos.

Na seleção dos professores que integrarão o quadro docente da IES serão rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas, que irão ministrar, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto no que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho. O processo seletivo será feito de forma objetiva através de comissão especialmente designada para este fim.

O regime de trabalho dos docentes é o da legislação trabalhista, para jornadas semanais de 12 a 40 horas de trabalho por semana, a serem dedicadas às atividades de ensino, orientação, atendimento de alunos, extensão e, também, funções administrativas na Instituição. Poderá haver contrato por hora-aula, tendo em vista as características das disciplinas e dos profissionais selecionados.

Como orientação geral, a política acadêmica da Instituição buscará ampliar sempre a carga horária dos professores mais bem titulados e melhor avaliados, de forma a compor um núcleo de excelência com maior dedicação ao ensino e à gestão. Ao mesmo tempo, procurará aumentar o número de docentes em regime de trabalho de tempo integral e parcial, com o objetivo de compor um quadro amplo e dedicado não apenas

ao ensino, mas também à extensão, à pesquisa (iniciação científica), atividades de responsabilidade social e funções administrativas.

5.2.3. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional

Na seleção dos professores que integram o quadro docente da IES serão rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas, que irão ministrar, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto no que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho.

Os professores exercerão a função de professores ministrantes de disciplinas que, junto com a coordenação de curso e NDE, irão planejar e constituir os conhecimentos dos componentes curriculares a partir de um plano de ensino previamente definido sempre antes de cada semestre letivo. Esses docentes se encaixam em três regimes de trabalho: Regime de Tempo Integral e Regime de Tempo Parcial e Horistas.

O Regime de Tempo Integral será exercido pelos professores que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- ⇒ possuir a titulação de Mestre ou Doutor;
- ⇒ possuir graduação e pós-graduação na área do componente que irá trabalhar;
- ⇒ possuir experiência acadêmica igual ou superior a 3 (três) anos.

O Regime de Tempo Parcial será exercido por docentes que preencherem os mesmos requisitos dos professores contratados em tempo integral, excetuando-se a titulação que pode ser também de especialista. Dessa forma, o que diferencia ambos os regimes, é a distribuição das horas, já apontadas na seção anterior.

5.2.4. Procedimentos para a Substituição dos Professores

No que concerne às substituições dos professores, a autoavaliação institucional, no seu eixo avaliação do corpo docente, constitui instrumento confiável de acompanhamento do desempenho dos professores dos cursos presenciais e dos professores mediante o posicionamento dos alunos em relação a atuação docente.

O professor mal avaliado será sempre convidado a se reunir com o Coordenador do Curso, onde terá a oportunidade de se justificar ou explicar as razões da avaliação e da qualidade incipiente de sua atuação.

Caso apresente justificativa ou explicação razoável, os Coordenadores poderão optar por lhe dar nova oportunidade. Neste caso, seu desempenho posterior será avaliado.

Caso na avaliação seguinte o professor não apresente o desempenho esperado, sua demissão será requerida pelos Coordenadores de Curso ao Departamento De Pessoal, que a encaminhará à Diretoria Geral para efetivação.

No caso de substituição eventual de professor por motivo de doença ou gravidez, em diálogo com o Departamento de Pessoal os Coordenadores de Cursos farão processos seletivos internos e externos para substituição.

5.2.5. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente

A FEVP tem plena consciência de que o acompanhamento e a avaliação docentes devem fazer parte constante dos processos de ensino-aprendizagem da IES, tudo em razão da melhoria do desempenho acadêmico, bem como da otimização de resultados.

Dessa forma, além dos resultados advindos das avaliações docentes da CPA e da perspectiva empírica do trabalho de acompanhamento dos coordenadores de curso, a Direção Acadêmica e o Centro de Apoio ao Estudante – CAE também têm papel preponderante nesse aspecto.

Há que se destacar que singularmente, a partir da demanda de trabalho com o início das aulas, a FEVP irá constituir uma secretaria única e exclusiva para o auxílio e a constituição dos processos relacionados ao corpo docente, o que facilitará em muito o seu acompanhamento. Trata-se da Secretaria Docente, responsável pelo fornecimento dos diários de classe, organização dos planos de ensino, salas de aula etc. Nesse contexto, o órgão receberá informações que são preponderantes para a avaliação do

trabalho docente, afinal ela lidará diretamente com o relacionamento alunos-professores.

A partir do fornecimento de tais dados, a Direção Acadêmica e Coordenações de Curso acompanham e avaliam a atividade docente através de registros acadêmicos quanto ao cumprimento de programa e consecução dos objetivos propostos em consonância com a proposta da avaliação institucional, considerando:

- ⇒ o plano de curso, no qual o professor dimensiona a carga horária da disciplina, a ementa, os objetivos, a metodologia e o cronograma, além das atividades extraclasse.
- ⇒ reuniões sistemáticas sobre o Projeto Pedagógico do curso para planejamento, avaliação e correções necessárias (NDE).
- ⇒ acompanhamento dos registros dos professores-relatórios do Núcleo Docente Estruturante sobre aspectos como assiduidade e frequência, entrega de planejamento e avaliações, entre outros.
- ⇒ acompanhamento psicopedagógico para avaliar as atividades docentes.
- ⇒ verificação da avaliação discente para correções de atividades.
- ⇒ avaliação docente feita pelos alunos, pelos coordenadores e pelos colaboradores do CAE.

5.2.6. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Plano de Expansão do Corpo Docente

Quanto à expansão do Corpo Docente da FEVP, vale destacar que essa se dará na medida em que novos Cursos de Graduação propostos neste PDI serão autorizados pelas autoridades competentes.

Em termos gerais a previsão dar-se-á da seguinte forma:

=> Para viabilizar seu Plano Institucional a IES iniciou ainda no ano de 2019 contato com os professores necessários para a constituição deste PDI e dos PPCs dos cursos iniciais a serem autorizados pelo MEC, bem como dos outros cursos delineados também neste plano, projeta-se o cronograma a seguir (há que se destacar que se trata de uma mera previsão, haja vista ele ser dependente das devidas autorizações junto

ao MEC que dependem de avaliação prévia do INEP e/ou de possíveis mudanças na legislação):

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
	2019	2020	2021	2022	2023
Doutorado	12	12	12	14	16
Mestrado	35	35	35	38	40
Especialização	16	16	16	17	20
TOTAL	63	63	63	69	76

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
	2019	2020	2021	2022	2023
Tempo Integral	20	20	20	24	30
Tempo Parcial	43	43	43	45	46
Horistas	0	0	0	0	0
TOTAL	63	63	63	69	76

5.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

A FEVP pode conceder apoio financeiro sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de capacitação técnica, de bolsas de estudo para participação em cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em instituições reconhecidas e credenciadas e, em programas de treinamento específicos, promovidos pelo núcleo de extensão a partir das necessidades apresentadas pela

gestão administrativa de departamento, com realização mediante autorização prévia da Mantenedora.

O valor da ajuda de custo e da bolsa de estudo a ser concedida pela instituição é definido de acordo com a importância do conteúdo, sua duração e custos totais de participação, os quais poderão ser custeados total ou parcialmente, observando-se, para tanto:

- ⇒ disponibilidade de recursos financeiros para este fim;
- ⇒ a escala de prioridades da instituição, definida de modo a contemplar as áreas mais carentes de profissionais qualificados;
- ⇒ relevância e necessidade de participação, definida por parecer técnico do superior imediato;
- ⇒ aspectos relacionados à motivação, interesse e dedicação, demonstrados pelo empregado, técnico administrativo, no exercício de sua função;
- ⇒ competências a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

O empregado técnico-administrativo contemplado com ajuda de custo deverá, após a participação no evento, apresentar documento que ateste sua presença, emitido pela instituição responsável pela sua promoção e/ou organização, e relatório que ressalte a importância dos conhecimentos adquiridos e/ou atualizados, em estreita observância à sua área de atuação na instituição.

A bolsa de estudo poderá ser concedida ao empregado técnico-administrativo do quadro da instituição, de acordo com critérios definidos e aprovados pela Mantenedora, observado a correlação da área de atuação do empregado e o curso de especialização e mestrado ou doutorado reconhecidos pela CAPES.

A solicitação da bolsa de estudo deverá ser apresentada à Direção, com no mínimo seis meses de antecedência do início do curso pretendido, contendo todas as informações relacionadas ao curso.

As bolsas de estudo poderão ser concedidas aos empregados técnico-administrativos com, pelo menos, três anos de efetivo exercício na instituição, por um período de até dois anos, conforme vier a ser estabelecido em contrato firmado entre o empregado e a IES.

O empregado técnico-administrativo contemplado com bolsa de estudo deverá:

- ⇒ apresentar ao RH, ao final de cada semestre cursado, declaração de aproveitamento das disciplinas cursadas, emitida pela instituição responsável pelo curso, objeto da concessão da bolsa;
- ⇒ após conclusão do curso, manter contrato de trabalho com a instituição por um período mínimo não inferior ao período de utilização da Bolsa de Estudo, salvo se dispensado pela IES.

A condição de bolsista do empregado técnico-administrativo poderá ser encerrada pelos seguintes motivos:

- ⇒ cancelar, trancar ou desistir do curso;
- ⇒ não cumprir as atividades estabelecidas para o curso;
- ⇒ não obtiver aprovação em uma ou mais disciplinas ou créditos do curso;
- ⇒ perder a condição de empregado técnico-administrativo na instituição;
- ⇒ auferir resultado insuficiente em duas avaliações de desempenho;
- ⇒ infringir uma ou mais cláusulas do contrato de bolsa de estudo firmado com a instituição.

As bolsas, em hipótese alguma, serão consideradas como salários ou integrarão o cálculo de rescisão do contrato de trabalho docente, nos termos previstos no inciso II, §2º do art. 458 da CLT.

O não cumprimento das exigências para o uso da bolsa de estudo ou da ajuda de custo pelo empregado técnico-administrativo beneficiado implicará na obrigação de ressarcir à instituição a importância equivalente ao valor recebido, devidamente corrigido, na conformidade do contrato para concessão do benefício, assinado entre as partes.

A FEVP constituirá também, anualmente, um calendário de cursos de capacitação voltados ao corpo técnico administrativo, ofertado pela própria IES.

Os cursos abrangerão diversas áreas e setores.

5.4.1. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Colaboradores

O Corpo Técnico-Administrativo da FEVP é constituído por todos os funcionários não docentes, tratando-se, portanto, de colaboradores que executam os serviços administrativos e gerais necessários ao bom funcionamento da IES, a preferência pelo conceito de colaboradores se dá em virtude da missão institucional da IES que busca

gerar valores para toda a comunidade acadêmica, na qual tais atores também se estabelecem.

Desde a sua gênese, a instituição busca identificar junto aos colaboradores as oportunidades para o seu desenvolvimento e colocá-lo em funções e posições em que possam dar sua melhor contribuição.

Vale destacar que a IES busca mostrar que as pessoas são partes integradas do processo de melhoria, reconhecendo que os colaboradores têm condições para tomar decisões relativas ao trabalho, delegando assim, autoridade para soluções de problemas.

Da mesma forma, tem-se o objetivo de promover um ambiente de comunicação total, informando os colaboradores para dar-lhes uma visão ampla a respeito dos desafios e tendências dos serviços educacionais, dos objetivos setoriais, das metas e do desempenho geral, bem como os alimentando de informações necessárias para o bom desempenho de suas funções e interagindo com eles.

Nesse sentido, o Departamento de Recursos Humanos e os outros órgãos institucionais buscarão promover reuniões regulares de debates, sugestões, avaliação e solução de problemas, bem como, encorajar e apoiar todos os colaboradores na busca de melhoria da qualidade, com o intuito de buscar sempre, a manutenção e fortalecimento da autoestima destes.

Para que os pressupostos expostos acima sejam alcançados, a instituição definiu que o perfil do corpo técnico-administrativo é abrangido pelos critérios de seleção e contratação, políticas de qualificação e carreiras, e cronograma de expansão, a seguir destacados.

5.4.2. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Critérios de Seleção e Contratação

A contratação de pessoal técnico-administrativo é realizada pelo Departamento de Recursos Humanos em consonância com o Departamento de Pessoal de acordo com as diretrizes definidas pela Mantenedora. As admissões se efetivarão mediante contratação expressa, em Contrato de Trabalho e CTPS, obedecidas todas as formalidades e Normas Coletivas de Trabalho, com a apresentação de todos os

documentos comprobatórios da qualificação profissional e acadêmica do candidato, sem a qual não poderá realizar atividades na instituição.

A carga horária de trabalho dos empregados técnico-administrativos obedece à legislação trabalhista e às Normas Coletivas de Trabalho vigentes.

A contratação depende, ainda, de prévia aprovação do candidato em processo seletivo do Dep. de RH, que avaliará:

- a titulação;
- a experiência profissional;
- a adequação da titulação e experiência ao cargo para o qual estiver sendo selecionado.

No Processo Seletivo os candidatos passarão por avaliação, envolvendo comprovação de titulação, entrevista e, de acordo com a necessidade, de prova específica de conhecimentos gerais e na área de atuação.

A admissão de pessoal seguirá as rotinas e políticas definidas pelo RH para recrutamento e seleção, onde sempre que possível o provimento das vagas técnico-administrativas será feito por meio de promoção vertical, visando a valorização do quadro funcional.

O empregado técnico-administrativo será contratado na referência inicial do primeiro nível da classe de cargos, observando-se os requisitos exigidos para cada cargo e nível.

A tabela salarial, constante no plano de cargos e salários, é formada por quatro classes, sendo as classes de 1 a 4 com três níveis e cinco referências, com interstício entre as referências de 2,5%. As modificações de faixas e referências podem ocorrer em razão de alteração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pesquisa salarial e definição da Mantenedora.

Os salários praticados na Tabela Salarial, bem como os critérios e regras estabelecidas no Plano de Carreira, observarão as normas coletivas de trabalho, inclusive, as vantagens delas decorrentes para a remuneração.

5.4.3. Corpo Técnico Administrativo da FEVP: Cronograma de Expansão

Os colaboradores técnico-administrativos da FEVP serão sempre suficientes em número e reunirão competências associadas aos cargos que exercem na instituição. Tem como característica marcante a qualificação profissional atrelada à postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores. Atende às necessidades dos cursos, apresentando como características básicas: formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da IES, facilitando o bom desempenho dos cursos e a qualidade de atendimento à comunidade acadêmica.

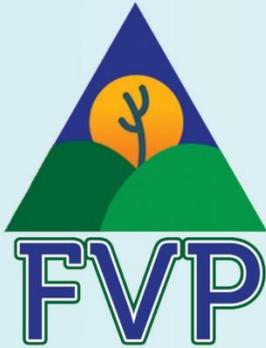
Contudo, mesmo antes de seu credenciamento, a FEVP contará com colaboradores não docentes, de níveis de escolaridade variadas.

ÁREAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
	SUPERIOR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Financeira	1	1	
Administrativa	1	1	
Serviços Gerais e manutenção			2
Secretaria Acadêmica	1	1	
Biblioteca	1	1	
TOTAL P/ NÍVEL	4	4	2
TOTAL GERAL	10		

Em razão do curso protocolado inicialmente pela FEVP, os programas institucionais existentes que passarão a funcionar imediatamente a partir do início das aulas e dos outros cursos propostos para o quinquênio 2019-2023, a contratação do corpo técnico-administrativo estimado é a seguinte:

TITULAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
Ensino Fundamental	1	2	3	5	7
Ensino Médio	1	4	6	9	10
Graduação	1	4	7	10	12
Especialista	1	2	4	5	7
TOTAL P/ ANO	4	12	20	29	36
TOTAL DO QUINQUENIO	101				

5.4.4. ORGANOGRAMA DA IES



CONSUP

CPA

DIRETORIA GERAL

DIRETORIA ACADÊMICA

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA



5.5. Processo de Gestão Institucional

As políticas de gestão da FEVP são inspiradas nas premissas estabelecidas no projeto institucional, dentre as quais se destacam:

- ⇒ Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação;
- ⇒ Racionalização e otimização da organização e dos recursos disponíveis;
- ⇒ Flexibilidade de métodos e de critérios com vistas ao atendimento das diferenças individuais e regionais;
- ⇒ Interação e dinamismo em relação às instituições e demandas externas;
- ⇒ Universalidade de campo, pelo cultivo amplo das áreas fundamentais do conhecimento humano e técnico-profissionais;
- ⇒ Agilidade no fluxo das informações e tomada de decisões;
- ⇒ Busca da satisfação individual e coletiva interna e externa;
- ⇒ Busca da qualidade técnica e política dos programas empreendidos e da efetividade institucional;
- ⇒ Sustentabilidade financeira;
- ⇒ Atendimento aos requisitos legais;
- ⇒ Atendimento aos requisitos qualitativos nas dimensões do ensino, da pesquisa e extensão da FEVP.
- ⇒ Organicidade entre as diretorias, coordenações, assessorias e as unidades que compõem a estrutura FEVP;
- ⇒ Transformar resultados de avaliação institucional e de avaliações externas (INEP/ENADE) como fomento para elaboração de seu planejamento e tomada de decisão;
- ⇒ Representatividade plena da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados, a saber:
 - a) CONSUP: Conselho Superior da IES presidido pelo Diretor Geral, Diretor Acadêmico, Representantes das Coordenações de Curso, Representantes do Corpo Docente, Representante do Corpo Técnico-Administrativo;
 - b) CPA: Comissão Própria de Avaliação presidida por representantes da coordenação de curso, corpo técnico-administrativo, docentes, discentes e

sociedade civil organizada;

- o) Colegiados de Cursos de Graduação: presididos por coordenadores de curso, docentes, discentes e corpo técnico administrativo ligado ao curso.

Dentre os principais anseios relacionados às políticas de gestão, a avaliação institucional, tanto interna como externa, terá papel preponderante na concepção das ações e do planejamento gerencial, tanto administrativo quanto acadêmico.

Nesse sentido, mesmo antes de iniciar seus trabalhos, no recebimento de cada um dos relatórios de avaliação, a IES irá estabelecer as alterações no que for considerado como “fragilidades” pelos avaliadores do INEP, bem como essa prática deverá se tornar OBRIGATORIAMENTE sistemática, tanto no que concerne às avaliações internas, quanto às externas.

5.6. Sustentabilidade Financeira: Relação com o Desenvolvimento Institucional

A FEVP é uma instituição privada, com fins econômicos. Assim, a sustentabilidade financeira será viabilizada majoritariamente, com os recursos oriundos das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação (especialização) e extensão.

Estes recursos serão obtidos basicamente de duas formas: diretamente dos alunos ou via financiamento educacional.

Dessa forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos e pessoal ativo serão consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira ano a ano. Porém, destaque-se, com a mobilidade financeira brasileira e global, bem como a demanda por determinadas áreas do conhecimento em termos de graduação e pós-graduação, há uma dependência clara de que o orçamento deve-se constituir semestralmente, pois, além da demanda de matrículas e rematrículas, ele é dependente da autorização de novos cursos e/ou aumento de vagas.

Assim, o desenvolvimento institucional previsto neste PDI, em termos de finanças, tem como prerrogativas os investimentos iniciais custeados pela mantenedora, bem como o aporte de patrimônio e finanças para a fase inicial do projeto, tudo a partir de documentos disponibilizados no setor administrativo e contábil da IES. São considerados como variantes os investimentos e recursos a partir das políticas de ensino, de pesquisa (iniciação científica) e extensão aqui delineados e as fontes de captação deverão ser gradativamente ampliadas, a saber:

- Matrículas em novos cursos de graduação a serem autorizados;
- Matrículas em cursos de pós-graduação nas áreas diversas da IES;
- Contratos com bancos que ofertam crédito estudantil como o PRAVALER, QUERO BOLSA, etc.
- Cursos de extensão e de qualificação profissional abertos à toda a comunidade.

Assim, os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) ao semestre, considerando-se as rematrículas e sua ordem de evasão em torno de 20%. Ou seja, este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido às rematrículas e abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” será investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

5.7. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

Após o credenciamento institucional, anualmente a FEVP fará a sua previsão orçamentária a partir da participação dos seguintes órgãos que dimensionarão as suas necessidades em termos de ensino- pesquisa -extensão:

- => Coordenações de Cursos
- => CAE – Centro de Apoio ao Estudante
- => Biblioteca
- => Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica
- => Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade
- => Diretoria Acadêmica
- => Diretoria Administrativo-Financeira
- => Marketing e Comunicação
- => Secretaria Acadêmica
- => Núcleo de TI – Tecnologia da Informação
- => CPA – Comissão Própria de Avaliação

Além dos responsáveis por esses órgãos, a IES deverá ter como partícipes do planejamento as seguintes representações: alunos, professores e corpo técnico administrativo.

Desse modo, a FEVP poderá determinar com maior precisão o direcionamento dos investimentos, bem como a captação de recursos necessários para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

5.8. Plano de Investimentos

Os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem de 25 % (vinte e cinco por cento) ao ano. Este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido à abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” será investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

5.9. Previsão Orçamentária

Considerando a flutuação da economia e as expectativas de temporalidade que se estabelecem para o credenciamento da IES, questões estas que não se pode determinar a exatidão dos prazos, pois depende de visitas in loco e um fluxo sem prazos fixos determinado pelo MEC – Ministério da Educação, a IES optou por constituir o seu Plano Orçamentário em documento não estabelecido dentro do PDI, mas disponível a toda a comunidade acadêmica.

Neste plano externo ao PDI são considerados os seguintes aspectos em termos de receita:

- a) Recursos Patrimoniais disponibilizados pela mantenedora para o caso de a IES necessitar de sustentabilidade sem contar com os créditos oriundos de matrículas, mensalidade etc, ou para investimentos que a receita não alcançar a partir de recursos da própria IES.
- b) Mensalidades dos cursos protocolados na fase inicial e gradativamente advindos dos novos cursos a serem protocolados durante o quinquênio.
- c) Receitas advindas da Extensão e da Pós-Graduação.

No que diz respeito às despesas fixas, são consideradas:

- a) Folha de pagamento do corpo técnico administrativo que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.

- b) Folha de pagamento do corpo docente que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.
- c) Aluguel do espaço onde funciona a IES.
- d) Luz, Água, Internet e insumos de serviços gerais.

No que diz respeito aos investimentos sistemáticos, mas não fixos são considerados:

- a) Acervo da biblioteca para o curso inicial e a serem implantados.
- b) Despesas com a Extensão.
- c) Bolsas de Estudo institucionais.
- d) Marketing e Publicidade.
- e) Compra de equipamentos para atender ao quinquênio.
- f) Melhoria sistemática do mobiliário.
- g) Melhoria sistemática dos recursos tecnológicos.
- h) Investimento em capacitação docente.
- i) Investimento em capacitação do corpo técnico administrativo.
- j) Investimento em pesquisa.
- l) Dentre outras.

Assim, o documento estará disponível e passível de alterações conforme às necessidades reais da IES, bem como para a apresentação sistemática ao MEC e às avaliações do INEP.

6. INFRAESTRUTURA

6.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas existentes na IES atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Além disso, as instalações possuem recursos para internet e equipamentos de informática para uso dos colaboradores.

Vale destacar que há um plano de avaliação e conservação de todos os espaços da FEVP .

As instalações administrativas da FEVP são:

Quant.	Ambiente
01	Financeiro
01	RH
01	Prefeitura do Campus
01	Direção Administrativo Financeira
07	Coordenações de Curso
01	Direção Geral
01	Direção Administrativo-Financeira
01	Direção Acadêmica

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6,2. Salas de Aula

Todas as salas de aula da FEVP contemplam os cursos de graduação e pós-graduação. As salas estão equipadas com cadeiras para destros e canhotos,

carteiras para obesos, mesa e cadeira para o professor, lousas, data shows e acesso a internet e estão distribuídas da seguinte forma:

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.3. Auditório

O auditório da FEVP tem capacidade para 120 pessoas e possui tecnologia que possibilita a transmissão de todos os eventos para todas as salas de aula da FEVP e para canais de transmissão externo, incluindo webconferências.

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.4. Sala de Professores

A Sala de professores da FEVP é ampla, possui conforto térmico e mobiliário adequado.

O local possui televisão, mesa de trabalho, mesa de reuniões, sofás, gela – água e outros confortos.

Além disso, a sala possui armário que permite a guarda de materiais dos professores, bem como acesso à internet e equipamentos de informática.

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.5. Espaços para Atendimento aos Discentes

Há vários espaços para atendimento aos discentes na FEVP e todos atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma

análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Além disso, as instalações possuem recursos para internet e equipamentos de informática para uso dos alunos.

Vale destacar que há um plano de avaliação e conservação de todos os espaços da FEVP.

Os espaços para atendimento dos discentes da FEVP são:

Quant.	Ambiente
01	Sala de Coordenação dos Cursos
01	Atendimento Geral de Alunos
01	Atendimento Financeiro
01	Centro de Apoio ao Estudante
01	Atendimento Psicopedagógico

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.6. Espaços de Convivência e Alimentação

Os espaços de convivências e de alimentação atendem as necessidades institucionais considerando uma análise sistêmica e global, dos aspectos

relacionados a quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. São adequados às atividades, a acessibilidade, com dimensões necessárias para a integração entre os membros da comunidade acadêmica. A IES está localizada dentro de um complexo onde os alunos terão várias opções de restaurantes, cafeterias e espaços de convivência.

Todos os espaços disponibilizam acesso à internet e tem plena acessibilidade.

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.7. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A Sala da CPA possui bancada de trabalho e mesa para reuniões, tendo espaço suficiente que permite um trabalho sigiloso e isento dos participantes.

Vale destacar que são disponibilizados recursos de internet e há o auxílio do Núcleo de TI que busca inovações em termos de softwares e outros meios para o trabalho do grupo.

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.8. Biblioteca: Infraestrutura

Neste momento inicial há uma biblioteca disponibilizada na IES.

A biblioteca tem fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo em grupo, ainda, possui guarda-volumes para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

Vale destacar também os terminais de computadores para acesso a Biblioteca Virtual.

A Biblioteca Virtual da IES é a Minha Biblioteca e possui diversos títulos em variadas áreas, livros estes que tanto alunos como professores têm acesso a partir do site da IES.

O acervo da Biblioteca é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange a Periódicos Especializados, o acervo inicialmente conta com vários títulos disponibilizados na forma digital.

Todo o empréstimo pode ser feito por meio do sistema acadêmico no canal do Aluno. O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FEVP e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato. Para o aluno ou funcionário, é permitida a retirada simultânea de até 3 livros pelo prazo de 7 dias. Para professores, é permitida a retirada de 5 livros.

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada pelo Multiacervo. A classificação adotada é a CDD – Classificação Decimal Dewey.

A Biblioteca dispõe de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

As normas gerais de uso das bibliotecas da FEVP, projetos especiais da biblioteca, plano de contingência e a estrutura organizacional podem ser vislumbradas a partir do regimento da Biblioteca anexado a este PDI.

OBS* VIDE O REGULAMENTO DA BIBLIOTECA E PLANO DE CONTINGÊNCIA

6.9. Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nas ementas dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição. No entanto, a IES deve constituir novos títulos a partir das bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC/INEP.

Há que se destacar que no Planejamento Institucional a IES prevê que no início e final de cada semestre, os coordenadores de cursos solicitarão novos títulos que serão indicados pelos docentes conforme as suas necessidades e atualização, quando houver. Estas listas serão fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

No regulamento da Biblioteca, anexado ao PDI, há o Plano de Atualização disponibilizado na íntegra, bem como a discriminação de serviços especializados da biblioteca.

OBS* VIDE O REGULAMENTO DA BIBLIOTECA E PLANO DE CONTINGÊNCIA

6.10. Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores e alunos dentro e extra horário de aula, podendo também ser reservado o serviço com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

Inicialmente, há 01 laboratório de informática na FEVP destinado ao uso em aulas práticas (conforme tabela de horários disponibilizada em cada semestre) e destinado aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes será sempre acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática será sempre realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

OBS* VIDE O PLANO DE MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS

6.11. Instalações Sanitárias

A FEVP disponibiliza instalações sanitárias que atendem plenamente às necessidades institucionais no que diz respeito às condições de higiene, limpeza, segurança e acessibilidade. Além das instalações sanitárias disponibilizadas pela IES, os alunos poderão utilizar as instalações do complexo onde a IES está localizada.

OBS* VIDE O PLANO DE AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

6.12. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

A FEVP possui um Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos. Desse modo, a IES planejará anualmente e executará o plano de expansão e atualização dos equipamentos.

Para tanto, serão estabelecidas metas objetivas mensuráveis por meio de indicadores de desempenho que serão acompanhados e discutidos nas reuniões de planejamento e resultado.

O plano de expansão e atualização resultante desse planejamento apresentará como se dará a viabilidade de sua execução, indicando ações financeiras e técnicas, e como se dará o acompanhamento baseado nas metas objetivas e mensuráveis definidas pela gestão da instituição.

As atualizações de tecnologia, devido ao seu caráter mutável, serão constantemente analisadas visando sempre manter a excelência no nível de serviço, assim, caso seja necessária expansão ou atualização que não conste no plano aprovado inicialmente, o Núcleo de TI tomará as ações necessárias de correção e as aprovará com a gestão superior.

6.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação da FEVP asseguram a execução dos objetivos institucionais e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

As TIC desenvolvidas pela IES garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interação e a colaboração entre acadêmicos, professores de disciplinas, coordenador do curso, técnico-administrativos, assim como entre os próprios acadêmicos, para poderem fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, encontram-se:

Atendimento *Online*: é uma ferramenta síncrona, que permite a conversa em tempo real entre os acadêmicos e a IES. Ainda, podem agendar um bate-papo,

que permite a interação virtual, em tempo real, a respeito de um assunto de interesse relacionado ao curso e/ou disciplina específica.

Atendimento de contato por mensagens: é o espaço em que o acadêmico registra suas experiências ao longo do curso e esclarece dúvidas pedagógicas e administrativas.

Atendimento por protocolo: é um canal de comunicação utilizado pelo acadêmico para solicitar um atendimento específico aos diferentes setores.

Fórum: a ser disponibilizado em espaço do site, o espaço oportunizará momentos de discussão, com o objetivo de construir uma maior solidez teórica sobre os temas abordados nas disciplinas do curso. O fórum pode ser considerado o espaço privilegiado da disciplina e/ou curso, pois permitirá a ampliação do conhecimento por meio de leituras, promoverá momentos de pesquisas e o resgate de vivências dos acadêmicos participantes e, ainda, desenvolverá a criticidade e contribuirá na organização das ideias. É um espaço que oportunizará discussões, reflexões e interações de maneira assíncrona entre os acadêmicos e professores, que, de forma colaborativa, constroem o conhecimento.

Mural de avisos: como parte do sistema acadêmico, o espaço permite visualizar os avisos gerais disponibilizados aos acadêmicos. Sempre que existem novas informações, esse mural é atualizado e as notícias podem ser acessadas pelos acadêmicos e professores do curso. Vida acadêmica: a ferramenta possibilita ao acadêmico visualizar atividades que serão desenvolvidas, informações referentes à situação acadêmica, o andamento das solicitações por meio de requerimento com relação à matrícula e rematrícula, convalidações, solicitação de colação de grau etc.

Atendimento Via *WhatsApp*: o atendimento via *WhatsApp* é automático e está disponível no aplicativo da IES. É um canal de comunicação de uso livre e gratuito para o acadêmico utilizar para contato com a IES. O recurso permite ao acadêmico resolver pendências financeiras, administrativas e o contato com os demais setores da IES, conforme necessidade específica.

Canal do Aluno: Trata-se da parte do sistema que permite ao aluno interagir pelo sistema com seus professores.

Sistema de Mensagens via telefonia celular: é um recurso tecnológico de comunicação que permite ao acadêmico receber novidades envolvendo a instituição e demais informações pertinentes ao seu curso.

Contato por e-mail: é um recurso de comunicação e informações que dizem respeito ao curso. O canal se destina ao contato de acadêmicos que desejam ingressar no curso, bem como acadêmicos, articuladores, professores de disciplina e futuros alunos que desejam informações do curso.

Webconferências: permitem a realização de capacitações e formações continuadas envolvendo toda a equipe da instituição, além de permitirem a socialização de importantes ações com a comunidade acadêmica. Os encontros virtuais são realizados via internet, por meio de um aplicativo ou serviço com possibilidade de compartilhar apresentações, vídeos, textos, arquivos e transmitir a voz de cada participante conectado, gerando acessibilidade a todos os públicos.

Skype for business da Microsoft: também é uma ferramenta utilizada pelos colaboradores no desempenho de suas atividades administrativas e que garante comunicação efetiva entre acadêmicos e entre colaboradores com qualidade e auditoria.

App FEVP: Trata-se do aplicativo da FEVP que será gradativamente desenvolvido pela equipe de TI.

7. TÓPICOS ADICIONAIS DO PDI

Conforme pôde ser visto a partir dos valores estabelecidos pela FEVP neste Plano de Desenvolvimento Institucional, o aluno é a razão de ser da IES. Essa prerrogativa se dá a partir do entendimento dos envolvidos na constituição da IES de que a principal tarefa da Educação é despertar em seus alunos as suas potencialidades, desejos e interesses próprios diante da totalidade do conhecimento humano. Isso significa reforçar a ideia de uma formação humana ampla, que contemple todas as áreas do conhecimento.

Se há múltiplos interesses entre os professores que os fizeram optar por suas respectivas áreas de atuação, estes também existem para os alunos, garantindo-

lhes o acesso à multiplicidade do conhecimento e estimulando à construção de uma realidade idiossincrática vivida por todos os seres humanos.

Acredita-se que seja necessário, então, fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida. Para isso, precisa-se ter clareza sobre as ações e que estas reflitam decisões cada vez mais explícitas sobre o fazer pedagógico.

Contudo, estamos buscando construir um processo contínuo no qual se possa não só avaliar o ser humano em sua totalidade (afetiva, social, motora-corporal e cognitiva) como também orientá-lo na busca dessa profissionalização.

Por fim, para que estes pressupostos se tornem realidade, abaixo detalhamos as perspectivas da FEVP acerca dos seus discentes, as quais abrangem as formas de acesso, matrícula e transferência, que podem ser vislumbradas também no Regimento Geral Interno anexado a este PDI.

7.1. Formas de Acesso, Matrícula e Transferência

O ingresso nos cursos da Faculdade FEVP é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da Faculdade FEVP, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A FEVP poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente autorizadas ou reconhecidas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros, tanto alunos vindo de cursos presenciais quanto EaD, em plena compatibilidade;
- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou cancelaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na Faculdade FEVP. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na Faculdade FEVP integra o Regimento Geral Interno da IES.

7.2. Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FEVP constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso aos andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o

acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.

VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos

IV. Placa de início e final de corrimãos.

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;

b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;

c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

d) Software de ampliação de tela do computador;

e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

f) Lupas, régua de leitura;

g) Scanner acoplado ao computador;

h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;

b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e

de como deve considerá-la em situações de avaliação;

c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;

d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;

e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;

f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;

g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras Youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.

b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.

c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.

d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.

f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias

adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças

infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).